

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

SIMONE KONISKI GUIMARÃES

**INICIATIVAS SOCIOECONÔMICAS COLETIVAS EM PONTA GROSSA (PR):
ALTERNATIVAS PARA UMA NOVA ECONOMIA**

**PONTA GROSSA
2023**

SIMONE KONISKI GUIMARÃES

**INICIATIVAS SOCIOECONÔMICAS COLETIVAS EM PONTA GROSSA (PR):
ALTERNATIVAS PARA UMA NOVA ECONOMIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Doutorado em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientação: Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

**PONTA GROSSA
2023**

G963 Guimarães, Simone Koniski
Iniciativas socioeconômicas coletivas em Ponta Grossa (PR): alternativas para uma nova economia / Simone Koniski Guimarães. Ponta Grossa, 2023. 138 f.

Tese (Doutorado em Geografia - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha.

1. Circuitos da economia. 2. Economia solidária. 3. Economia feminista. 4. Redes de consumo. 5. Consumo responsável. I. Cunha, Luiz Alexandre Gonçalves. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. III.T.

CDD: 305.48



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

SIMONE KONISKI GUIMARÃES

INICIATIVAS ECONÔMICAS COLETIVAS EM PONTA GROSSA (PR): EMPODERAMENTO, PERTENCIMENTO E RESISTÊNCIA NO CIRCUITO INFERIOR

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Geografia, no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Doutorado em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (UEPG)

Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza (UEPG)

Prof. Dra. Augusta Pelinski Raiher (UEPG)

Prof. Dra. Tatiana Tramontani Ramos (UFF)

Prof. Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat (UCDB)



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Professor(a)**, em 29/03/2023, às 22:51, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Edson Belo Clemente de Souza, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Doutorado**, em 19/04/2023, às 19:26, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Tramontani Ramos, Usuário Externo**, em 24/04/2023, às 15:18, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Augusta Pelinski Raiher, Professor(a)**, em 26/04/2023, às 08:01, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1381841** e o código CRC **C11C9C6E**.

Dedico a Alice que me transformou em mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida, sem a qual eu não poderia me dedicar à pesquisa.

Agradeço à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), instituição que me acolheu desde a graduação e na qual eu tive a oportunidade de trabalhar como secretária enquanto cursei parte da graduação e do mestrado. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e às professoras e professores que fazem parte do Departamento de Geociências que contribuíram para a minha formação enquanto profissional e enquanto pessoa. Agradeço às professoras e professores membros da banca Dr. Edson Belo Clemente de Souza (PPGG/UEPG), Dra. Augusta Pelinski Raiher (PPGCSA/UEPG), Dra. Tatiana Tramontani Ramos (UFF) e Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat (UCDB) pelas contribuições para o aprimoramento da tese.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha pela paciência e compreensão nos momentos em que tive dificuldades e pelas inúmeras contribuições para a tese e para a minha formação, tendo sido meu professor já no primeiro ano do curso de graduação em Geografia.

Agradeço às integrantes da organização do Varal das Mina e às participantes do coletivo que contribuíram para a pesquisa através de seus relatos e respondendo ao questionário aplicado. Agradeço às associadas da Associação de Feirantes da Economia Solidária (AFESol) por seus relatos e prestatividade. Agradeço aos técnicos e técnicas do Laboratório de Mecanização Agrícola (Lama/UEPG) que forneceram informações sobre a Compra Coletiva.

Agradeço a minha família pela compreensão e parceria, em especial ao meu marido e à minha sogra, que cuidaram da Alice para que eu pudesse terminar a tese. Agradeço aos meus amigos que me incentivaram e que contribuíram de alguma forma, em especial à Andria, amiga de infância, à Laís e ao Henrique pelo apoio e pelas conversas, à Jaqueline e à Mariele, amigas desde a graduação, e à Nisiane por me inspirar e por sempre demonstrar interesse pela minha pesquisa. Agradeço também a minha psicóloga e a minha psiquiatra que me apoiaram nos momentos mais difíceis de incertezas e também durante a minha gestação e puerpério. Por fim, agradeço a todas e todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização da pesquisa.

RESUMO

A presente tese foi escrita durante um período marcado pelas consequências de uma crise política instaurada nos últimos anos no Brasil e pela crise global causada pela pandemia de COVID-19. Nesse contexto, a observação das atividades do *Varal das Mina*, uma iniciativa coletiva feminina de venda ao ar livre criada em 2018 em Ponta Grossa (PR), serviu como inspiração para a elaboração do projeto de pesquisa que deu origem à tese que teve por objetivo analisar iniciativas socioeconômicas de cunho coletivo identificadas em Ponta Grossa que possam ser consideradas como modelos de desenvolvimento alternativos, tendo como objetivos específicos compreender as origens, as principais características e necessidades dessas iniciativas. A pesquisa foi realizada em duas etapas, desenvolvidas simultaneamente: a pesquisa exploratória e descritiva, na qual buscou-se identificar, selecionar e coletar dados sobre iniciativas socioeconômicas de cunho coletivo em Ponta Grossa, e a pesquisa bibliográfica, na qual buscou-se caracterizar essas iniciativas como um segmento específico do circuito inferior da economia urbana e refletir sobre a coexistência de uma multiplicidade de perspectivas e experiências econômicas. Além do *Varal das Mina* foram analisadas mais duas iniciativas com características e origens diferentes: a Associação de Feirantes da Economia Solidária (AFESol), criada em 2012 por um grupo de artesãs com apoio da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol/UEPG) e a *Compra Coletiva* da Rede Anunciação de Agroecologia (RAA), um projeto desenvolvido pelo Laboratório de Mecanização Agrícola (Lama/UEPG) a partir de 2020.

Palavras-chave: Circuitos da economia. Economia Solidária. Economia Feminista. Redes de consumo. Consumo responsável.

ABSTRACT

The present thesis was written during a period marked by the consequences of a political crisis that unfolded in recent years in Brazil and the global crisis caused by the COVID-19 pandemic. In this context, the observation of the activities of Varal das Mina, a collective female outdoor sales initiative created in 2018 in Ponta Grossa (PR), served as inspiration for the research project that gave rise to the thesis. The aim of the thesis was to analyze socio-economic initiatives of a collective nature identified in Ponta Grossa that could be considered as alternative development models, with specific objectives of understanding the origins, main characteristics, and needs of these initiatives. The research was conducted in two simultaneously developed stages: exploratory and descriptive research, which aimed to identify, select, and collect data on collective socio-economic initiatives in Ponta Grossa, and bibliographic research, which sought to characterize these initiatives as a specific segment of the lower circuit of the urban economy and reflect on the coexistence of a multitude of economic perspectives and experiences. In addition to Varal das Mina, two other initiatives with different characteristics and origins were analyzed: the Associação de Feirantes da Economia Solidária (AFESol), created in 2012 by a group of artisans with the support of the Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol/UEPG), and the Collective Purchase of the Rede Anunciação de Agroecologia (RAA), a project developed by the Laboratório de Mecanização Agrícola (Lama/UEPG) starting in 2020.

Keywords: Circuits of the economy. Solidarity Economy. Feminist Economy. Consumer networks. Responsible consumption.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Localização de Ponta Grossa (PR)	17
Figura 2 –	Mapa da plataforma Agroecologia em Rede (AeR)	79
Figura 3 –	Mapa de feiras orgânicas do IDEC	79
Figura 4 –	Organização da Rede Ecovida	83
Figura 5 –	Pontos de entrega da Compra Coletiva da Rede Anunciação de Agroecologia (RAA)	85
Figura 6 –	Fornecedores da Compra Coletiva da Rede Anunciação de Agroecologia (RAA)	86
Figura 7 –	O Varal das Mina no Centro de Ponta Grossa (PR)	98

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	–	Bolsas e mochilas produzidas coletivamente pela AFESol ..	62
Fotografia 2	–	Mochilas produzidas coletivamente pela AFESol	63
Fotografia 3	–	Alguns dos produtos de uma das associadas da AFESol ..	64
Fotografia 4	–	Feira de Economia Solidária no Campus Central	65
Fotografia 5	–	Produtos adquiridos através da Compra Coletiva	84
Fotografia 6	–	Varal das Mina no estacionamento coberto	93
Fotografia 7	–	Varal das Mina na Estação Arte	94
Fotografia 8	–	Varal das Mina no Centro de Cultura	95
Fotografia 9	–	Roda de conversa sobre Empreendedorismo Cultural Feminino	96
Fotografia 10	–	Varal das Mina na Praça do Ponto Azul	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Total de empregados por porte da empresa em Ponta Grossa (PR)	45
Gráfico 2 –	Taxa de desocupação e percentual de pessoas desalentadas no Brasil entre 2012 e 2022	47
Gráfico 3 –	Saldo dos empregos formais em Ponta Grossa entre 2012 a 2022	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos na década de 1970	26
Quadro 2 –	Teses que discutem e/ou aplicam a teoria dos dois circuitos	30
Quadro 3 –	Dissertações que discutem e/ou aplicam a teoria dos dois circuitos	30
Quadro 4 –	Artigos que discutem e/ou aplicam a teoria dos dois circuitos ...	31
Quadro 5 –	Porte dos estabelecimentos de acordo com o número de pessoas ocupadas	44
Quadro 6 –	Cronograma da FESU 2023	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Distribuição das empresas formais no Brasil (2023)	43
Tabela 2 –	Distribuição das empresas ativas por porte no Brasil (2023)	43
Tabela 3 –	Distribuição das empresas ativas por porte em Ponta Grossa (2021)	45

LISTA DE DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAFA	Associação Avante Fantasma
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ACGJ	Associação dos Campos Gerais de Jardinagem
ADM	Congresso Internacional de Administração
AeR	Agroecologia em Rede
AFESOL	Associação de Feirantes de Economia Solidária
AFNs	<i>Alternative food networks</i>
AMAE	Associação Morretes Agroflorestal e Ecológica
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APAM	Associação de Promoção à Menina
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATERRA	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Reforma Agrária
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPE	Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CCA	Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná
CCC	Circuitos curtos de comercialização
COAFTRIL	Cooperativa Mista Triunfense dos Agricultores e Agricultoras Familiares
COEP	Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida
COFAECO	Cooperativa de Famílias de Agricultores Ecológicos de São Mateus do Sul
CONEX	Encontro Conversando Sobre Extensão
COPPE/ UFRJ	Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

COPRAUF	Cooperativa de Produção Comercialização e Agroindustrialização Agroecológica União Familiar
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ECOTERRA	Associação Regional de Cooperação e Agroecologia
EES	Empreendimento Econômico Solidário
EITA	Cooperativa de Trabalho Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão
EPP	Empresas de Pequeno Porte
FAUEPG	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa
FBB	Fundação Banco do Brasil
FESU	Feira de Economia Solidária da UEPG
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Flicampos	Festival Literário dos Campos Gerais
FMC	Fundação Municipal de Cultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IES	Instituição de Ensino Superior
IESOL	Incubadora de Empreendimentos Solidários
IFAT	<i>International Federation of Alternative Trade</i>
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular
LAMA	Laboratório de Mecanização Agrícola
ME	Microempresa
MEI	Microempreendedor Individual
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NEREP	Núcleo de Economia Regional e Políticas Públicas
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não governamental

OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PDCCR	Produção, Distribuição, Comercialização e Consumo Responsáveis
PMPG	Prefeitura Municipal de Ponta Grossa
PNADC/T	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
RAA	Rede Anúnciação de Agroecologia
RBEUR	Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SINTESPO	Sindicato dos Técnicos e Professores da UEPG
SOF	Sempreviva Organização Feminista
TECPAR	Instituto de Tecnologia do Paraná
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	O ESPAÇO DIVIDIDO	23
2.1	A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA	23
2.2	A RENOVAÇÃO DA TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA	29
3	IMPORTÂNCIA E DIVERSIDADE DO CIRCUITO INFERIOR	42
3.1	PERSPECTIVAS ECONÔMICAS ALTERNATIVAS	50
4	ECONOMIA POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA	55
4.1	A ASSOCIAÇÃO DE FEIRANTES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (AFESOL)	60
5	REDES DE CONSUMO RESPONSÁVEL	70
5.1	A COMPRA COLETIVA DA REDE ANUNCIAÇÃO DE AGROECOLOGIA (RAA)	80
6	ECONOMIA FEMINISTA	88
6.1	O COLETIVO <i>VARAL DAS MINA</i>	92
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS	105
	APÊNDICE A – ENTREVISTAS	123
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	129

1 INTRODUÇÃO

A presente tese foi escrita durante um período marcado inicialmente pelas consequências de uma crise política instaurada nos últimos anos no Brasil e posteriormente pela crise global causada pela pandemia de COVID-19¹. As consequências sociais e econômicas da crise brasileira como o aumento do desemprego e a piora nos processos de precarização do trabalho instigaram a autora a pensar sobre a importância e as possibilidades de geração de emprego e renda para a população brasileira. Por sua vez, as medidas de isolamento físico voltadas a controlar a disseminação do novo coronavírus, acentuaram as desigualdades sociais já existentes e potencializaram a necessidade de crítica ao capitalismo como modelo econômico hegemônico.

No caso brasileiro, a crise pandêmica veio somar-se à crise política de uma sociedade profundamente dividida no pós-eleição 2018 e à crise social e econômica que já vinha agudizando-se nos últimos anos tendo em vista o cenário de profundas desigualdades combinado com o aumento vertiginoso do desemprego, da precarização do trabalho e da erosão ambiental. (FRANÇA FILHO; LEAL, 2021, p. 281-282).

Como apontado por Bueno (2018), é justamente “[...] nos períodos de crise que a tarefa da crítica se mostra especialmente urgente.”, além disso, é nesses períodos que os problemas já existentes se tornam ainda mais evidentes. Assim, a observação das atividades de uma iniciativa socioeconômica de cunho coletivo criada em 2018 no município de Ponta Grossa, no estado do Paraná, serviu como inspiração para a elaboração do projeto de pesquisa que deu origem à tese. Essa iniciativa é o *Varal das Mina*, uma iniciativa coletiva feminina de venda ao ar livre, publicizada em suas redes sociais digitais^{2,3} como um evento que visa o fortalecimento econômico das participantes e a promoção do consumo consciente através da comercialização de objetos usados (roupas, calçados, acessórios, dentre outros) e de produções artísticas e artesanais de mulheres.

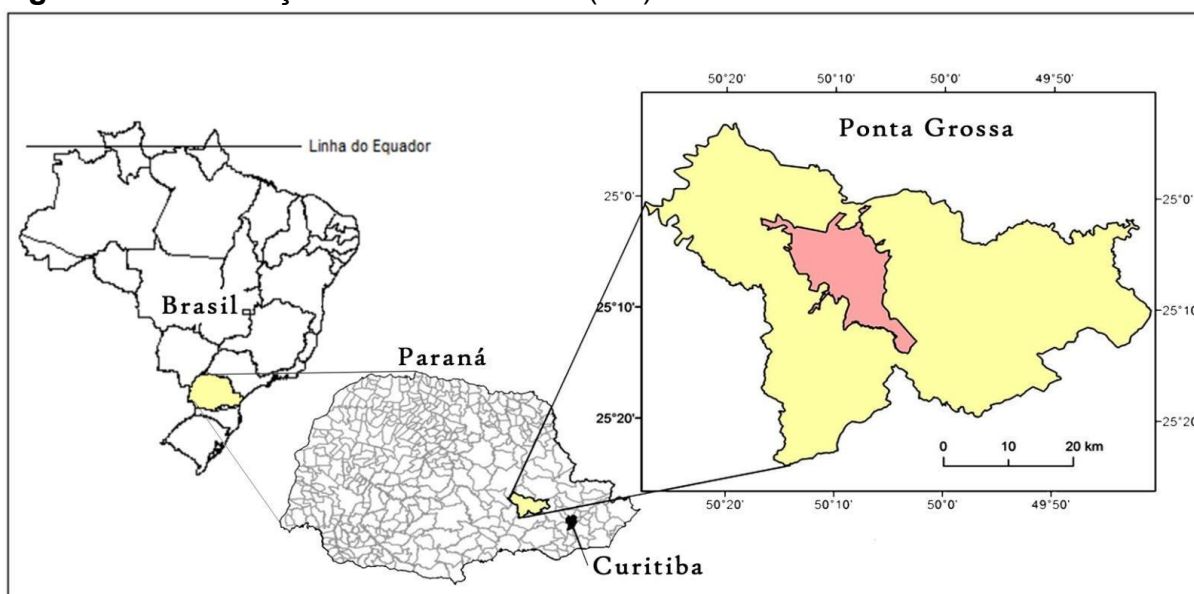
¹ A infecção causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), que causa a COVID-19, passou a ser considerada como uma epidemia a partir do anúncio da Organização Mundial da Saúde (OMS) feito em 11 de março de 2020. Antes disso, em 30 de janeiro de 2020, a OMS já havia declarado o surto da COVID-19 como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020, s/p).

² *Instagram*. Disponível em: <https://www.instagram.com/varaldasmina>.

³ *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/VaraldasMina>.

Ponta Grossa é uma cidade média que, de acordo com a prévia da população calculada até 25 de dezembro de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrava 391.654 habitantes (IBGE, 2022). Historicamente o município é conhecido por sua localização geográfica, uma encruzilhada de caminhos entre o oeste e o litoral paranaense (corredor de exportação) e entre a região Sul e Sudeste do Brasil (caminho das tropas, ferrovia e rodovias), que deu origem a um dos principais entroncamentos rodoferroviários da região Sul do Brasil (Figura 1).

Figura 1 – Localização de Ponta Grossa (PR)



Organização: Brendo F. Carvalho (2023).

Localizado na região dos Campos Gerais, Ponta Grossa é o 8º maior município do estado do Paraná em extensão, ocupando uma área de 2.054,732 km². Com um PIB de R\$17.274.712,91, em 2021, ocupando a 7ª colocação no ranking do estado, Ponta Grossa é considerada como o “[...] centro da dinâmica econômica dos Campos Gerais [...]” (RAIHER, 2020b, p. 3). No entanto, em 2020 o IBGE estimava que apenas 30,4% da população do município estava ocupada, aparecendo na 48ª posição no ranking do estado do Paraná⁴.

Dessa forma, a tese teve como objetivo central analisar iniciativas socioeconômicas de cunho coletivo identificadas no município de Ponta Grossa (PR)

⁴ Dados disponibilizados pelo portal IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 mai. 2023.

que possam ser consideradas como modelos de desenvolvimento alternativos, ou seja, que buscam suprir necessidades de geração de emprego e renda, porém, de forma alternativa. Tendo como objetivos específicos compreender as origens, as principais características e necessidades das iniciativas analisadas.

A pesquisa foi realizada em duas etapas, desenvolvidas simultaneamente, a saber: a pesquisa exploratória e descritiva, e a pesquisa bibliográfica. Na etapa exploratória e descritiva buscou-se identificar, selecionar e coletar dados sobre iniciativas socioeconômicas de cunho coletivo em Ponta Grossa a partir de trabalhos de campo, com a realização de entrevistas (Apêndice A), coleta de informações *in loco* e do levantamento e análise de fontes bibliográficas, reportagens e redes sociais digitais.

Além do *Varal das Mina* foram selecionadas mais duas iniciativas com características e origens diferentes: a *Associação de Feirantes da Economia Solidária (AFESol)* e a *Compra Coletiva* da Rede Anunciação de Agroecologia (RAA). A seleção destas iniciativas levou em consideração a estabilidade e a abrangência dessas iniciativas bem como a disponibilidade e o acesso a informações sobre elas visando a exequibilidade da pesquisa (SILVA; SILVA; JUNCKES, 2009). Além disso, as três iniciativas analisadas possuem perfis diferentes em relação ao tipo de produtos comercializados e às suas dinâmicas de formação e atuação.

A **AFESOL** é um empreendimento econômico solidário (EES) incubado pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol) entre os anos de 2006 e 2007 e retomado a partir de 2012 com a formalização da associação. A IESOL é um programa de extensão de caráter permanente criado na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2005. O principal canal de comercialização da AFESol são as feiras de economia solidária realizadas tradicionalmente às quintas-feiras no Campus Central e mensalmente na última quinta-feira do mês no Campus de Uvaranas da universidade.

A **Compra Coletiva da RAA** é um projeto desenvolvido pelo Laboratório de Mecanização Agrícola (Lama/UEPG) e voltado à promoção da agricultura familiar e orgânica. Esse projeto teve início em 2020 em função da necessidade de escoar os produtos processados pelos agricultores integrantes da rede durante as restrições impostas pela pandemia de COVID-19. Através desse projeto, os produtos são disponibilizados mensalmente através de um site no qual os consumidores escolhem

os produtos desejados e a forma de entrega. Após esse período, a equipe técnica do Lama coleta os produtos nas propriedades e faz a separação e entrega dos pedidos.

Diferentemente da AFESOL e da Compra Coletiva, que são iniciativas apoiadas e conduzidas por projetos financiados por diversas instituições e vinculados à universidade, que acompanha e fornece formações periódicas para os seus integrantes, o *Varal das Mina* é uma iniciativa autônoma organizada coletiva e periodicamente em espaços públicos em áreas de grande circulação no centro da cidade, de acordo com a viabilidade de uso dessas áreas. Assim, além da realização de entrevistas com a organização, também foi elaborado e aplicado um questionário com as integrantes do coletivo visando compreender o seu perfil sociodemográfico e seus interesses no coletivo (Apêndice B). Responderam ao questionário 35 integrantes, abrangendo uma amostra de 29% se considerarmos o total de 120 varais participantes do coletivo no momento da aplicação do questionário.

Na etapa bibliográfica buscou-se inicialmente caracterizar essas iniciativas identificadas como um segmento específico do circuito inferior da economia urbana recorrendo à teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos proposta por Milton Santos na década de 1970. De acordo com essa proposta teórica o espaço é dividido em dois circuitos de produção, circulação e consumo – inter relacionados e interdependentes – o circuito superior e o circuito inferior (SANTOS, 2018 [1979]). Considerando que essa teoria foi elaborada há cerca de 50 anos, no contexto urbano dos países então considerados subdesenvolvidos, a primeira parte do capítulo 2 intitulado como *O ESPAÇO DIVIDIDO* apresenta a teoria, sua origem e objetivos, bem como as principais características dos dois circuitos na época em que a teoria foi proposta.

A segunda parte do capítulo busca sintetizar os esforços de aplicação e de atualização da teoria empreendidos por diversos autores brasileiros, especialmente nas duas últimas décadas. Essa síntese foi realizada por meio do levantamento e da análise de artigos e teses de autores brasileiros que utilizaram essa abordagem em sua proposta teórico-metodológica. O levantamento foi realizado a partir de buscas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no *Google*, tendo em vista que alguns trabalhos não são indexados pelo portal da CAPES sendo encontrados diretamente em periódicos, repositórios de teses e dissertações das universidades e na plataforma

*ResearchGate*⁵, na qual os próprios pesquisadores disponibilizam seus trabalhos⁶. Esses esforços indicam que, com as devidas atualizações, inerentes às transformações ocorridas ao longo de cinco décadas, essa teoria contribui para estudos relacionados com as desigualdades socioespaciais do mundo contemporâneo não se restringindo apenas ao contexto de países em desenvolvimento ou ao espaço urbano de grandes metrópoles.

Na primeira parte capítulo 3, intitulado como IMPORTÂNCIA E DIVERSIDADE DO CIRCUITO INFERIOR, é discutida a relevância das atividades do circuito inferior para a geração de emprego e renda a partir do levantamento e da análise de dados como a distribuição das empresas formais no Brasil e sua distribuição por porte no Brasil e em Ponta Grossa e o total de empregos gerados por essas empresas. Esses dados foram obtidos em plataformas como o portal *Mapa de Empresas* do Governo Federal⁷ e a plataforma *Data Sebrae Indicadores*⁸ do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Também foram analisadas as taxas de desocupação e desalento no Brasil a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC/T) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizados pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)⁹, além de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)¹⁰ e dos Boletins do Núcleo de Economia Regional e Políticas Públicas (NEREP) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Na segunda parte do capítulo 3 é realizada uma reflexão sobre o alargamento da concepção da vida econômica nas ciências sociais em geral e na geografia especificamente, a partir da consideração da coexistência de uma multiplicidade de perspectivas e experiências econômicas que subvertem ou questionam de alguma maneira as mazelas produzidas pelo capitalismo enquanto modelo econômico hegemônico. Essa multiplicidade é analisada a partir de conceitos como o de *Economias diversas* proposto pelas geógrafas econômicas feministas Julie Graham e Katherine Gibson, que afirmam que os discursos *capitalocêntricos* que compõem

⁵ Disponível em: <https://www.researchgate.net/>.

⁶ Foram considerados trabalhos publicados até 2021 com a exceção de trabalhos publicados em anais de eventos e trabalhos de conclusão de cursos de graduação.

⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>.

⁸ Disponível em: <https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br/resources/sites/data-sebrae/data-sebrae.html#>.

⁹ Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>.

¹⁰ Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged?view=default>.

uma visão essencialista têm efeito ideológico e político, limitando a imaginação e a busca por outras possibilidades econômicas (GIBSON-GRAHAM, 2006). Também são apontados outros exemplos de narrativas não *capitalocêntricas* como a concepção de *economia plural* (FRANÇA FILHO, 2011; 2007), a noção de *Outra economia* (CATTANI, 2004, 2009) e a concepção de *práticas econômicas alternativas* (CASTELLS, 2019).

A partir dessa discussão os capítulos seguintes apresentam as três iniciativas analisadas, a partir de perspectivas econômicas alternativas, que visam em suas atividades ir além da busca por lucro e acumulação de capital, compreendendo valores como a qualidade de vida, a igualdade de gênero e a preservação do meio ambiente.

O capítulo 4 discute o conceito e as origens da economia solidária, enfatizando o papel das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil. A segunda parte do capítulo trata da primeira das iniciativas pesquisadas: a AFESOL. A associação formada por cinco mulheres artesãs foi o primeiro grupo a ser incubado pela IESol/UEPG e é hoje o grupo mais longo em incubação. Além de suas produções individuais que compreendem diversos tipos de artesanatos, suas integrantes atuam de forma coletiva na produção de bolsas, mochilas, estojos, entre outros produtos, a partir do beneficiamento de malotes usados, e têm a universidade como um porto seguro para a manutenção do trabalho com a economia solidária.

O capítulo 5 faz uma reflexão sobre o consumo, enfatizando a importância do consumo social e politicamente responsável e aborda dois exemplos de movimentos coletivos que questionam a forma como consumimos na atualidade: o movimento *Slow* – que questiona a velocidade com que novos produtos são produzidos e consumidos –, e as redes agroecológicas de consumo responsável – que questionam os sistemas agroalimentares convencionais organizados em cadeias longas de comercialização. A segunda parte do capítulo trata da segunda das iniciativas pesquisadas: a Compra Coletiva. Essa iniciativa foi criada como uma estratégia para escoar os produtos processados pelos agricultores integrantes da RAA durante as restrições impostas pela pandemia de COVID-19 e mantida como uma forma de valorizar a produção da agricultura familiar.

O capítulo 6 discute a importância da economia feminista e da crítica às desigualdades de gênero, principalmente em relação à economia do cuidado,

enfatizando a necessidade de propiciar condições adequadas para a inserção das mulheres na economia de forma justa. A segunda parte do capítulo apresenta a última das iniciativas pesquisadas, o coletivo *Varal das Mina*. Essa iniciativa organiza coletivamente eventos que proporcionam para suas integrantes um importante canal para a divulgação e comercialização de seus produtos, artesanais e de brechós, e para a promoção do consumo consciente.

A partir da identificação, seleção e análise dessas experiências considera-se fundamental o desenvolvimento de uma visão mais ampla de economia e a valorização das diversas economias desenvolvidas mundo afora, que podem surgir espontaneamente ou a partir do incentivo de instituições formais. Considera-se ainda que o estudo aprofundado deste tipo de iniciativa pode contribuir para a criação de projetos de desenvolvimento alternativos.

2 O ESPAÇO DIVIDIDO

A teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos foi proposta por Milton Santos na década de 1970 como uma alternativa teórico-metodológica para os estudos sobre o espaço urbano dos países subdesenvolvidos que, de acordo com essa abordagem, seria constituído por dois circuitos – inter-relacionados e interdependentes – de produção, distribuição e consumo: o circuito superior e o circuito inferior (SANTOS, 2018 [1979]). Conforme apontado por Eliseu Spósito (1999) essa proposta teórico-metodológica:

[...] busca, em crítica explícita à corrente das planificações em voga nos anos 50 e 60 e seus 'atrasos teóricos', inserir na análise do urbano a *dimensão histórica* e a *especificidade do espaço do Terceiro Mundo*, propondo uma nova forma de abordagem, ao sugerir a existência do circuito inferior na economia [...] (SPÓSITO, 1999, p. 44).

Este capítulo tem por objetivo demonstrar a relevância dessa teoria na atualidade e compreender em que medida ela se aplica à proposta desta tese. Buscando atingir tal objetivo, a primeira parte do capítulo apresenta a teoria, sua origem e objetivos, bem como as principais características dos dois circuitos na época em que a teoria foi proposta. A segunda parte busca sintetizar os esforços de aplicação e de atualização da teoria empreendidos por diversos autores brasileiros, especialmente nas duas últimas décadas. A terceira parte discute a relevância das atividades do circuito inferior para a geração de emprego e renda para a grande maioria da população, tendo em vista que as atividades do circuito inferior são o cerne da produção, da circulação e do consumo nas cidades.

2.1 A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

A *teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* foi sistematizada no livro *L'espace partagé: les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés* publicado por Milton Santos em 1975. Em português, o livro foi publicado pela primeira vez em 1979, intitulado *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. No entanto, a origem dessa proposta teórico-metodológica é anterior, pois, de acordo com o próprio autor, o livro tinha por objetivo elaborar de forma mais completa problemas levantados

ainda em 1971 no último capítulo do livro *Les villes du tiers monde*¹¹ não publicado em português (SANTOS, 2018 [1979]).

De acordo com Milton Santos (2018 [1979]), a transposição de teorias formuladas a partir da realidade ocidental dos países considerados desenvolvidos para estudos realizados sobre os países considerados subdesenvolvidos, principalmente entre as décadas de 1950 e 1960, estaria causando atrasos teóricos. Introduzindo um debate sobre a concepção de desenvolvimento, o autor argumentava que:

Não se trata de um mundo em desenvolvimento, mas de um mundo subdesenvolvido com suas características próprias e seus mecanismos fundamentais [...]. A situação dos países subdesenvolvidos não é em nada comparável à dos países hoje “avançados”, antes de sua industrialização. (SANTOS, 2018 [1979], p. 19).

Para o autor, “essa aplicação irrefletida de conceitos ocidentais e essa obsessão de comparação com as situações do mundo desenvolvido” (SANTOS, 2018 [1979], p. 18) deveria ser substituída pela consideração da dimensão histórica para a compreensão do processo de desenvolvimento, pois:

O estudo da história dos países hoje subdesenvolvidos permite revelar uma especificidade de sua evolução em relação às dos países desenvolvidos. Essa especificidade aparece claramente na organização da economia, da sociedade e do espaço e, por conseguinte, na urbanização, que se apresenta como um elemento numa variedade de processos combinados. (SANTOS, 2018 [1979], p. 19).

Desse modo, a *teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* foi proposta como uma alternativa mais ajustada à realidade dos países subdesenvolvidos, pois:

[...] o espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem ao nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela **coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes**. Essas disparidades de renda são menos importantes nos países desenvolvidos e influenciam muito pouco o acesso a um grande número de bens e serviços. Ao contrário, nos países subdesenvolvidos, a possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito. O nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como produtor e como consumidor. (SANTOS, 2018 [1979], p. 21, grifo nosso).

¹¹ Em tradução livre: *Cidades do terceiro mundo*.

Essa coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes seria, portanto, uma das características fundamentais da proposta do autor, que apontava que: “Essa seletividade do espaço, no nível econômico assim como no social, é a nosso ver, a chave da elaboração de uma teoria espacial.” (SANTOS, 2018 [1979], p. 21). Como apontado por Ramos:

[...] mais do que o desenvolvimento de uma teoria para análise da dinâmica capitalista, [o autor] procura contribuir com uma crítica ao tipo de análise que a Economia, e mesmo a Geografia e outras ciências sociais, vinham produzindo sobre esse modo de produção e seu contexto de expansão, dominação (monopolização), urbanização etc. (RAMOS, 2014b, p. 15).

O espaço urbano dos países subdesenvolvidos seria então dividido em dois circuitos de produção, distribuição e consumo: o circuito superior e o circuito inferior. Onde, o circuito superior seria “constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores” (SANTOS, 2018 [1979], p. 40) e o circuito inferior, por sua vez, seria constituído “por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 2018 [1979], p. 40).

No âmbito da produção, Santos apontava ainda a existência de um circuito superior marginal “[...] constituído de formas de produção menos modernas do ponto de vista tecnológico e organizacional” (SANTOS, 2018 [1979], p. 103) que, por sua vez “[...] pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas.” (SANTOS, 2018 [1979], p. 103).

O autor considerava que a existência desses dois circuitos era decorrente da *modernização tecnológica*, sendo, a difusão da informação e do consumo nos países periféricos:

[...] um fator fundamental de **transformação da economia, da sociedade e da organização do espaço**. No que concerne ao espaço, as repercussões desse novo período histórico são múltiplas e profundas para os países subdesenvolvidos. **A difusão da informação e a difusão das novas formas de consumo constituem dois dados maiores da explicação geográfica**. Por intermédio das suas diferentes repercussões, elas são ao mesmo tempo geradoras de forças de concentração e de forças de dispersão, cuja atuação define as formas de organização do espaço. (SANTOS, 2018 [1979], p. 36, grifo nosso).

Desse modo, a incorporação desigual dessas duas variáveis – informação e consumo –, e a conseqüente desigualdade de renda e de acesso ao consumo e aos bens e serviços considerados essenciais, propiciou essa divisão ao contribuir para a constante geração de novas formas de produção e de consumo.

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma **divisão** entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. (SANTOS, 2018 [1979], p. 37, grifo nosso).

Milton Santos apontava que a definição dos circuitos não deveria ser rígida, sendo necessário notar desvios no âmbito do consumo, pois, pode haver um consumo parcial ou ocasional fora do circuito de origem. No entanto, apontava que a diferença fundamental entre as atividades dos dois circuitos estaria baseada em diferenças de tecnologia e de organização:

Não se poderia caracterizar os dois circuitos da economia urbana através de variáveis isoladas. Antes é necessário considerar o conjunto dessas atividades. Mas pode-se dizer, desde já, que a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas **diferenças de tecnologia e de organização**. (SANTOS, 2018 [1979], p. 43, grifo nosso).

O quadro a seguir reproduz as principais características dos dois circuitos elencadas pelo autor na época em que a teoria foi sistematizada (Quadro 1). É importante ressaltar que, os dois circuitos estão em constante transformação, de modo que alguns autores têm proposto nas duas últimas décadas a atualização desse quadro a partir das variáveis do período atual, conforme será visto na segunda parte deste capítulo.

Quadro 1 – Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos na década de 1970

	<i>Circuito Superior</i>	<i>Circuito Inferior</i>
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não-obrigatório

Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>)
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não-institucional
Margem de Lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
Overhead capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: Santos (2018 [1979], p. 44).

Os dois circuitos foram denominados inicialmente como *circuito moderno* e *circuito tradicional*, no entanto, o autor renunciou a essas expressões em função da ambiguidade e da carga de significado que os termos *moderno* e *tradicional* denotam. Além disso, as expressões superior e inferior indicam a “[...] dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior.” (SANTOS, 2018 [1979], p. 39). O autor aponta ainda que “Quanto ao circuito inferior, parece difícil chamá-lo tradicional, não somente porque é produto da modernização, mas também porque está em processo de transformação e adaptação permanente [...]” (SANTOS, 2018 [1979], p. 39).

Ainda em relação às características dos dois circuitos, O autor aponta que:

O **circuito superior** originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O **circuito inferior**, formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região. (SANTOS, 2018 [1979], p. 22, grifo nosso).

Por um lado, o circuito inferior seria dependente da modernização tecnológica mobilizada pelo circuito superior que demandava cada vez menos mão de obra humana sendo cada vez menos enraizado. Por outro lado, o circuito inferior adquire importância na escala local, sendo fundamental para a geração de emprego e renda.

O reconhecimento da existência dos dois circuitos obriga a uma nova discussão das teorias consagradas, tais como a da base econômica

(exportações urbanas), dos lugares centrais e dos polos de crescimento, que até agora serviram de base a outras tantas teorias de planificação regional. É necessário doravante levar em conta o **circuito inferior como elemento indispensável à apreensão da realidade urbana** e encontrar as medidas a serem adotadas para atribuir a esse circuito uma produtividade mais elevada e um crescimento sustentado ao mesmo tempo, conservando o seu papel de fornecedor privilegiado de empregos. (SANTOS, 2018 [1979], p. 22-23, grifo nosso).

Como visto, o circuito inferior seria dependente do circuito superior, ou seja, sua existência e sua manutenção seriam decorrentes das desigualdades produzidas pela modernização tecnológica excludente. Nesse sentido, o circuito inferior foi caracterizado pelo autor como “um circuito não moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie.” (SANTOS, 2018 [1979], p. 197). Além disso, a flexibilidade em relação à necessidade de especialização do trabalho propiciava a este circuito maior fluidez para absorver a massa de trabalhadores das cidades. No entanto, a insuficiência dos dados estatísticos relativos ao circuito inferior, decorrente do maior interesse dos estudos da época pela análise do circuito superior, era um problema identificado pelo autor que ainda persiste atualmente.

Por um lado, as estatísticas oficiais não levam em conta as atividades da economia pobre das cidades; por outro lado, os dados obtidos em outras fontes nem sempre são utilizáveis sem crítica ou sem o complemento de outros tipos de informação: a falta ou a debilidade dos conceitos concernentes aos fenômenos a serem estudados são, ao mesmo tempo, uma causa e uma consequência da insuficiência estatística. (SANTOS, 2018 [1979], p. 25).

Desse modo, caberia “[...] ao próprio pesquisador atenuar tais deficiências, fazendo as pesquisas necessárias no campo.” (SANTOS, 2018 [1979], p. 25). Atualmente essa insuficiência estatística é menor, no entanto, ao analisar o circuito inferior o levantamento de campo ainda é imprescindível tendo em vista a dificuldade em se obter dados sobre as atividades que compõem esse circuito bem como em função da sua complexidade, dificilmente mensurável a partir somente de dados secundários.

Apesar de condensada em *O espaço dividido*, alguns aspectos dessa proposta teórico-metodológica são retomados, porém, não modificados, em diferentes trabalhos do autor em especial ao longo da década de 1970, como nos livros: *Pobreza urbana* (1978), *Economia espacial: críticas e alternativas* (1979), *Espaço e sociedade* (1979).

No livro *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* (2006 [1996]), sem reproduzir o esquema de sua proposta teórica anterior, o autor ampliou a sua abrangência, ao reconhecer a existência de dois circuitos econômicos também nos países ricos.

Pode-se, entretanto, admitir que, nas condições atuais - e permeadas por uma infinidade de situações intermediárias - existem duas situações tipo em todas as grandes cidades. Há, de um lado, uma economia explicitamente globalizada, produzida de cima, e um setor produzido de baixo, que, nos países pobres, é um setor popular e, nos países ricos, inclui os setores desprivilegiados da sociedade, incluídos os imigrantes. (SANTOS, 2006, p. 219).

Ainda em *O espaço dividido*, o autor refletia sobre as possibilidades da organização do espaço para a superação da desigualdade apontando que:

O problema é encontrar as formas de relações entre os dois circuitos capazes de abrir uma comunicação entre ambos e, ao mesmo tempo, melhorar a situação dos indivíduos atualmente envolvidos no circuito inferior, transformando este último para melhorar sua produtividade. Essa solução deverá provocar uma organização do espaço mais capaz de favorecer a redistribuição dos recursos nacionais, e ao mesmo tempo, uma organização da produção que autorize uma distribuição mais equitativa dos recursos e dos homens no espaço. As duas soluções estão necessariamente interligadas. (SANTOS, 2018 [1979], p. 370).

Assim, para superar as desigualdades e acabar com a pobreza entendida pelo autor como a privação do acesso aos bens de consumo considerados indispensáveis em determinada sociedade, seria necessário substituir o atual “[...] sistema social, cuja iniquidade está provada, por um outro sistema, capaz de introduzir relações de justiça social.” (SANTOS, 2018 [1979], p. 372).

Desse modo, considera-se que o estudo dos dois circuitos da economia urbana, em especial das atividades do circuito inferior pode contribuir para a compreensão das necessidades e possibilidades desse circuito e quiçá para a formulação de políticas públicas que contribuam para a transição do atual sistema desigual para um sistema social baseado nas relações de justiça social, como proposto pelo autor.

2.2 A RENOVAÇÃO DA TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

Apesar de ter sido proposta na década de 1970, como uma "contribuição à busca de uma teoria do espaço e da urbanização que faz tanta falta ao Terceiro Mundo" (SANTOS, 2018 [1979], p. 11), a *teoria dos dois circuitos da economia*

urbana dos países subdesenvolvidos continua sendo considerada relevante para o estudo do espaço urbano por diversos autores, especialmente nas duas últimas décadas. No entanto, mesmo considerando a pertinência e o potencial analítico da teoria, esses autores têm buscado atualizá-la/renová-la a partir de diferentes variáveis que caracterizam o período atual.

Visando demonstrar esse cenário de forma sintética, foram organizados três quadros a partir das produções identificadas até o início de 2021: sete teses de doutorado (Quadro 2), 13 dissertações de mestrado (Quadro 3) e 65 artigos publicados em periódicos (Quadro 4). Os quadros destacam o ano em que os trabalhos foram publicados (sendo classificados do mais antigo para o mais recente), o tema central analisado (de forma resumida), a área de abrangência do estudo, a autoria, a Instituição de Ensino Superior e o (a) responsável pela orientação da pesquisa (para as teses e dissertações), ou o nome da revista (para os artigos de periódicos).

Quadro 2 – Teses que aplicam e/ou discutem a teoria dos dois circuitos

Ano	Tema central	Abrangência	Autoria	IES	Orientação
2009	Camelódromo, mototaxi e entregas urbanas	Londrina (PR)	Edilson Luis de Oliveira	USP	Maria Laura Silveira
2010	Venda direta de cosméticos e perfumaria	Jundiaí e Região Metropolitana de São Paulo (SP)	Hideko Miyata	USP	Júlio César Suzuki
2011	Circuito inferior	São Paulo (SP), Brasília (DF), Fortaleza (CE) e Belém (PA)	Marina Regitz Montenegro	USP	Maria Laura Silveira
2012	Circuito espacial produtivo das confecções	Brás e Bom Retiro - São Paulo (SP)	Silvana Cristina da Silva	UNICAMP	Márcio Antônio Cataia
2013	Circuito inferior	Maringá (PR)	Valéria Barreiro Postali Santana	UEM	Cesar Miranda Mendes
2014	Produção e a difusão da música	Recife (PE)	Cristiano Nunes Alves	UNICAMP	Adriana Maria Bernardes da Silva
2016	Circuito inferior	Eixo rodoviário Natal-Caicó (RN)	Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador	UNICAMP	Márcio Antônio Cataia

Organização: A autora (jan. 2021).

Quadro 3 – Dissertações que aplicam e/ou discutem a teoria dos dois circuitos

Ano	Tema central	Abrangência	Autoria	IES	Orientador(a)
2006	Circuito superior marginal da produção de medicamentos	Brasil	Edison Claudino Bicudo Junior	USP	Maria Laura Silveira

2006	O circuito inferior no período da globalização	São Paulo (SP)	Marina Regitz Montenegro	USP	Maria Laura Silveira
2011	O circuito inferior da pesca	Ilhéus (BA)	Greiziene Araújo Queiroz	UNICAMP	Márcio Antônio Cataia
2012	Produção, distribuição, comercialização e o consumo de música	São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS), Goiânia (GO) e Recife (PE)	Villy Creuz	USP	Fábio Betioli Contel
2013	Interações entre os dois circuitos na feira de Casa Amarela	Recife (PE)	Julyana Gomes dos Santos	UFPE	Jan Bitoun / Luiz Eugênio Pereira de Carvalho
2014	Os dois circuitos da economia urbana	Ribeira - Natal (RN)	Lúcia Alves de Araújo	UFRN	Ademir Araújo da Costa
2015	O consumo de alimentos no circuito inferior e a segurança alimentar	Vila Ouro Verde - Ponta Grossa (PR)	Rogério Gomes dos Santos	UEPG	Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
2016	Micro e pequenas empresas, transporte urbano de passageiros e feira livre	São Miguel dos Campos (AL)	Antônio Lopes da Silva Neto	UFAL	Eliza Pinto de Almeida
2017	O comércio popular de alimentação	Campinas (SP)	Livia Cangiano Antipon	UNICAMP	Márcio Antônio Cataia
2018	Ocupação do espaço urbano pelo comércio ambulante	Vitória (ES)	Ana Carolina Gonçalves Nogueira	UFES	Clara Luiza Miranda
2019	Circuito espacial de produção do setor de confecções com seguimento no ramo de vestuário	União dos Palmares (AL)	Cristiane da Silva	UFAL	Luciane Maranhã de Oliveira Marisco / Eliza Pinto de Almeida
2019	Comércio de confecções	União dos Palmares (AL)	Silmara Lopes de Souza	UFRN	Ione Rodrigues Diniz Morais
2019	Relações entre os dois circuitos a partir dos camelódromos	Presidente Prudente (SP) e Londrina (PR)	Gabriel Boraschi Ribeiro	UNESP	Maria Encarnação Beltrão Sposito

Organização: A autora (jan. 2021).

Quadro 4 – Artigos que aplicam e/ou discutem a teoria dos dois circuitos

Ano	Tema central	Abrangência	Autoria	Periódico
1998	Desenvolvimento sócio espacial	Brasil	Luiz Alexandre Gonçalves Cunha	Revista de História Regional
1999	Discussão teórica	*	Eliseu Savério Spósito	Caderno Prudentino de Geografia
2004	Meio construído e dinâmica urbana na globalização	Brasil	Maria Laura Silveira	Cuadernos del GENDES
2005	Discussão teórica	Toledo (PR)	Cleverson Alexander Reolon Valmir de Souza	Formação (Online)
2007	A distância entre os dois circuitos em metrópoles	Brasil	Maria Laura Silveira	Eure

2008	O setor informal e o circuito inferior	*	Edilson Luis de Oliveira	Geografias
2008	A economia invisível dos pequenos	Brasil	Mônica Arroyo	Le Monde Diplomatique Brasil**
2008	Informalidade no circuito inferior da economia	Kinshasa (República Democrática do Congo)	Mukenge Shay	Tamoios
2009	Financeirização do circuito inferior	São Paulo (SP)	Maria Laura Silveira	Cadernos CRH
2009	Meio construído e circuito inferior	São Paulo (SP)	Marina Regitz Montenegro	Mercator
2010	Relações entre os dois circuitos	Foz do Iguaçu (PR), Cidade do Leste (Paraguai), São Paulo (SP)	Ana Carolina Torelli Marquezini	Entre-Lugar
2010	Circuito inferior de confecções	América do Sul	Silvana Cristina da Silva	Geonordeste
2011	O atacado distribuidor como um elo entre os dois circuitos	Brasil	Marcos Xavier Ricardo Castilho	GEOUSP
2011	Discussão teórica	Brasil	Maria Angela Faggin Pereira Leite	Geosul
2011	Circuito inferior da economia urbana	Uberlândia (MG)	Otávio de Melo Coelho Mirlei Fachini Vicente Pereira	Geografia (Londrina)
2011	Circuitos superior e inferior do circuito espacial da confecção	São Paulo (SP)	Silvana Cristina da Silva	Revista Geográfica de América Central
2012	Expansão dos dois circuitos	João Câmara (RN)	Aldo Dantas Matheus Augusto Avelino Tavares	Mercator
2012	Relações de gênero e os circuitos da economia urbana em áreas de expansão portuária	Rio Grande (RS)	Andressa Cristiane Colvara Almeida João Batista Flores Teixeira Susana Maria Veleda da Silva	Raega
2012	Expansão e redefinição do circuito inferior	*	Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador	Mercator
2012	Discussão teórica	Brasil	Edilson Luis de Oliveira	Mundo urbano
2012	O circuito inferior da pesca	Ilhéus (BA)	Greiziene Araújo Queiroz	Caminhos de Geografia
2012	Discussão teórica	Brasil	Marina Regitz Montenegro	Revista Geográfica Venezolana
2012	Agentes invisíveis do ramo do vestuário	São Paulo (SP)	Silvana Cristina da Silva	Boletim Campineiro de Geografia
2012	Circuito espacial de produção do vestuário	Brás e Bom Retiro - São Paulo (SP)	Silvana Cristina da Silva	Boletim Gaúcho de Geografia
2012	Circuito inferior da confecção	São Paulo (SP)	Silvana Cristina da Silva	Caminhos de Geografia
2012	A precarização no trabalho	Brasil	Tatiana Tramontani Ramos	Território Autônomo

2012	Os dois circuitos	Natal (RN)	Thiago Augusto Nogueira de Queiroz	Para Onde!?
2012	Dinâmica das feiras livres	Natal (RN)	Thiago Augusto Nogueira de Queiroz Francisco Fransualdo de Azevedo	Sociedade e Território
2013	Economia dos setores populares na fronteira amazônica	Sudoeste do Pará	Harley Silva Sibelle Diniz Vanessa Ferreira	RBEUR
2013	Discussão teórica	São Paulo (SP)	Márcio Cataia Silvana Cristina da Silva	Boletim Campineiro de Geografia
2013	Incorporação desigual das variáveis contemporâneas	*	Maria Laura Silveira	Ciência Geográfica
2013	Expansão e renovação do circuito inferior	São Paulo (SP)	Marina Regitz Montenegro	GEOUSP
2013	Expansão e renovação do circuito inferior	Metrópoles brasileiras	Marina Regitz Montenegro	Revista da ANPEGE
2013	Circuito espacial de produção do vestuário	Brasil	Silvana Cristina da Silva	Espaço e Economia
2013	Complementaridade e concorrência entre os dois circuitos	Natal (RN)	Thiago Belo de Medeiros Francisco Fransualdo de Azevedo	Boletim de Geografia
2013	Equipamentos médico-hospitalares do circuito superior marginal	Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto (SP)	Virna Carvalho David	GEOUSP
2014	As dinâmicas da Feira-livre	União dos Palmares (AL)	Carlos Eduardo Nobre Carlos Belo Eriano Francisco da Silva	Caminhos de Geografia
2014	A gestão municipal da Feira livre	Cruz das Almas (BA)	Daciane Oliveira Silva Janio Roque Barros de Castro Keilla P. Santos Lopes Andrea de Oliveira Silva	Caminhos de Geografia
2014	O circuito superior	Londrina e Maringá (PR)	Edilson Luis de Oliveira Tânia Maria Fresca	GEOUSP
2014	Novas manifestações do comércio metropolitano	América Latina	Maria Laura Silveira	Cidades
2014	Os dois circuitos	Rio Grande do Norte	Matheus Augusto Avelino Tavares	GeoTextos
2014	Práticas sócio-espaciais de base popular	Brasil	Tatiana Tramontani Ramos	Geografia e Pesquisa
2014	Reestruturação do mercado de trabalho	Brasil	Tatiana Tramontani Ramos	Boletim Campineiro de Geografia
2014	Mercado musical	Brasil	Villy Cruz	GEOUSP

2015	Dois circuitos da economia urbana	Ribeira - Natal (RN)	Lúcia Alves de Araújo	Sociedade e Território
2015	Economia do pescado	Niterói (RJ)	Luís de Souza Junior	Tamoios
2015	Novas articulações entre os circuitos e formas de integração na metrópole e na rede urbana	Brasil	Maria Laura Silveira	GEOUSP
2015	Discussão teórica	Brasil	Paulo Celso Silva	Lumina
2016	Cidades locais - híbridas	Flora Rica, Pracinha e Mariápolis (SP)	Cláudia Marques Roma	Mercator
2016	Circuito de rap independente	Paris (França)	Cristiano Nunes Alves	GEOUSP
2016	O consumo de alimentos no circuito inferior e a segurança alimentar	Vila Ouro Verde - Ponta Grossa (PR)	Rogério Gomes dos Santos Luiz Alexandre Gonçalves Cunha	Terr@Plural
2017	Ações do Estado sobre o circuito inferior	Eixo rodoviário Natal-Caicó (RN)	Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador	Revista da ANPEGE
2017	Características do circuito inferior	Eixo rodoviário Natal-Caicó (RN)	Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador	Tamoios
2017	Dinâmicas territoriais renovadas a partir do Programa Bolsa Família (PBF)	Interior de Alagoas	Fernando Antonio Silva	GEOUSP
2017	Repercussões da financeirização nos dois circuitos e na cidadania	Brasil	Maria Laura Silveira	GEOUSP
2017	Financeirização do território e pobreza	São Paulo (SP)	Marina Regitz Montenegro Fábio Betioli Contel	Eure
2017	Os dois circuitos da reciclagem	Uberaba (MG)	Mauro Cristiano de Paula Silva	Pegada
2017	Fatores de atração e dispersão das atividades do circuito inferior	Centro e bairro Newton Pereira Gonçalves - União dos Palmares (AL)	Reynaldo Daivyd Lopes da Silva Amistson Lopes da Silva	Diversitas Journal
2017	Indústria têxtil	São Bento (PB)	Rosalvo Nobre Carneiro	Políticas Públicas & Cidades
2018	Os dois circuitos	Eixo rodoviário Natal-Caicó (RN)	Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador	GeoSertões
2019	Comércio varejista de vestuário	União dos Palmares (AL) / Pernambuco	Cristiane da Silva	Diversitas Journal
2019	Batalhas de rap	São Luís (MA)	Cristiano Nunes Alves Milena Boaes dos Santos	Revista Equador
2020	Produção sonora	Recife (PE)	Cristiano Nunes Alves Adriana Maria Bernardes da Silva	Revista da ANPEGE
2020	Práticas econômicas alternativas	Araraquara (SP)	Renan Augusto Ramos	Revista do Departamento de Geografia
2021	Distribuição dos dois circuitos	Chapecó-SC	Macleidi Varnier	Cadernos de Economia

Organização: A autora (jan. 2021).

A partir desse levantamento é possível observar o interesse e a amplitude da utilização da teoria dos dois circuitos para compreender diferentes circuitos produtivos (alimentação, medicamentos, música, reciclagem, vestuário, entre outros) em diferentes escalas de análise, que vão de feiras, bairros e cidades pequenas, até cidades maiores e suas conexões com outras partes do globo.

É importante destacar que Milton Santos considera os dois circuitos como sistemas em interação permanente, ou seja, apesar da teoria ter recebido algumas críticas nesse sentido, os dois circuitos não podem ser considerados isoladamente ou de forma dualista. Sobre isso Souza (2018) aponta que:

Muitos leitores do Espaço Dividido, logo que tivemos notícia dela no Brasil, não a entenderam e formularam críticas desfocadas mais a Milton do que a sua obra. E intelectuais importantes aqui do Sul não hesitaram em taxá-lo de estruturalista, dualista e todos os “istas” a que teve direito! (SOUZA, 2018, p. 18).

Conforme observado por Spósito (1999), até o final da década de 1990, eram poucos os autores que buscaram discutir e/ou aplicar essa teoria no Brasil, de modo que, naquela época a teoria dos dois circuitos:

[...] foi mais esquecida que debatida, foi mais abandonada que superada, dada a ausência de uma ampla discussão sobre ela. Podemos dizer também que na cidade dos anos sessenta e setenta, em comparação com a cidade do presente, os dois circuitos compõem de maneira diferenciada: no passado eram mais nítidos, atualmente vemos dificuldades em sua identificação de maneira clara. (SPÓSITO, 1999, p. 50-51).

O autor utilizou a teoria como suporte para um estudo de caráter empírico em sua dissertação de mestrado sobre a migração e a permanência das pessoas em duas pequenas cidades no estado de São Paulo: Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana (SPÓSITO, 1982). Em texto retrospectivo, apontou que naquele momento, ao invés de estudar a migração, ele se propôs a “[...] explicar por que as pessoas permaneciam nas cidades pequenas” (SPÓSITO, 2019, p. 14). Nesse contexto, a teoria dos dois circuitos da economia urbana foi utilizada para compreender a dimensão econômica das cidades estudadas “[...] e as situações de emprego, renda, mobilidade e lazer das pessoas” (SPÓSITO, 2019, p. 19).

A necessidade desse debate também foi apontada por Reolon e Souza (2005) que argumentaram que a teoria ainda carecia de discussões, tendo em vista as mudanças econômicas, sociais e políticas, ocorridas, especialmente, em países da América Latina que estavam imersos em regimes militares na década de 1970. A partir da comparação entre duas empresas do circuito inferior em Toledo (PR), os autores destacaram algumas dessas transformações como:

[...] o potencial econômico das micro e pequenas empresas nacionais, as mudanças que vêm ocorrendo no perfil empresarial do setor terciário da economia, a expansão do microcrédito empresarial e pessoal, a modernização do consumo das massas populacionais, bem como a modernização e difusão de tecnologias de transporte e informacionais, que proporcionam ao consumidor maior flexibilidade quanto à escolha do local de compra. (REOLON; SOUZA, 2005, p. 63).

No entanto, mesmo considerando a importância da atualização da teoria, os autores destacam que “[...] ela permite a apreensão da dinâmica do espaço urbano em sua totalidade.” (REOLON; SOUZA, 2005, p. 70). Em *O espaço dividido*, Milton Santos apontava que a formulação de uma autêntica teoria da urbanização dependia justamente da consideração da cidade em sua totalidade, sendo necessário para isto, considerar os dois circuitos da economia urbana. De acordo com o autor:

Cada circuito constitui, em si mesmo, um sistema, ou antes, um subsistema do sistema urbano. Contudo, só o circuito moderno foi objeto de pesquisas sistemáticas. A análise econômica e, em sua esteira, a análise geográfica, durante muito tempo confundiram o setor moderno da economia urbana com a cidade inteira. [...] O resultado é que a maior parte dos estudos não são feitos sobre a cidade inteira, mas sim sobre uma parte da cidade, impedindo, por isso mesmo, a formulação de uma autêntica teoria da urbanização. (SANTOS, 2018 [1979], p. 22).

A importância de considerar a cidade como uma totalidade também é destacada por Mônica Arroyo (2008), apontando que:

É importante enxergar a cidade sempre como uma totalidade, independentemente de seu tamanho ou localização. É preciso entendê-la como o lugar da produção e reprodução da vida social e como o lugar da própria vida, compreendendo o homem em todas as dimensões da sua existência, para além do trabalho e do consumo. (ARROYO, 2008, s/p.).

A autora sugere dois caminhos para “nos aproximarmos da totalidade que a cidade representa” (ARROYO, 2008, s/p.). Um desses caminhos seria por meio da

análise dos circuitos espaciais de produção¹² e o outro seria por meio da análise dos dois circuitos da economia urbana. Pois, de acordo com ela, a cidade:

[...] permite, mais do que qualquer outro lugar, a coexistência dos diferentes, abrigando uma multiplicidade de redes, fluxos, conexões, projetos, representações e interpretações. [...]. No período atual, as cidades estão cada vez mais sintonizadas com o ritmo do mundo e do país, como resultado da presença da ciência, da tecnologia e da informação no meio geográfico, o que facilita essa interdependência. Todavia, a forma e a intensidade que essa sintonia adota mudam de cidade para cidade, em função principalmente do lugar que cabe a cada uma delas na rede urbana nacional e mundial, em constante transformação. (ARROYO, 2008, s/p.).

Carneiro (2017; 2018) por sua vez, propõe uma releitura da teoria dos dois circuitos por considerar que ela "[...] envelheceu e, em função disso, se desatualizou, entretanto, contraditoriamente, continua a ser atual, necessitando assim, entretanto, de renovação." (CARNEIRO, 2017, p. 66). Buscando essa renovação e considerando a maior complexidade e imbricação dos dois circuitos na atualidade, o autor defende "[...] a necessidade de trabalhá-los conjuntamente com os circuitos espaciais da produção e defini-los, portanto, como circuitos de fluxos sócioespaciais." (CARNEIRO, 2017, p. 66).

Uma das autoras que tem contribuído significativamente para a atualização da teoria dos dois circuitos é Maria Laura Silveira, por meio de suas investigações (e.g. SILVEIRA, 2004; 2007; 2009; 2013; 2014; 2015; 2017) e dos diversos trabalhos que têm orientado. Dentre esses trabalhos, Montenegro (2006) aponta a técnica, a informação, o consumo, a publicidade e as finanças como variáveis centrais que caracterizam os circuitos da economia urbana no período atual. A autora também considera a expansão e a renovação do circuito inferior através da incorporação acelerada dessas variáveis como fenômeno emblemático da globalização associado ao caráter estrutural da pobreza, pois, "[...] o grau de organização embutido nas técnicas adotadas pelos circuitos tende a se diferenciar cada vez mais." (MONTENEGRO, 2011, p. 248).

A autora destaca ainda que a atual ampliação do acesso do circuito inferior a elementos como telefonia móvel, internet e serviços financeiros, bem como do uso de funcionalidades ligadas ao setor financeiro (bancos digitais, aplicativos bancários,

¹² Os circuitos espaciais de produção "[...] abarcam as diferentes fases do processo geral produtivo (produção propriamente dita, distribuição, comercialização e consumo), formados por empresas de diversos tamanhos voltadas para um determinado bem ou serviço, e que atingem de forma articulada diferentes frações do território." (ARROYO, 2008, s/p.).

pix) e à comunicação (utilização de redes sociais, aplicativos e plataformas para compra e venda), aumenta ainda mais a dependência deste circuito em relação ao circuito superior, pois, os recursos gerados pelo circuito inferior através desses elementos são drenados para as grandes corporações do circuito superior (operadoras de telefonia móvel, redes sociais, bancos e financeiras).

Verifica-se, assim, que a expansão da oferta de crédito e a ampliação do acesso a certos objetos técnicos não têm levado à eliminação da situação de pobreza nas grandes cidades. O aumento da oferta de crédito vem sendo igualmente acompanhado pelo avanço do endividamento e da inadimplência, implicando, por conseguinte, a reprodução da pobreza em novos termos." (MONTENEGRO, 2013b, p. 32).

De acordo com Silveira (2013), a inter-relação e distanciamento entre os dois circuitos, bem como a incorporação desigual das variáveis contemporâneas contribuem, portanto, para a produção de pobreza estrutural e para a resistência.

No momento em que os pobres incorporam não poucas variáveis do período, aumentam sua participação na divisão do trabalho hegemônica, compartilhando ainda mais a cidade, mas não superam a escassez. É a produção de pobreza estrutural que reafirma a existência desse espaço dividido. (SILVEIRA, 2013, p. 70).

Em sua análise, Cataia e Silva (2013) consideram como fatores atuais o aprofundamento da interdependência dos lugares e das diferenças e desigualdades regionais, a expansão do crédito, do consumo e do uso de novas tecnologias no circuito inferior. De acordo com Arroyo, "[...] essa modernização atinge seletivamente alguns pontos da cidade, privilegiando cada fração do espaço urbano com diferentes intensidades e velocidades e criando condições distintas para as atividades econômicas." (ARROYO, 2008, s/p.). Dessa forma, o circuito inferior "[...] ocupa bairros, ruas, becos, terminais rodoviários e metroviários, praças e porões, fundos de quintal, vans, motocicletas, permeando o tecido urbano e se interligando com diferentes circuitos produtivos." (ARROYO, 2008, s/p.).

Salvador (2017a) aponta que as atividades do circuito inferior são híbridas, pois utilizam tanto técnicas antigas, como técnicas novas cuja incorporação "[...] ocorre de modo mais denso em determinados territórios." (SALVADOR, 2017a, p. 157). Ainda de acordo com o autor:

[...] o circuito inferior, nos dias atuais, pode ser definido como pequenas atividades cujos níveis de capital, tecnologia e organização vêm sendo alterados no sentido de maiores relações com o circuito superior da

economia urbana, fato que também eleva a dependência daquele circuito a este. O desencadeamento do circuito inferior interessa tanto a pobres, que, por meio dele, obtêm ocupação e renda e têm a possibilidade de consumir, quanto a agentes do circuito superior, que o abastecem, ofertam crédito burocrático para seus agentes e enquadram suas atividades na formalização tributária. (SALVADOR, 2017a, p. 157).

Assim, coexistem nas metrópoles – e também nas cidades menores – diferentes divisões do trabalho que estabelecem diferentes relações com o meio construído (MONTENEGRO, 2011). Mesmo em cidades que não estão inseridas nas regiões metropolitanas ocorre uma acentuada expansão do circuito inferior em função de fatores como a urbanização, o desemprego e o aumento do poder de consumo possibilitado pela ampliação do acesso ao crédito, por programas de transferência de renda e pelos rendimentos de aposentados e de funcionários públicos (DANTAS; TAVARES, 2012). Como apontado por Arroyo:

É na encruzilhada da circulação, das redes e dos fluxos que as cidades crescem, na medida em que conseguem ser ponto de confluência de diversos circuitos produtivos. E todo esse movimento, por sua vez, lhes outorga uma vida de relações mais ou menos intensas. Esses atributos não são exclusivos das metrópoles ou das grandes cidades, mas podem ser encontrados também nas cidades médias e pequenas, onde se tornam um elemento de diferenciação entre elas. (ARROYO, 2008, s/p.).

Silveira (2013) aponta que "[...] nas suas diversas escalas ou manifestações empíricas, o espaço geográfico é um resultado, dinâmico e contraditório, da superposição de divisões do trabalho e dos respectivos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação." (SILVEIRA, 2013, p. 65). E é na cidade que os diferentes circuitos de produção, circulação e consumo coexistem.

Por isso a cidade é um grande mercado, formado por diversos circuitos de produção e consumo. A fragmentação da demanda corresponde uma fragmentação da oferta, constituída por divisões do trabalho realizadas com técnicas e formas de organização diversas num mesmo espaço geográfico. Daí a ideia de que a cidade é a relação dialética e indissociável entre o circuito superior e o circuito inferior, cujas localizações e tarefas se diferenciam pelos graus de capital, tecnologia e organização (SANTOS, 1975; SANTOS, 1994; SILVEIRA, 2007 apud (SILVEIRA, 2013, p. 65).

No entanto, no mundo globalizado, a incorporação da modernização tecnológica é desigual não somente entre os diferentes países, mas também entre os diferentes habitantes da cidade.

O processo de crescimento econômico e modernização tecnológica, seletivo e concentrador, não consegue atender de igual forma todos os habitantes da cidade grande, que fazem parte do mesmo mercado, porém com os mais

diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia. Diferentes formas de produzir que, por sua vez, correspondem a diferentes formas de consumir. Essa segmentação do mercado autoriza a convivência de uma ampla variedade de formas de realização econômica, que trabalham segundo diversas taxas de lucro, produtividade, rendimentos e salários. (ARROYO, 2008, s/p.).

Alves (2016) observa que em função do “[...] adensamento de fluxos informacionais e humanos no mundo contemporâneo” (ALVES, 2016, p. 48) a teoria dos dois circuitos não se restringe aos países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. O autor analisa o rap *indé*¹³ – circuito de rap independente em Paris – destacando que na França os *rappeurs indés* são agentes de origem ultramarina, de modo que, o interesse em utilizar tal teoria “Não se trata de uma simples transposição de práticas e materialidades do ‘sul do mundo’ para um país ‘desenvolvido’, mas sim parte de um processo de hibridização, corolário do período em curso.” (ALVES, 2016, p. 39). O autor faz ainda uma análise da cultura na cidade contemporânea – desigual e segregada – e ao considerar em seu estudo aspectos como o aumento da concentração da pobreza e o encolhimento do Estado de bem-estar social nos países tidos como desenvolvidos.

Uma série de aspectos da dinâmica do circuito rap indé aponta para o modo de operação do circuito inferior da economia nos países do Terceiro Mundo, como o trabalho intensivo, o alto grau de improviso e criatividade, a produção reduzida e matizada, os preços negociáveis e o tímido uso de publicidade, entre outros. Como observado, os agentes do circuito indé constituem densas redes de cooperação e executam tarefas ligadas às diversas etapas de produção e difusão musical. (ALVES, 2016, p. 49).

Nesse circuito musical, assim como no âmbito inferior de outros circuitos produtivos, o conhecimento técnico específico e a cooperação são mais importantes do que o acesso a equipamentos modernos. No Brasil, o mesmo autor analisa diferentes segmentos do circuito inferior da produção musical, como as batalhas de rap em São Luís (MA) atreladas ao comércio de alimentos dinamizado por mulheres (ALVES; SANTOS, 2019) e as dinâmicas socioterritoriais de prestadores de serviços fonográficos, ligados à produção do circuito sonoro em Recife (PE) (ALVES, 2014, ALVES; SILVA, 2020).

¹³ O rap *indé* é o rap independente em Paris, em sua mensagem “[...] defende-se o combate a agentes declaradamente racistas, como a Frente Nacional, partido francês de extrema direita; aborda-se igualmente temas, como os valores do islamismo, a vida nos banlieues, o pan-africanismo, a integração entre os povos do Terceiro Mundo, entre outros.” (ALVES, 2016, p. 37).

A diversidade de pesquisas apresentada demonstra que, com as devidas atualizações, inerentes às transformações ocorridas ao longo de cinco décadas, a teoria dos dois circuitos da economia pode contribuir para estudos relacionados com as desigualdades socioespaciais do mundo contemporâneo. Pois, mesmo considerando as transformações do período atual, hoje a teoria não se restringe apenas ao espaço urbano de grandes metrópoles, tampouco ao contexto de países em desenvolvimento. Ainda hoje, a existência de dois circuitos da economia é resultado da incorporação desigual da modernização tecnológica, o que muda é em que medida ocorre essa incorporação na atualidade e quais são os seus resultados em diferentes lugares e contextos.

3 IMPORTÂNCIA E DIVERSIDADE DO CIRCUITO INFERIOR

Apesar da importância das atividades do circuito superior do ponto de vista macroeconômico, as atividades do circuito inferior da economia urbana são cada vez mais importantes para a geração de emprego e renda, representando o principal meio de vida e de subsistência para a grande maioria da população.

Se por um lado, o território brasileiro se transforma cada vez mais em uma arena de produções modernas e globalizadas, abrigando um denso circuito superior; por outro lado, este não deixa de estar acompanhado de um profuso circuito inferior também em expansão. E enquanto o circuito superior afirma crescentemente seu caráter poupador de mão-de-obra; o circuito inferior, em suas diferentes formas de organização – micro empresas pouco capitalizadas, que podem ser individuais ou familiares, prestadores de pequenos serviços, pequenos comércios, pequenos negócios domésticos, vendedores ambulantes etc – vem se consolidando, cada vez mais, como o abrigo e o fornecedor de ocupação e renda para grande parte da população pobre metropolitana. (MONTENEGRO, 2011, p. 2).

Nem todas as atividades do circuito inferior são formais, o que dificulta a pesquisa estatística sobre esse segmento. Por outro lado, nos últimos anos, o poder público tem incentivado a formalização de pequenos empreendedores principalmente a partir da instituição da figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI) em âmbito federal, o que tem contribuído para o crescimento da formalização dos pequenos negócios na última década (SEBRAE, 2022). Assim, visando demonstrar a importância do circuito inferior para a geração de empregos no Brasil e em Ponta Grossa são utilizados neste tópico dados secundários relacionados a geração de empregos em empresas de diferentes portes.

Antes porém, é importante destacar "[...] que os circuitos se retroalimentam, de modo que a massa de salários gerada em um circuito acaba fomentando o consumo no âmbito do sistema como um todo." (DANTAS; TAVARES, 2012, p. 66). Ou seja, o circuito inferior é cada vez mais inter-relacionado e interdependente do circuito superior.

Os dois circuitos da economia não podem ser explicados de maneira independente um do outro, pois ambos são complementares. Assim, é importante frisar, os circuitos não constituem sistemas fechados, mas apresentam-se interligados, conectados por intensas relações de complementaridade, de concorrências e muitas vezes de subordinação. Compreendem, em realidade, subsistemas do sistema urbano, no qual todas as formas de trabalho estão integradas. (CATAIA; SILVA, 2013, p. 71).

Essa interdependência entre os circuitos inferior e superior é entendida por Silveira (2007, 2009) como uma oposição dialética. De acordo com a autora:

Com a crescente financeirização da sociedade, as sinapses entre ambos os circuitos aumentam significativamente, e certos nexos modernos criam perturbações na vida social dos mais pobres. Essa é a oposição dialética que existe entre ambos os circuitos. Nenhum deles pode ter autonomia de significado, porque não tem autonomia de existência. Ambos são opostos e complementares, mas, para o circuito inferior, a complementaridade ganha a forma de dominação. (SILVEIRA, 2009, p. 74).

De acordo com dados disponibilizados no portal Mapa de Empresas do Governo Federal, em fevereiro de 2023, o Brasil possuía 19.536.040 empresas registradas na condição de matriz. Destas, a região Sudeste concentra 50% das empresas, sendo seguida pela região Sul que concentra 19%, depois região Nordeste com 17%, pela região Centro-Oeste com 9% e, por último, pela região Norte que concentra apenas 5% do total de empresas no país (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição das empresas formais no Brasil (2023)

	Empresas (Matriz)	Estabelecimentos (Matriz + Filial)
BRASIL	19.536.040	20.417.635
Grandes		
Regiões		
Sudeste	9.910.629	10.283.204
Sul	3.703.743	3.894.768
Nordeste	3.278.788	3.449.670
Centro-Oeste	1.712.328	1.801.070
Norte	930.552	988.407

Fonte: Base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapas-de-empresas>. Acesso em: 17 fev. 2023.

Ao classificar as empresas por porte, observa-se que as microempresas (ME) – incluindo empresários enquadrados como Microempreendedor Individual (MEI) – representavam 88% do total das empresas ativas no país, com as empresas de pequeno porte (EPP) representando 5% e as médias e grandes empresas representando 7% do total de empresas formais no Brasil (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição das empresas ativas por porte no Brasil (2023)

Porte	Empresas ativas
Microempresas	18.035.111

Empresas de Pequeno Porte	1.084.796
Outras	1.297.728

Fonte: Base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>. Acesso em: 17 fev. 2023.

O enquadramento das empresas por porte depende do faturamento anual, do número de funcionários e das atividades desempenhadas (SEBRAE, 2021). De acordo com a Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, as empresas enquadradas como MEI, ME e EPP devem ter uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 81 mil, R\$ 360 mil, R\$ 4,8 milhões respectivamente, enquanto que as empresas de médio a grande porte não têm limite de faturamento anual ou têm um faturamento acima de R\$ 4,8 milhões anuais (BRASIL, 2006).

Em relação ao número de funcionários, os empresários enquadrados como MEI só podem contratar até um funcionário que receba um salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional. No Cadastro Sebrae Empresas, o porte dos demais estabelecimentos de acordo com o número de funcionários depende da atividade econômica (Quadro 5).

Quadro 5 – Porte dos estabelecimentos de acordo com o número de pessoas ocupadas

Porte	Setores	
	Indústria e Construção	Agropecuária, Comércio e Serviços ^(*)
Microempresa	até 19 pessoas ocupadas	até 9 pessoas ocupadas
Pequena empresa	de 20 a 99 pessoas ocupadas	de 10 a 49 pessoas ocupadas
Média empresa	de 100 a 499 pessoas ocupadas	de 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande empresa	500 pessoas ocupadas ou mais	100 pessoas ocupadas ou mais

Nota: ^(*) O setor serviços não inclui administração pública e serviço doméstico.

Fonte: SEBRAE. **Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios 2018**. Brasília, DF: DIEESE, 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/anuario/2018/anuarioPequenoNegocio2018/index.html?page=12>. Acesso em: 17 fev. 2023.

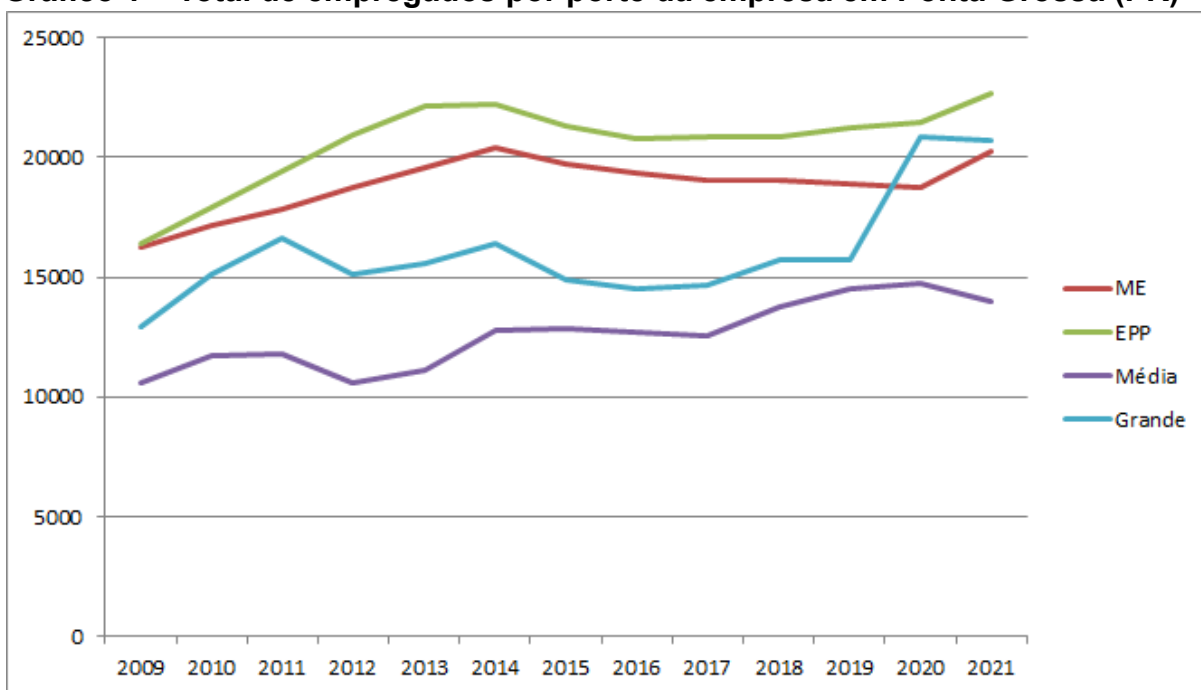
No município de Ponta Grossa, em 2021, 51% das empresas formais eram enquadradas como MEI, 40% como microempresas, 3% eram enquadradas como empresas de pequeno porte e 6% eram empresas de médio e grande porte (Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição das empresas ativas por porte em Ponta Grossa (2021)

Porte	Empresas ativas
MEI	23.743
Microempresas	18.202
Empresas de Pequeno Porte	1.507
Outras	2.867

Fonte: Receita Federal (2021). Disponível em: <https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br>. Acesso em: 17 fev. 2023.

Mesmo considerando os limites de faturamento e da quantidade de funcionários, as Empresas de Pequeno Porte foram as que mais geraram empregos em Ponta Grossa entre os anos de 2009 e 2021 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Total de empregados por porte da empresa em Ponta Grossa (PR)

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério da Economia. Disponível em: <https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br>. Acesso em: 17 fev. 2023.

De acordo com esses dados, no município de Ponta Grossa, em 2021, as EPP's empregavam 22.715 pessoas, as grandes empresas geraram 20.747 empregos, as ME's tinham 20.236 empregados, e as médias empresas empregavam 13.993 trabalhadores. O aumento na geração de empregos por grandes empresas entre os anos de 2019 a 2020 é resultado da ampliação de investimentos na cidade

que em 2019 sediava 12 das maiores empresas do Sul do Brasil¹⁴. No mesmo período a Heineken anunciou a ampliação da capacidade produtiva da fábrica de Ponta Grossa em 75%¹⁵.

Se acrescentássemos a esse quadro os 23.743 microempreendedores individuais registrados na cidade até 2021 (Tabela 3), sem considerar os possíveis empregos gerados por esses empreendedores – que podem ter até no máximo um funcionário registrado –, os microempreendedores individuais seriam a primeira categoria a ocupar mais trabalhadores formais na cidade.

Após a instituição da figura jurídica do MEI em âmbito federal através da Lei Complementar nº. 123, de 2006, os municípios passaram a editar suas leis municipais específicas sobre o assunto. Em Ponta Grossa é a Lei Municipal n.º 12.182, de 25 de maio de 2015, que dispõe sobre a figura do MEI no município (PONTA GROSSA, 2015, s/p.). No entanto, é a partir do Decreto Municipal n.º 12.714, de 14 de março de 2017 que instituiu o *Programa Minha Empresa é Legal*, que se observa um aumento nos incentivos para a formalização dos trabalhadores. O programa tem como objetivo:

[...] incentivar a legalização de negócios informais e formalização de novos empreendimentos por meio da prestação de serviços pelo Poder Público Municipal, de modo gratuito ou por valores subsidiados, destinados à constituição da pessoa jurídica e acompanhamento técnico-contábil, planejamento e assessoramento empresarial. (PONTA GROSSA, 2017, s/p.)

O programa é gerenciado pela Coordenadoria de Fomento ao Empreendedorismo e Inovação, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda, através da Sala do Empreendedor. Visando descentralizar as ações, em 2019, foi estabelecido que os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) vinculados à Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa, serviriam como pontos de apoio para o atendimento do programa.

De acordo o artigo 5º do decreto 12.714-2017, os benefícios oferecidos pelo programa compreendem:

¹⁴ PG sedia 12 das maiores empresas do Sul do Brasil. **A Rede**, Ponta Grossa, 08 dez. 2020. Disponível em: <https://arede.info/ponta-grossa/348869/pg-sedia-12-das-maiores-empresas-do-sul-do-brasil?d=1>. Acesso em: 18 fev. 2023.

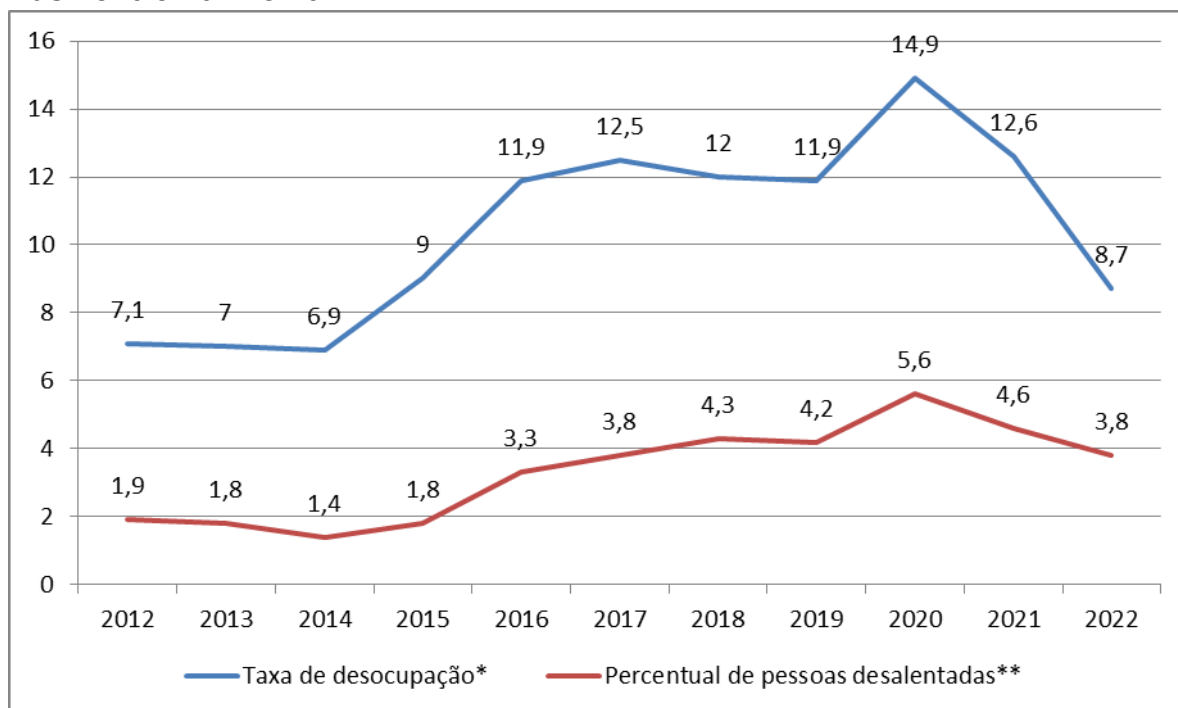
¹⁵ HEINEKEN confirma investimento de R\$ 865 mi em fábrica de Ponta Grossa (PR). **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 10 mar. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/03/10/heineken-confirma-investimento-de-r-865-mi-em-fabrica-de-ponta-grossa-pr.ghtml>. Acesso em: 18 fev. 2023.

I - capacitação, planejamento empresarial e estudo prévio de viabilidade, com ou sem custo por participante, conforme preços diferenciados estabelecidos pelas entidades e universidades parceiras;
 II - serviços de encaminhamento para constituição, registro e obtenção de licença de funcionamento de empresa, exceto do pagamento de custas;
 III - acompanhamento técnico e contábil, pelo prazo máximo de um (1) ano;
 IV - Divulgação gratuita da empresa regularmente constituída, em sistema de classificados próprio do programa Minha Empresa é Legal, junto a página da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa na internet.
 V - auxílio, pelo período de 01 (um) ano, na transmissão da Declaração Anual do Simples Nacional - DASN/MEI; (Redação acrescida pelo Decreto nº 16.216/2019). (PONTA GROSSA, 2017, s/p.).

De acordo com o Atlas dos Pequenos Negócios organizado pelo SEBRAE, os pequenos negócios são responsáveis por 30% do PIB brasileiro e as micro e pequenas empresas criaram 78% dos empregos gerados no Brasil em 2021 (SEBRAE, 2022).

O gráfico a seguir apresenta as taxas de desocupação e o percentual de pessoas desalentadas¹⁶ no Brasil no terceiro trimestre dos anos de 2012 a 2022. De acordo com esses dados, observa-se o crescimento acentuado dessas duas taxas de 2015 a 2020 (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Taxa de desocupação e percentual de pessoas desalentadas no Brasil entre 2012 e 2022



Notas: Dados relativos ao 3º trimestre de cada ano.

¹⁶ "Os desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam." (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021, s/p.).

* na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%).

** na população de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho ou desalentada, na semana de referência (%).

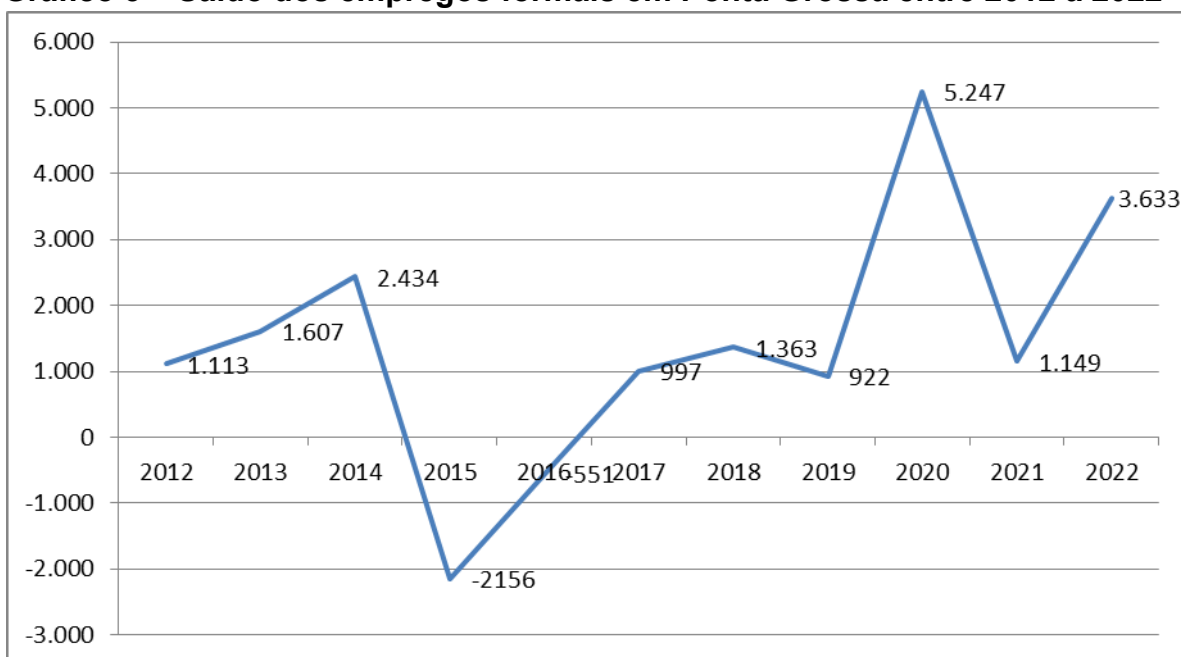
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Tabelas: 6468 e 6813. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>. Acesso em: 17 fev. 2023.

A taxa de desocupação, que estava no patamar de 7% entre os anos de 2012 a 2014, subiu para o patamar de 9% em 2015, variou entre 11 a 12 % entre 2016 a 2019, chegando a 14,6% no terceiro trimestre de 2020. É importante ressaltar, no entanto, que o aumento da taxa de desocupação verificado entre os anos de 2019 e 2020 se deve principalmente aos impactos da pandemia de COVID-19, já que de 2017 a 2019 havia uma tendência de queda dessa taxa. Já o percentual de pessoas desalentadas que havia caído para 2,3 % no terceiro trimestre de 2014 subiu de forma contínua atingindo o patamar de 7,5 % no terceiro trimestre de 2020.

Com a retomada da economia, a partir do início da vacinação contra a COVID-19, em janeiro de 2021, as taxas de desocupação e o percentual de pessoas desalentadas voltaram a cair, porém, ainda não atingiram o patamar de 2014.

Tendência semelhante pode ser observada no gráfico a seguir que apresenta o saldo dos empregos formais de janeiro a dezembro de cada ano (com ajustes) no município de Ponta Grossa entre os anos de 2012 a 2022 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Saldo dos empregos formais em Ponta Grossa entre 2012 a 2022



Fonte: CAGED (2012 a 2019); Novo CAGED (2020 a 2022). Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 17 fev. 2023.

De acordo com esse gráfico é possível observar uma queda acentuada no saldo de empregos formais justamente entre os anos de 2014 a 2015, seguido por uma retomada gradual nos números e por uma queda pouco acentuada entre os anos de 2018 a 2019. Observa-se também um crescimento exponencial em 2020 seguido por uma queda em 2021 e novo crescimento em 2022.

Em relação ao PIB, a existência de um setor agropecuário forte associado a um dinamismo do setor industrial contribuiu para que a região dos Campos Gerais não sofresse tanto com a crise política tendo apenas reduzido o seu ritmo de crescimento (RAIHER, 2019a). Entre 2016 a 2017 a região dos Campos Gerais cresceu 7,3%, enquanto o Brasil e o Paraná cresceram 1,3% e 1,18% respectivamente. No mesmo período, o PIB de Ponta Grossa representou 44% do PIB da região dos Campos Gerais (RAIHER, 2019c).

Isso indica uma estrutura produtiva mais sólida para os Campos Gerais, com investimentos menos sensíveis às crises econômicas, especialmente por ter uma produção industrial encadeada ao setor primário, voltada à exportação, com um setor agropecuário competitivo. No que se refere às suas exportações, sua pauta é essencialmente composta por bens de baixa tecnologia, e essa característica faz com que em períodos de crescimento econômico mundial o dinamismo econômico interno não seja tão intenso, entretanto, em épocas de crise internacional (como a foi verificada nos últimos anos), não se tem uma queda tão intensa da demanda por esses bens, pela essencialidade dos mesmos (os quais apresentam baixa elasticidade-renda). Essa e outras características justificam a estabilidade e a diferenciação do crescimento econômico dos Campos Gerais frente ao observado no Paraná e no Brasil. (RAIHER, 2019c, p. 2).

Entre os anos de 2010 a 2017, a industrialização, especialmente aquela relacionada às microempresas, também cresceu nos Campos Gerais e em Ponta Grossa que teve um crescimento de 12% nesse setor (RAIHER, 2019b). No entanto, assim como o restante do mundo, o município de Ponta Grossa sofreu os impactos da pandemia de COVID-19, tanto em função de fatores endógenos relacionados à queda da demanda local em função das medidas de distanciamento social, como em função de fatores exógenos que se referem “[...] à queda da demanda internacional, com efeito nas exportações, e também com a retração da disponibilidade de alguns bens intermediários importados, os quais são utilizados na produção de bens finais da região [...]” (RAIHER, 2020, p. 1).

Esses impactos foram sentidos principalmente pelos agentes do circuito inferior da economia que dependem das atividades presenciais e do contato direto com os consumidores. Assim, ações do poder público voltadas a apoiar as

atividades do circuito inferior são fundamentais para a manutenção da renda e do emprego para a maioria da população, especialmente em períodos de crise.

3.1 PERSPECTIVAS ECONÔMICAS ALTERNATIVAS

Na Geografia, a discussão econômica se constitui em um ramo específico da disciplina que, assim como a própria ciência geográfica como um todo, passou por diferentes fases, em que a questão econômica foi analisada através de diferentes perspectivas. Ao refletir sobre a evolução da Geografia Econômica e a sua relação com a Economia, Paul Claval (2005) distingue quatro fases. Na primeira fase, denominada pelo autor como "pré-história" da reflexão econômica sobre o papel do espaço nas atividades produtivas e no consumo, o interesse decorria da observação de fatos como a concentração das atividades produtivas (final do século XVII); a produção das riquezas no campo e circulação nas cidades (século XVIII); e os mecanismos econômicos (a partir de 1770).

No entanto, de acordo com o autor, a partir da publicação da obra *A riqueza das Nações*, de Adam Smith, em 1776, o foco do interesse se voltou aos mecanismos econômicos, fazendo com que as particularidades das distribuições geográficas deixassem de ser sublinhadas. Assim, "O ramo principal da ciência econômica ignorou o papel do espaço por mais de um século, até os anos 1930" (CLAVAL, 2005, p. 12).

A segunda fase identificada por Claval (2005) compreende desde o começo do século XIX até os anos 1930, quando os problemas espaciais da vida econômica foram estudados por três disciplinas independentes: a teoria das relações internacionais, a teoria da localização e a geografia econômica.

Na terceira fase compreendida entre os anos quarenta aos anos setenta: *a reconciliação entre economia e geografia econômica*, o autor destaca a existência de um novo ambiente intelectual em que "O liberalismo aparecia como principal causa da grande crise econômica" (CLAVAL, 2005, p. 15) nos países desenvolvidos e industrializados a partir dos anos 1930. O mesmo é destacado por Nunes (2005) que afirma que:

[...] a introdução do materialismo histórico a partir de teorias, conceitos, ideias e proposições metodológicas foi o principal caminho de afirmação do econômico na análise geográfica, visto que a partir desta base teórico-metodológica o econômico ganha importância, tendo papel central nas análises. (NUNES, 2005, p. 83).

Nessa fase é ressaltado o papel do Estado na intervenção da economia e a busca por modelos explicativos para compreender o desenvolvimento desigual passa a ser um problema também da geografia. Os geógrafos “enfatizaram o papel da informação na vida econômica e na gênese das economias externas; analisaram a natureza econômica das cidades e seu papel na vida de relações” (CLAVAL, 2005, p. 17). Além disso, houve um interesse crescente pela questão do consumo.

Na última fase, que compreende desde o final do século XIX até os anos sessenta, o autor aponta a existência de um novo contexto econômico, caracterizado pela “[...] rapidez das transferências de informação e a ameaça de desequilíbrios ecológicos profundos na escala mundial” (CLAVAL, 2005, p. 18), e intelectual, no qual, “[...] o objetivo dos cientistas não é mais o de propor novos modelos aos governos, mais o de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e que proporcione mais felicidade aos indivíduos.” (CLAVAL, 2005, p. 19). A partir dessa fase há um alargamento da concepção da vida econômica.

O papel da geografia econômica no contexto das ciências econômicas é, hoje, maior que no passado. Ela explora a influência da cultura no domínio do consumo, estuda os circuitos econômicos “solidários” e de redistribuição; ela contribui também para o estudo da flexibilidade e da metropolização. (CLAVAL, 2005, p. 23).

Esse alargamento da concepção da vida econômica se dá nas ciências sociais em geral, a partir da consideração da coexistência de uma multiplicidade de perspectivas e experiências econômicas que subvertem ou questionam de alguma maneira as mazelas produzidas pelo capitalismo enquanto modelo econômico hegemônico. No entanto, essa multiplicidade não é algo novo:

Outras economias, produtivas e orientadas ao intercâmbio de bens, existiam antes da disseminação das relações capitalistas. Desse ângulo, o capitalismo é que representou a introdução de outra economia, gradativamente sobreposta a formas econômicas pré-existentes, taxadas de pré-capitalistas como se fossem mero preâmbulo da economia dita superior do capital. Diante do advento das relações capitalistas, os trabalhadores reagiram de várias formas, combatendo a exploração no interior da empresa capitalista, criando alternativas de caráter associativo (Singer, 1999) ou defendendo seus sistemas de vida próprios, seu patrimônio produtivo e seus saberes, contra a ameaça de espoliação e de subordinação do capital. (GAIGER, 2007, p. 60).

Sabe-se que “[...] as formas de ‘fazer economia’ variaram historicamente, já que se encontram distintas formas de produzir e distribuir riqueza nas diferentes culturas humanas ao longo dos tempos [...]” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 7). Dessa

forma – apesar da visão essencialista que considera o capitalismo como modelo econômico único ou dominante – existem tantas práticas econômicas quantas forem as culturas, visto que “[...] práticas econômicas são práticas humanas determinadas por seres humanos que encarnam seus modos de ser e pensar, seus interesses, valores e projetos.” (CASTELLS, 2019, p. 11).

Essa multiplicidade de perspectivas e experiências econômicas tem sido analisada por diversos autores, principalmente economistas e sociólogos, na Geografia, porém, a temática ainda tem pouca repercussão:

[...] esse ainda é um assunto com pouca repercussão dentro da Geografia. Mesmo quando se trata da Geografia Econômica e da Geografia Urbana, essas áreas têm se preocupado, há bastante tempo, muito mais com a macroeconomia e sua interface geopolítica, ou com o “circuito superior” e o papel das corporações e empreendimentos (rurais e urbanos) – novas tecnologias e meios de inovação e seus impactos territoriais, regiões funcionais, ou, mais recentemente, de temas ligados à discussão sobre cidades médias, reestruturação produtiva e impactos na economia e no trabalho [...] do que com esse tipo de abordagem que foca no “circuito inferior”. (RAMOS, 2014a, p. 172-173).

Ao propor o conceito de *Economias diversas*, as geógrafas econômicas feministas Julie Graham e Katherine Gibson afirmam que os discursos *capitalocêntricos* que compõem essa visão essencialista têm efeito ideológico e político, limitando a imaginação e a busca por outras possibilidades econômicas (GIBSON-GRAHAM, 2006). Outros exemplos de narrativas não *capitalocêntricas* são a concepção de *economia plural* (FRANÇA FILHO, 2011; 2007), a noção de *Outra economia* (CATTANI, 2004, 2009) e a concepção de *práticas econômicas alternativas* (CASTELLS, 2019).

A concepção de *economia plural* proposta pelo sociólogo Genauto Carvalho de França Filho é baseada no conceito de economia substantiva de Polanyi (1986, 2011) que “[...] estende o campo econômico – além das trocas de mercado – às lógicas de redistribuição, reciprocidade e domesticidade” (FRANÇA FILHO; MAGNELLI; EYNAUD, 2020, p. 176). Esse conceito de economia plural:

[...] corresponde à ideia de uma economia que admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas. Esse modo de conceber o funcionamento da economia real permite ampliar o olhar sobre o econômico para além da visão dominante, que reduz seu significado à ideia de economia de mercado, permitindo, ainda, perceber certas singularidades, próprias às práticas de economia solidária. (FRANÇA FILHO, 2007, p. 159).

O conjunto de processos que compreendem a *Outra economia* conforme as obras organizadas pelo sociólogo Antônio David Cattani (2004, 2009) são baseados em valores como a solidariedade, a sustentabilidade, a inclusão e a emancipação social em contraposição aos princípios que regem as relações de produção capitalistas como a concorrência, a exploração ambiental e social, a acumulação compulsória e a exclusão. Ou seja:

São processos, instituições, valores, manifestações, etc., designados por diversos nomes ou conceitos: socioeconomia solidária, economia popular solidária, economia do trabalho, empresas autogestionárias, novo cooperativismo, investimento ético, empreendimento social, redes de consumo solidário e muitos outros. São fenômenos que correspondem, por um lado, a algo muito concreto (instituições formais, práticas sociais) e, por outro, a dimensões abstratas, como projetos, valores, percepções, etc., que não correspondem à economia e práticas convencionais. (CATTANI, 2004, p. 25).

De acordo com Manuel Castells as *práticas econômicas alternativas* parecem surgir justamente em contextos como a crise de 2008. No entanto, vão além da simples resposta à crise e se conectam com valores culturais e com as transformações tecnológicas em curso.

[...] enquanto algumas dessas novas práticas econômicas parecem uma reação à incapacidade das operações econômicas convencionais de fornecer bens, serviços e crédito durante as crises, outras se tornam cada vez mais visíveis ao adotarmos um olhar mais amplo sobre a maneira como as transações econômicas evoluem em conjunto com a cultura, a tecnologia e as instituições numa sociedade em rápida transformação. (CASTELLS, 2019, p. 9).

Conforme proposto por Marx em *O Capital* (1986) e discutido por outros autores posteriormente, o modo de produção capitalista é caracterizado pela sucessão de movimentos cíclicos curtos ou longos, que alternam períodos sucessivos de aceleração e desaceleração (crise) da acumulação. (SANTOS; RIBEIRO, 2010). Assim, essas *práticas econômicas alternativas* ganham fôlego a cada nova crise.

Na geografia brasileira especificamente a discussão sobre a multiplicidade de perspectivas e experiências econômicas é feita em estudos relacionados com a precarização do trabalho e sua superação, e com a agricultura familiar e orgânica. Nesta pesquisa optou-se por dar visibilidade para essa multiplicidade a partir de três iniciativas econômicas de cunho coletivo no município de Ponta Grossa (PR),

relacionadas com a economia solidária e popular, com a economia feminista e a busca pelo consumo social e politicamente responsável.

Essas iniciativas se desenvolvem no âmbito do circuito inferior da economia urbana, porém, sem deixar de se articular com o circuito superior, tendo em vista que, na atualidade as relações de produção, troca e consumo estão cada vez mais imbricadas, de modo que “O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global.” (SANTOS, 1988, p. 17).

Essa articulação, no entanto, faz com que os impactos das crises sistêmicas do capital sejam sentidos em todos os segmentos da vida social e potencializa as possibilidades para a criação de novas iniciativas. Além disso, como será visto neste capítulo, essas iniciativas não respondem apenas a questões econômicas, indo além da esfera financeira e incorporando, por exemplo, valores relacionados com a luta pela igualdade de gênero, pela qualidade de vida e pela preservação ambiental.

4 ECONOMIA POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Apesar da constante associação do conceito de economia popular à economia informal ou precária, a economia popular é fundamentada na reinvenção das relações de produção e trabalho capitalistas, ou seja, na “[...] adaptação (completa ou parcial) aos problemas, projetos e possibilidades da comunidade a qual está vinculada.” (RAMOS, 2014a, p. 180). De modo que a economia popular se refere à:

[...] produção de bens, mercadorias e da prestação de serviços por meio do desenvolvimento de atividades econômicas que se inscrevem em um espaço específico, em geral urbano, mas não exclusivamente, e com uma dinâmica temporal também específica. Essas atividades, normalmente, estão calcadas numa base popular, de estilo comunitário, onde os indivíduos compartilham não apenas o substrato material, o espaço concreto, mas uma espacialidade e uma territorialidade construídas pelas suas histórias de vida, pela sua forma de estar ali e estar no mundo, pelas relações culturais, afetivas e pelos conflitos ali inscritos. (RAMOS, 2014a, p. 179).

O conceito de economia solidária por sua vez pode agregar diversos tipos de iniciativas econômicas alternativas de caráter associativo, porém, para ser definida formalmente como economia solidária, é necessário atender a princípios como a autogestão, a cooperação, a participação direta, a democracia, a sustentabilidade e a justiça social (BRASIL, 2021).

As origens da economia solidária remontam ao contexto europeu, onde a economia social “[...] nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção” (SINGER, 2002, p. 24). Graças ao avanço dos direitos trabalhistas promovido pelo Estado de bem-estar social a economia social perdeu força, porém, foi reinventada ao ressurgir a partir da segunda metade dos anos 1970, em função da precarização do trabalho e do início do processo de desregulamentação da economia nos países centrais, em especial na Europa Ocidental (SINGER, 2002; RAMOS, 2014a).

Na América Latina, no entanto, o surgimento da economia solidária se inscreve em outro contexto, associado à economia popular e a experiências de autogestão.

Diferentemente da situação do terceiro setor na América Anglo-Saxônica, e da economia social e solidária de tradição europeia, na América Latina a

economia solidária não surge a partir do movimento operário, como acontece na Europa no século XIX, ou com o esgotamento de um *welfare state*, que nunca existiu de fato, ou existiu de forma residual, mas a partir de experiências de exclusão duradoura ou permanente do mercado de trabalho e de situações de falência de empresas que passaram a constituir experiências de autogestão. (RAMOS, 2014a, p. 178).

No contexto latino-americano a economia solidária engloba ainda outras questões que vão muito além da esfera econômica, incorporando a busca por formas alternativas de viver.

Pode-se dizer que a economia solidária vai ampliar as questões postas pela economia social, passando a envolver, além das dimensões social e político-econômica, também a cultura, a questão ecológica, a questão de gênero, entre outras. Seu intuito não é (apenas) remediar uma problemática social motivada por escassez de empregos, economia em recessão, custo de vida elevado e baixos salários, mas criar formas alternativas de viver em meio a isso e, quem sabe, superar “isso” por uma transformação social mais ampla. (RAMOS, 2014a, p. 176).

No Brasil a economia solidária foi impulsionada no início da década de 1990 a partir da mobilização coletiva de iniciativas populares no âmbito do combate à fome e à miséria com apoio de instituições como a Cáritas (entidade pertencente à igreja católica), sindicatos e universidades. Foi nessa época que surgiram as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) uma adaptação das incubadoras tecnológicas empresariais, porém, voltadas para a geração de emprego e renda com base nos princípios da economia solidária (SINGER, 2009).

Estas incubadoras apostam na Economia Solidária (ECOSOL) como forma não de mitigar os problemas gerados pela crise do capital, mas de fazer frente ao próprio sistema gerador das crises. É, portanto, uma alternativa civilizatória, e não funcional ao sistema. (MACHADO; BRASIL; FRAGOSO, 2018, p. 304).

A primeira ITCP foi criada em 1995, junto à Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) em articulação com o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP) e com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Fundação Banco do Brasil (FBB). O COEP é uma organização não governamental (ONG) que trabalha para promover justiça social, direitos humanos e desenvolvimento sustentável no país. Foi criado em 1993 e é composto por uma rede de entidades públicas, organizações da sociedade civil e entidades do setor privado. O principal objetivo do COEP é promover a colaboração e parceria entre os diferentes setores

da sociedade para enfrentar os desafios sociais e ambientais, com particular enfoque no combate à fome e à pobreza.

Uma das iniciativas do COEP foi o apoio à constituição da Cooperativa de Manguinhos, junto à Fundação Oswaldo Cruz, desenvolvida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), em 1995. (BRASIL, 2010, p. 153).

A partir dessa primeira experiência foi criado em 1998 o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), um programa de fomento às ITCPs em parceria com a FINEP, a FBB e o COEP. Além de financiar a ITCP/UFRJ o PRONINC contribuiu para a criação de cinco incubadoras na Universidade Federal do Ceará (UFC), na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Esse programa é considerado fundamental para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil a partir do fortalecimento da trajetória das incubadoras atuando “[...] de forma estratégica ao financiar, simultaneamente, empreendimentos e grupos de pesquisadores, técnicos e estudantes comprometidos em produzir conhecimento a partir das demandas populares.” (ADDOR; MAIA; OLIVEIRA, 2020, p. 208).

Outra iniciativa importante para a promoção da economia solidária brasileira é a articulação das ITCPs em redes como a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs) criada em 1994 e a Rede Unitrabalho criada em 2004, além da participação em fóruns regionais e locais de economia solidária. Já a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE):

[...] representou, em certo sentido, a institucionalização de um rol de demandas represadas pelos diversos movimentos sociais, urbanos e rurais, por políticas públicas de fomento de trabalho e renda sob o arco organizacional de empreendimentos econômico solidários, possibilitando sua implementação, desenvolvimento e continuidade de suas atividades de forma autogestionária. (CHIARIELLO, 2020, p. 98).

Em 2010 o PRONINC foi regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.357, de 17 de novembro de 2010 que visava a sua implementação “[...] de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à geração de trabalho e renda, por meio de ações de economia solidária.” (BRASIL, 2010, s/p.).

Nos últimos anos as políticas públicas para a economia solidária foram gradativamente fragmentadas. Em 2016 a SENAES foi rebaixada a Subsecretaria e em 2019, com a extinção do MTE foi transformada em um departamento da Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana do Ministério da Cidadania (CHIARIELLO, 2020). No início de 2023 a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária foi recriada pelo Decreto nº 11.359¹⁷ como uma secretaria do MTE recriado pela Medida Provisória nº 1.154¹⁸.

Mesmo com a fragmentação das políticas públicas voltadas à consolidação da economia solidária nos últimos anos, as ITCPs permaneceram na linha de frente, buscando promover e apoiar o desenvolvimento de cooperativas populares e outras formas de organização econômica coletiva, desempenhando um papel importante na promoção da inclusão econômica e da justiça social no país, principalmente diante dos desafios econômicos e da desigualdade.

O campo das incubadoras tecnológicas de economia solidária (Ites) vem se consolidando como um dos principais espaços de construção de caminhos contra-hegemônicos em duas searas. Primeiro, como política de apoio à construção de uma nova economia, estruturada em empreendimentos econômicos solidários (EES) e baseada nos princípios da cooperação, da coletividade, da solidariedade, do respeito ao meio ambiente, da autogestão. Segundo, como estímulo à criação de grupos universitários que fortaleçam uma visão da universidade mais integrada à sociedade e com maior atenção às demandas da população brasileira, articulando intensamente ensino, pesquisa e extensão, conforme orienta nossa Constituição. (ADDOR; MAIA; OLIVEIRA, 2020, p. 207).

No Paraná a primeira ITCP do estado foi criada ainda em 1999 na Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR) e em 2005 foi criada em Ponta Grossa a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa (IESOL/UEPG) que, desde então, vem apoiando diversas iniciativas de economia solidária na cidade e na região dos Campos Gerais.

A IESol é um Programa de Extensão criado na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2005 pela Resolução do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) nº 105 de 27 de setembro de 2005 (UEPG, 2005) e aprovado como Projeto de Extensão em caráter permanente com a publicação da Resolução CEPE nº 60 de 06 de setembro de 2011 (UEPG, 2011).

¹⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11359.htm. Acesso em: 09 fev. 2023.

¹⁸ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/mpv/mpv1154.htm. Acesso em: 09 fev. 2023.

Esse programa teve origem a partir de um movimento interno das universidades brasileiras de questionamento do “[...] seu papel na resolução de problemas sociais ou de grupos que buscam alternativas de geração de trabalho e renda de forma crítica do sistema capitalista.” (VALADÃO *et al.*, 2018, p. 15). Movimento este que, como visto no capítulo 3, surgiu na década de 1990, com a criação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), quando:

[...] membros da comunidade acadêmica passaram a questionar o papel das instituições de ensino superior. Para eles, as universidades e faculdades, principalmente as públicas, deveriam se importar e trabalhar em benefício de grupos mais vulneráveis e não se fechar dentro de seus muros sendo um fim em si mesma. (VALADÃO *et al.*, 2018, p. 14).

Em sua formação a IESol contou com o apoio de profissionais da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR) e atualmente é composta por equipes multi e interdisciplinares formadas por voluntários, bolsistas, servidores e professores da UEPG “[...] abrangendo áreas como a do Serviço Social, Direito, Geografia, Jornalismo, Economia, Psicologia, Administração, Biologia e Letras, tornando o trabalho mais dinâmico e efetivo.” (BRASIL, 2021, p. 460).

Desde sua criação a IESol tem articulado diversos subprojetos de extensão a partir de editais de financiamento e de iniciativas de economia popular existentes em Ponta Grossa e na região dos Campos Gerais, compreendendo diferentes segmentos como a alimentação, o artesanato, a separação e triagem de materiais recicláveis, a jardinagem e a agricultura familiar:

[...] visando contribuir para a formação, construção e consolidação de EES, capacitando-os para a geração de trabalho e renda com base nos princípios da EcoSol. Tal programa propicia também o desenvolvimento de pesquisas, extensão e de novas metodologias de incubação, além de participar de vários fóruns e auxiliar na divulgação da EcoSol. (CUNHA *et al.*, 2015, p. 2).

A formação dos chamados Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) é realizada por meio da incubação que é o processo de “[...] apoiar, acompanhar e assessorar coletivos de trabalhadores, capacitando-os na geração de trabalho e renda a partir da cooperação, autogestão e solidariedade.” (IESOL, 2016, p. 8). A metodologia do processo de incubação utilizada pela IESol consiste em três fases caracterizadas da seguinte forma:

[...] a *pré-incubação*, a *incubação* e a *desincubação*. A *pré-incubação* trata do diagnóstico dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES) e da apresentação dos elementos fundamentais da economia solidária e do processo de incubação, proporcionando um conhecimento mútuo entre equipe e EES, que ao final elaboram o planejamento inicial das ações a serem executadas durante a incubação. É também o momento em os EES decidem se pretendem mesmo seguir no caminho da economia solidária. Na fase da *incubação* propriamente dita, aprofunda-se o conhecimento sobre economia solidária, avançando para além dos EES e pensando nas redes e na política pública, além de serem tratadas demandas específicas e técnicas, de acordo com a realidade de cada um. E, finalmente, a *desincubação*, fase que se dá com a autonomia e emancipação do grupo, que passa a desenvolver ações de forma mais autônoma e com menor apoio da IESol. Ressalta-se, no entanto, que esse processo não segue um roteiro fixo e com tempos rígidos, podendo se entrecruzar, retornar e até reiniciar, conforme cada contexto. Porém, as ações devem convergir para o resultado esperado em comum acordo com a equipe de incubação e membros dos EES. (VALADÃO *et al.*, 2018, p. 18).

Após a *desincubação* a IESol busca manter a parceria com os grupos por meio da *pós-incubação*, que se refere à ações pontuais e a realização de encontros mais espaçados, visando a construção de redes de colaboração, pois, considera que “O final do processo formal de incubação não pode representar o término de um vínculo, mas sim uma mudança de relação entre incubadora e EES.” (VALADÃO *et al.*, 2018, p. 25).

Atualmente a IESol tem três grupos incubados: I) a Associação dos Campos Gerais de Jardinagem (ACGJ); II) a cooperativa do Acampamento Maria Rosa do Contestado; III) a Associação de Feirantes de Economia Solidária (AFESol); IV) o Grupo Chão e Vida, vinculado à Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Reforma Agrária da Comunidade Emiliano Zapata (ATERRA).

Nesta pesquisa, optou-se por analisar a AFESol, tendo em vista sua trajetória, pois, como apontado por integrantes da incubadora, a incubação da AFESol é “[...] uma das experiências mais longevas e exitosas [...]” (MACHADO; BRASIL; FRAGOSO, 2018, p. 307).

4.1 A ASSOCIAÇÃO DE FEIRANTES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (AFESOL)

A Associação de Feirantes da Economia Solidária (AFESol) foi o primeiro grupo a ser incubado pela IESol em 2006, porém, seu processo de incubação foi interrompido em 2007 em função de dificuldades de seus integrantes para manter os princípios da Economia Solidária. O grupo que fez parte da primeira experiência de incubação entre os anos de 2006 e 2007 era constituído por aproximadamente 20 artesãos da paróquia da igreja Bom Jesus que eram apoiados pela Pastoral do

Mundo do Trabalho e participavam da Feira Solidária do Bom Jesus. Posteriormente, em 2011 algumas de suas integrantes retomaram o contato com a IESol e em 2012 reiniciaram o processo de incubação, formalizando a criação da associação no mesmo ano (CUNHA *et al*, 2015).

Apesar das dificuldades encontradas no primeiro processo de incubação, as experiências e os conhecimentos obtidos na primeira experiência entre os anos de 2006 e 2007 foram essenciais para a retomada da incubação já com uma percepção mais avançada dos princípios da economia solidária:

A AFESol sofreu dificuldades em manter a continuidade do empreendimento com características centradas em princípios da Ecosol. Dessa forma, o processo foi interrompido, mas havia no grupo resquícios da formação que receberam. Portanto, foi possível a retomada do processo num patamar mais avançado do que aquele inicialmente implementado. (CUNHA *et al.*, 2015, p. 6).

Atualmente a AFESol é composta por seis integrantes, sendo cinco mulheres e um homem, que é marido de uma das integrantes e com o passar do tempo passou a contribuir com as atividades mais pesadas, como a lavagem e o desmanche dos malotes. A associação mescla trabalhos individuais e coletivos, pois, essa foi a forma encontrada durante a incubação para que o grupo pudesse desenvolver seu trabalho coletivamente, porém, sem deixar de ter suas produções individuais¹⁹.

Coletivamente o grupo se reúne uma vez por semana para produzir diversos produtos a partir da reutilização de materiais. Desde 2013 o principal produto coletivo do grupo são as bolsas e mochilas de lona (Fotografias 1 e 2) produzidas a partir do beneficiamento de malotes (lavagem, secagem e desmanche). Esses malotes foram doados algumas vezes pelo Banco do Brasil e uma vez pelos Correios. As duas entidades não utilizam mais esse material, porém, o grupo ainda possui estoque de malotes para continuar o trabalho de beneficiamento por algum tempo²⁰.

¹⁹ Informação verbal (16 jan. 2023).

²⁰ Informação verbal (16 jan. 2023).

Fotografia 1 – Bolsas e mochilas produzidas coletivamente pela AFESOL



Fonte: A autora (2023).

Fotografia 2 – Mochilas produzidas coletivamente pela AFESOL



Fonte: A autora (2023).

Individualmente as associadas da AFESol produzem artesanalmente diversos produtos que compreendem desde alimentos – como salgadinhos, docinhos, bolos, bolachas caseiras, pão caseiro, entre outros, – até itens domésticos e de vestuário, como pesos de porta, roupas para cães, orquídeas, suculentas, panos de prato, toalhas de mesa e banho, jogo americano, porta pão e puxa-saco, capa para botijão, máscaras, babero, toucas, calcinhas, bonecas, toalhas para bebês, bijuterias, entre outros (Fotografia 3).

Fotografia 3 – Alguns dos produtos de uma das associadas da AFESOL

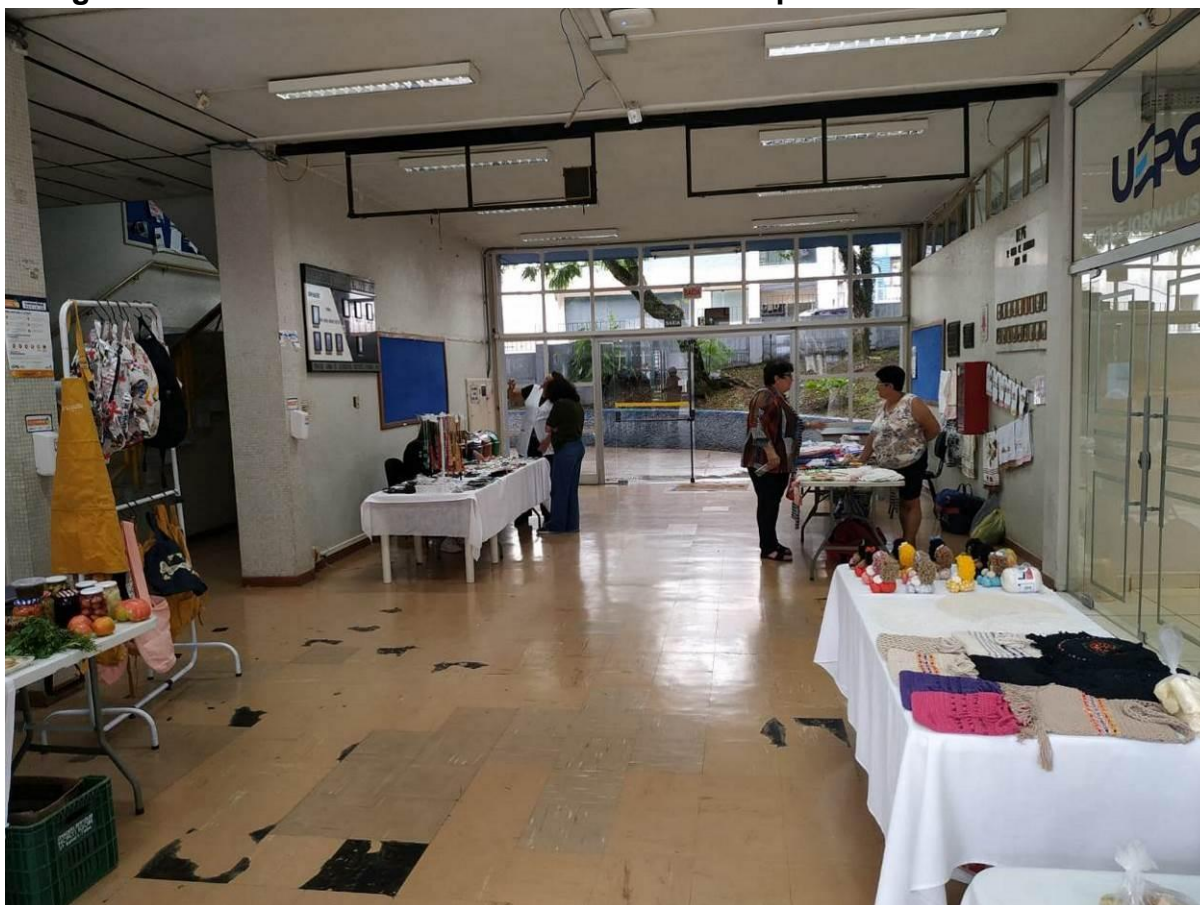


Fonte: A autora (2023).

O principal canal para a comercialização da produção, individual e coletiva, das integrantes da AFESol é a Feira de Economia Solidária da UEPG (FESU) “um espaço permanente para exposição, divulgação e comercialização dos produtos oriundos dos empreendimentos apoiados pela IESol” (IESOL, 2023b, s/p.).

A FESU (Fotografia 4) é realizada tradicionalmente às quintas-feiras no saguão do Bloco B do Campus Central e mensalmente, na última quinta-feira do mês no Centro de Convivência do Campus de Uvaranas da UEPG. Além das datas periódicas, a feira também é organizada durante eventos acadêmicos realizados na UEPG como o Encontro Conversando Sobre Extensão (CONEX), o Congresso Internacional de Administração (ADM), o Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas, dentre outros. A associação também produz materiais para eventos acadêmicos sob encomenda, como banners, crachás, bolsas, entre outros.

Fotografia 4 – Feira de Economia Solidária no Campus Central



Fonte: A autora (2023).

Atualmente, também participam da feira produtores da agricultura familiar, porém, a feira integra em diferentes momentos diferentes grupos incubados pela IESol, pois, além de contribuir para a divulgação e o fortalecimento da economia solidária junto à comunidade universitária e a sociedade em geral, a feira solidária tem como objetivo:

[...] proporcionar espaço de exposição e comercialização dos produtos de EES incubados, interação entre as trabalhadoras e trabalhadores e com a comunidade universitária, porta de entrada para a comunidade externa que visita a Feira; espaço de trocas entre os EES participantes; espaço para outras atividades da IESol como Clube de Trocas, Rodas de Conversa e divulgação da IESol, da UEPG e da economia solidária.”(VALADÃO *et al.*, 2018, p. 22).

As medidas de isolamento físico adotadas para impedir o avanço da pandemia de COVID-19 fizeram com que as feiras fossem suspensas a partir de março de 2020, o que prejudicou o rendimento dos grupos que participavam da feira. De acordo com Brasil *et al* (2021) sem a realização das feiras os trabalhadores da AFESol tiveram uma queda de 80% na sua arrecadação mensal, pois, “[...] a

Economia Solidária é um modelo que privilegia interações ‘face a face’, ou seja, é uma economia feita de pessoas para as pessoas, que depende do encontro delas para produzir, trocar e consumir.” (BARBOSA *et al.*, 2022, p. 1166).

Visando viabilizar a comercialização dos produtos dos grupos incubados que participavam da feira, a IESol organizou um catálogo digital, divulgado através das redes sociais da instituição²¹, com a relação dos produtos e serviços, e o contato dos associados para que os consumidores interessados pudessem fazer suas encomendas (PRADO, 2020). O catálogo integrou os produtos da AFESol, da ACGJ e da Saboaria Artesanal. Porém, a AFESol foi o grupo mais afetado pela suspensão das feiras presenciais em função das despesas com água, luz e aluguel do imóvel utilizado para a produção e armazenamento dos produtos confeccionados coletivamente. Com isso, a AFESol precisou desocupar esse imóvel e transferir provisoriamente seus materiais e equipamentos para a casa de uma de suas associadas. Apesar de ser uma medida tida inicialmente como provisória a produção coletiva do grupo permanece nesse local até a finalização desta pesquisa²².

Outra medida tomada pela IESol para reduzir os impactos causados pela suspensão das feiras presenciais foi a criação de uma campanha para arrecadar doações em dinheiro através da plataforma *Vakinha*²³. De acordo com o texto descritivo da campanha na plataforma, os valores arrecadados seriam “[...] utilizados para pagamento das despesas de manutenção de aluguel, água, luz, compra de materiais para produção de produtos para venda, dentre outras necessidades de cada grupo.” (VAKINHA, 2020, s/p.).

Com o objetivo de contribuir com os grupos vulneráveis e as cooperativas/associações nesse período de isolamento social e, posteriormente, para a reestruturação da autossustentabilidade das **iniciativas Econômicas Solidárias** estamos desenvolvendo uma ação coletiva e solidária para a arrecadação de um fundo para as necessidades básicas e futuras demandas apresentadas pelos grupos. (VAKINHA, 2020, s/p, grifo do autor).

Com a campanha foi possível arrecadar o total de R\$ 3.000,00 que foram repassados para a ACGJ e para a AFESol que “utilizou o dinheiro para quitar

²¹ IESOL - Incubadora De Empreendimentos Solidários. **Catálogo online feira solidária**. Ponta Grossa, 5 ago. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/iesol.uepg/photos/pcb.1344170159122003/1344169605788725/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

²² Informação verbal (16 jan. 2023).

²³ A Plataforma Vakinha é um sistema de gerenciamento de campanhas online de doação. Disponível em: <https://www.vakinha.com.br/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

dívidas, realizar a manutenção de máquinas e comprar materiais para confecção de produtos.” (GASTON, 2021, s/p).

Ainda sentindo os impactos da não realização das feiras presenciais, em dezembro de 2020, com apoio da IESol os grupos incubados organizaram um catálogo digital especial de natal divulgando os produtos e serviços da AFESol e da Associação Campos Gerais de Jardinagem (CLARINDO, 2020)²⁴.

Além de se constituir como um espaço para a geração de renda, a feira de economia solidária é um espaço de convivência comunitária, que gera para as trabalhadoras da AFESol o sentimento de reconhecimento do valor do seu trabalho e de pertencimento junto a comunidade acadêmica (MACHADO; BRASIL; FRAGOSO, 2018).

Há no grupo um forte sentimento de pertencimento ao espaço em que ocupam numa universidade pública, reconhecem ali seus direitos de cidadãos. A universidade deve-se mostrar cada vez mais aberta à comunidade que a rodeia, é desta forma que garantimos ainda mais espaços para o contato com a ciência, a cultura, o conhecimento, e também, a solidariedade. (BRASIL, 2021, p. 465).

Dessa forma, com as restrições impostas pela pandemia, além de terem sua renda reduzida, os grupos também enfrentaram problemas relacionados à saúde mental em função da privação da convivência com o grupo. Durante o período de isolamento físico a IESol manteve as formações com os grupos incubados de forma remota, no entanto, a partir da identificação dos impactos negativos da falta de convívio social, também foram realizados encontros virtuais voltados especificamente para trabalhar com questões relacionadas à saúde mental dos integrantes da AFESol.

Além das contínuas formações com o grupo, sucederam-se então três encontros, de forma remota, para trazer questões importantes relacionadas ao tema. O momento contou com assuntos como depressão, ansiedade e estresse, transtornos esses que tem-se intensificado na pandemia. E formas de enfrentamento destes transtornos como o autoconhecimento, exercícios de respiração, rede de apoio, dinâmica e rodas de conversa. Participou também de um dos encontros, uma psicóloga que anteriormente fez estágio acompanhando o próprio EES. (BRASIL, 2021, p. 465).

Com o controle da pandemia graças ao avanço da vacinação na cidade, as atividades presenciais começaram a ser retomadas aos poucos. No dia 04 de

²⁴ IESOL. **Catálogo Online - Especial de Natal - Feira Solidária**. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1NpamLJMloTIWwI9vJqMISceqDWImuK1P/view>. Acesso em: 25 jan. 2023.

dezembro de 2021, a IESol organizou uma feira solidária no Parque Ambiental com apoio da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e do Centro de Atenção Psicossocial (CAPs) do município com a promoção de discussões sobre saúde mental e economia solidária (NATAL, 2021, s/p).

A partir de março de 2022 as feiras voltaram a ser realizadas presencialmente, tanto periodicamente nas datas tradicionais, como em eventos organizados na universidade. Durante o ano também foram realizadas feiras temáticas, em julho a IESol organizou uma feira julina em parceria com a FESU e em dezembro a FESU foi temática em alusão ao natal.

Dentre as iniciativas de retomada da FESU, a IESol organizou e divulgou um cronograma com a previsão das datas de todas as feiras a serem realizadas na UEPG durante o ano de 2023 (Quadro 6).

Quadro 6 – Cronograma da FESU 2023

Campus UEPG Central	Campus UEPG
Fevereiro – 09, 16	
Março – 09, 16, 23, 30	Março – 31
Abril – 04, 13, 20, 27	Abril – 28
Maiο – 04, 13, 20, 27	Maiο – 31
Junho – 01, 06, 15, 22, 29	Junho – 30
Julho – 06, 13	Julho – 31
Agosto – 03, 10, 17, 24, 29	Agosto – 31
Setembro – 05, 14, 21, 28	Setembro – 29
Outubro – 05, 19, 26	Outubro – 31
Novembro – 01, 09, 16, 23, 28	Novembro – 30
Dezembro – 01, 07, 12	Dezembro – 13

Fonte: Adaptado de: @IESOL.UEPG. Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CoVEdauO_7i/. Acesso em: 07 fev. 2023.

Esse cronograma amplia as datas de realização da FESU já que as datas indicadas na coluna do campus central não incluem apenas quintas-feiras. Além disso, a feira também poderá ser realizada em parceria com eventos a serem organizados na instituição.

Além de fundamental para a geração de emprego e renda, a Economia Solidária também se constitui como uma “[...] alternativa para a inclusão, no interior de um sistema excludente.” (BARBOSA *et al*, 2022). De acordo com a fala de uma

das associadas [...] *dessa porta para fora não existe economia solidária [...]*²⁵. Há um sentimento de pertencimento e acolhimento dentro do ambiente da universidade: “*Se eu já era independente, eu fiquei ainda mais. Eu aprendi sobre política, aprendi sobre defender meus direitos. Eu conheci outra vida.*”²⁶

Além disso, o fato de ser um espaço que proporciona segurança e conforto, diferentemente das feiras de rua, também é muito importante para a permanência do grupo. Outra questão observada é a união das integrantes e a valorização daquilo que construíram juntas, elas apontam que outras pessoas já demonstraram interesse em fazer parte da associação, porém, ninguém se dispõe a fazer o esforço de participar das formações e trabalhar coletivamente²⁷.

²⁵ Informação verbal (16 jan. 2023).

²⁶ Relato disponível em Santos (2020, s/p.)

²⁷ Informação verbal (16 jan. 2023).

5 REDES DE CONSUMO RESPONSÁVEL

São inúmeras as formas de se fazer economia de maneira alternativa à lógica excludente e desigual da economia de mercado capitalista. Cada uma dessas formas pressupõe a adoção, em maior ou menor medida, de estratégias que visam reduzir ou erradicar a exploração humana e ambiental causadas pela busca incessante pela acumulação de capital. Uma dessas estratégias é a busca por um consumo responsável social e ambientalmente.

Na atual era da informação (CASTELLS, 2013a; 2018; 2020) o consumo deixou de ser apenas uma atividade cotidiana, trivial, pois, todas as instâncias da vida cotidiana podem ser e têm sido transformadas em mercadoria na então chamada: *era do consumo* (BAUDRILLARD, 1995), *sociedade de consumo* (BAUMAN, 2008) ou *sociedade de hiperconsumo* (LIPOVETSKY, 2007).

Generalizou-se a lógica da mercadoria, que regula hoje não só os processos de trabalho e os produtos materiais, mas a cultura inteira, a sexualidade, as relações humanas e os próprios fantasmas e pulsões individuais. Tudo foi reassumido por esta lógica, não apenas no sentido de que todas as funções, todas as necessidades se encontram objetivadas e manipuladas em termos de lucro, mas ainda no sentido mais profundo de que tudo é espetacularizado, quer dizer, evocado, provocado, orquestrado em imagens, em signos, em modelos consumíveis. (BAUDRILLARD, 1995, p. 205).

Os desejos e as necessidades dos consumidores são cada vez mais manipulados pelas corporações através do marketing promovido através de todos os tipos de mídia, visando à criação constante de novos desejos e novas necessidades de modo que estes nunca sejam plenamente atingidos.

A sociedade de consumo tem como base de suas alegações a promessa de satisfazer os desejos humanos em um grau que nenhuma sociedade do passado pôde alcançar, ou mesmo sonhar, mas a promessa de satisfação só permanece sedutora enquanto o desejo continua insatisfeito (BAUMAN, 2008, p. 34).

Essa apologia ao consumo é assim uma das forças propulsoras do capitalismo contemporâneo. O capitalismo promove a produção e o consumo de bens e serviços para gerar lucros e estimular a atividade econômica. O consumismo, por sua vez, estimula os indivíduos a consumir e adquirir bens e serviços além de suas necessidades reais. Este ciclo de produção e consumo é fundamental para o funcionamento do sistema capitalista.

Pode-se dizer que o “consumismo” é um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer, “neutros quanto ao regime”, transformando-os na principal força propulsora e operativa da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de auto-identificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais. (BAUMAN, 2008, p. 24).

No entanto, o consumismo é cada vez mais visto como um problema ambiental e social, pois, além de sobrecarregar o planeta através da contínua exploração de recursos e geração de resíduos, “[...] a organização individualista do consumo tende a nos desconectar, como cidadãos, da solidariedade e do interesse pelos problemas coletivos.” (PORTILHO, 2005a, p. 10), contribuindo assim para a permanência e ampliação das desigualdades sociais através do subconsumo.

Não conseguir bens de qualidade é o sintoma do fracasso, uma razão socialmente poderosa para perder a estima alheia e a própria, o símbolo, não da salvação, mas da condenação. Por isso a pobreza não é só carência econômica, é também condenação social. (CORTINA, 2002, p. 109).

Em relação à questão ambiental, o consumo passa a ser discutido como um problema coletivo, principalmente a partir da década de 1990, quando houve um deslocamento da preocupação ambiental da produção para o consumo. Ou seja, o enfoque da crítica ambientalista passa da tecnologia de produção para a ação social. Nesse contexto surgem propostas como as de *consumo verde*, *consumo sustentável* e, finalmente, o *consumo social e politicamente responsável* que incorpora também a questão das desigualdades socioeconômicas.

Inicialmente, a ideia de *consumo verde* transfere a responsabilidade sobre os processos de produção do Estado para o mercado e depois para o consumidor através de suas escolhas. Escolhas estas que dependem do próprio acesso ao consumo e a informações que possam subsidiar essas escolhas. Apesar da disseminação global dos anúncios a possibilidade de consumir é desigual geográfica e socialmente. Quando é possível escolher o que consumir, no entanto, as informações são limitadas e distorcidas por estratégias e táticas de marketing. O chamado *marketing verde*, por exemplo, visa atrair consumidores preocupados com o meio ambiente e a sustentabilidade. A promoção de produtos e marcas associados à preocupação ambiental, sem de fato adotar práticas ecológicas em seus processos é chamada de *Greenwashing* – ou *lavagem verde* em português. Dessa

forma, a transferência da responsabilidade sobre o consumo para o consumidor é limitada.

O consumo, imposto atualmente a população, é ditado pelo sistema de produção. Controlando os meios de comunicação de massa, esse sistema pode impor uma forma predeterminada de comportamento aos consumidores potenciais – isto é, pode distorcer seu perfil de demanda. Não se pode, portanto, falar de livre escolha. (SANTOS, 2009, p. 83).

A proposta de *consumo sustentável*, por sua vez, vincula a produção e o consumo com a disponibilidade dos recursos, porém, não se limita a comportamentos individuais enfatizando a necessidade de ações coletivas.

Reconhecidos os limites e armadilhas da estratégia de consumo verde, surgiram propostas que cada vez mais enfatizam as ações coletivas e as mudanças políticas e institucionais (mais do que as tecnológicas, econômicas e comportamentais), como a proposta de consumo sustentável. Por conseguinte, a alternativa para as ações individuais seria estabelecer um compromisso com a moralidade pública, através de ações coletivas, e implementar políticas multilaterais de regulação, tanto da produção quanto do consumo. A estratégia de produção e consumo limpos ou verdes começa a perder espaço para uma estratégia de produção e consumo sustentáveis. O meio ambiente deixou de ser relacionado apenas a uma questão de como usamos os recursos (os padrões), para também estar vinculado à preocupação com o quanto usamos (os níveis); portanto, um problema de acesso, distribuição e justiça. (PORTILHO, 2005a, p. 4).

As propostas de *consumo social e politicamente responsável* ampliam ainda mais a problemática ao compreender que o consumo “[...] é multifacetado, contraditório e ambíguo. Trata-se de um fenômeno, ao mesmo tempo, econômico e cultural, que pode simultaneamente empoderar e explorar os consumidores.” (PORTILHO, 2005, p. 105). Além disso, o consumo é “[...] algo mais complexo do que a relação entre meios manipuladores e dóceis audiências.” (GARCÍA CANCLINI, 1997, p. 51-52). O consumo é também uma ação política, na qual, “A questão é quem decide o que se consome e o que se produz, e quem deve decidir.” (CORTINA, 2002, p. 28).

[...] Sob certas condições, o consumo pode se tornar uma transação politizada, na medida em que incorpora a consciência das relações de classe envolvidas nas relações de produção e promove ações coletivas na esfera pública. Assim, uma das respostas políticas para a percepção da exploração nas relações de consumo pode ser a tentativa de evitar a exploração aumentando a proporção do consumo realizado fora do mercado convencional ou implementando ações de protestos e boicotes. Mas nem sempre se trata de uma ação de conteúdo político, a não ser que a mesma se caracterize enquanto ação coletiva. (PORTILHO, 2005, p. 198).

Nesse cenário de disputas sobre o que a sociedade produz e as formas de utilizá-lo, o consumo é pensado em conexão com a cidadania (GARCÍA CANCLINI, 1997), de modo que, “A atividade de consumo e o próprio papel do consumidor podem oferecer importantes possibilidades de constituição de sujeitos sociais ativos e de retorno do cidadão [...]” (PORTILHO, 2005, p. 105).

A alternativa seria, portanto, buscar alternativas de consumo baseadas em movimentos baseados na cidadania, na solidariedade e na busca por soluções para problemas coletivos.

O consumo, sem dúvida, tem sua própria força ideológica e material. Às vezes, porém, contra ele, pode-se erguer a força do consumidor. Mas, ainda aqui, é necessário que ele seja um verdadeiro cidadão para que o exercício de sua individualidade possa ter eficácia. Onde o indivíduo é também cidadão, pode desafiar os mandamentos do mercado, tornando-se um consumidor imperfeito, porque insubmisso a certas regras impostas de fora dele mesmo. Onde não há o cidadão, há o consumidor mais-que-perfeito. (SANTOS, 1987, p. 118).

Dois exemplos de movimentos coletivos que questionam a forma como consumimos na atualidade são o movimento *Slow* e as redes agroecológicas de consumo responsável.

O movimento *Slow* – Lento em português – reúne diversas iniciativas em escala global que questionam a forma como consumimos na era do culto à velocidade, visando melhorar a qualidade de vida de consumidores e produtores e também preservar os recursos naturais (HONORÉ, 2019). Esse movimento foi inspirado no *Slow Food*, um movimento fundado em 1986 por Carlo Petrini na Itália (FLETCHER, 2007). Para os participantes do movimento *Slow Food* “[...] aquilo que comemos deve ser cultivado, cozinhado e consumido em ritmo de tranquilidade” (HONORÉ, 2019, p. 25). Igualmente inspirado no *Slow Food* o movimento *Slow City* [Cidade Lenta] também foi fundado na Itália, porém, somente em 1999, com o nome de *Cittaslow*, visando “[...] aplicar os princípios do *Slow Food* a infra estruturas e comunidades em pequenas cidades” (PINK; SEALE, 2019, p. 222).

De acordo com Pink e Seale (2019) *Slow Food* e *Slow City* são duas organizações separadas, porém, inextricavelmente conectadas, pois, os produtos locais são essenciais para o credenciamento das Cidades Lentas e conseqüentemente todas as Cidades Lentas se relacionam com grupos que promovem o movimento *Slow Food*.

As autoras apontam que o *Slow City* tem o papel de resiliência ao invés de resistência, ao modelo econômico hegemônico, ou seja, é uma forma de ativismo indireto alternativo ao ativismo direto. O *Slow City* “[...] defende e dissemina um modelo de desenvolvimento sustentável com raízes locais [...] que pode gerar uma forma localizada, mas globalmente conectada, de resiliência.” (PINK; SEALE, 2019, p. 216). Ainda de acordo com as autoras, a resiliência é uma alternativa à resistência direta, é uma forma de contornar os problemas ao invés de se contrapor a eles.

[...] o movimento *Slow City* oferece alternativas aos modelos de crescimento capitalista, e busca encarná-las ao convidar as pessoas a realmente vivenciá-las e sustentá-las, mantendo-as, assim, vivas no presente e no futuro. Contudo, trata-se também de uma alternativa à resistência direta que, como no caso de muitas das coisas às quais membros do movimento se opõem – como a perda de heranças arquitetônicas locais em ruas comerciais, o crescimento de cadeias de supermercados e a proliferação de franquias globais de fast-food –, não tem sido bem sucedida. (PINK; SEALE, 2019, p. 235).

Para ser considerada uma Cidade Lenta, as cidades não podem fabricar o formato de cidade lenta, porém, as cidades podem se credenciar para validar essa condição caso já exista. Ou seja, não basta ter uma ou outra iniciativa que promova o consumo lento para que uma cidade seja considerada uma cidade lenta.

Nem todas as cidades são credenciadas, ou pelo menos não de imediato, e o movimento tem sido particularmente cuidadoso e vigilante com as cidades que se candidatam ao status de *Slow City* para usá-lo como marca de turismo: é precisamente o turismo de massa comercial que o movimento e seus líderes nas cidades membros buscam desestimular. (PINK; SEALE, 2019, p. 230).

Para se credenciar como uma *Slow City* é obrigatório atender aos critérios estabelecidos pelo Cittaslow Internacional, órgão centralizado em Orvieto, na Itália, que coordena o movimento. Esses critérios estão organizados em sete categorias: “[...] energia e políticas ambientais; políticas de infraestrutura; políticas de qualidade de vida urbana; políticas agrícolas, turísticas e de apoio ao artesanato; políticas de hospitalidade, consciência e educação; coesão social; e parcerias.” (PINK; SEALE, 2019, p. 222).

Até o final de 2020 faziam parte do Cittaslow 268 cidades em 30 países e áreas territoriais²⁸. Na América do Sul, a cidade de Pijao (Quindío) na Colômbia foi a primeira a obter o título de cidade lenta em 2014 (SEPÚLVEDA, 2014, s/p.). No

²⁸ De acordo com informações disponibilizadas na página oficial do movimento: <https://www.cittaslow.org/>. Acesso em: 07 dez. 2020.

Brasil, a Associação Slow Food do Brasil (ASFB) é responsável por coordenar as atividades do movimento Slow Food no país, apoiando comunidades locais, organizando eventos e campanhas, e sendo o principal canal de interlocução com a sede internacional do Slow Food (SFI) localizada no norte da Itália em Bra, na região do Piemonte, (SLOW FOOD BRASIL, 2021, s/p.).

Outro ramo desse movimento é o *Slow Fashion* [Moda Lenta], esse movimento é menos centralizado do que o *Slow Food* e o *Slow City*, pois, não há uma coordenação global e/ou local responsável pelo credenciamento das iniciativas. O que existe são iniciativas diversas e dispersas que associam a moda ao consumo consciente através da reutilização de matérias primas na composição das peças e da reutilização de peças usadas. Essas iniciativas podem ser observadas tanto em atividades do circuito superior da economia urbana – como no caso das grandes grifes e marcas de luxo –, como em atividades do circuito inferior, como a produção e a comercialização de pequenos empreendedores, ateliês e brechós ou a produção de pequenas oficinas de costura que trabalham para as grandes marcas.

No entanto, apenas a segunda opção pode ser caracterizada como uma alternativa ao consumismo, pois, as grifes, apesar de se contrapor à produção de peças iguais em larga escala, produzindo peças tidas como únicas, permanece criando novas peças continuamente “A moda é um desses artifícios com o qual as coisas ficam as mesmas, embora aparentando uma transformação. A moda é a manivela do consumo, pela criação de novos objetos que se impõem ao indivíduo.” (SANTOS, 2011, p. 111).

Os movimentos associados ao termo *Slow* não são simplesmente uma reação à velocidade associada ao modelo econômico contemporâneo, sua preocupação principal se refere ao uso inteligente dos recursos naturais e à promoção de qualidade de vida dos produtores e trabalhadores propiciados por uma mentalidade mais lenta (PINK; SEALE, 2019). Assim:

Slow Fashion não é o oposto de fast, mas é projetar, produzir, consumir e viver melhor. Da mesma forma, Fast fashion não é sobre velocidade, porque o tempo é apenas um fator de produção, junto com o trabalho, o capital e os recursos naturais. (FLETCHER, 2007, s/p.).

Diferentemente da Economia Solidária, que é baseada em princípios coletivos como a cooperação, a solidariedade e a autogestão, o movimento Slow busca a

melhoria do bem estar dos consumidores e dos produtores a partir de um modelo de produção, circulação e consumo em pequena escala.

O modo de resiliência orientado para o futuro não pode resolver o que movimentos como o Slow City veem como os males do mundo, não pode conter a atividade dos modelos capitalistas de crescimento nem substituir a intensidade da dor e da esperança dos movimentos de resistência direta. Não obstante, ele oferece uma perspectiva para alcançar formas de bem-estar cotidianas e antecipatórias, benéficas em períodos de crise, e, com elas, antecipar futuros mais amenos que aqueles que hoje são temidos ou que ameaçam as comunidades envolvidas. (PINK; SEALE, 2019, p. 235).

As iniciativas que compreendem o movimento *Slow* sem dúvida questionam a forma como consumimos na atualidade, porém, nem sempre questionam os problemas do consumismo associado ao capitalismo. As redes agroecológicas de consumo responsável, por outro lado, questionam os sistemas agroalimentares convencionais organizados em cadeias longas de comercialização. Esses sistemas se consolidaram com o processo de modernização agrícola que teve início com a chamada Revolução Verde que implementou a agricultura intensiva e desvalorizou a agricultura familiar e orgânica.

O avanço dos mercados globalizados fragilizou inúmeras produções alimentares locais; distanciou produtores de consumidores, ampliando as cadeias de distribuição; gerou inseguranças alimentares; desvalorizou toda uma diversidade de alimentos presente em dietas de culturas milenares, devido à dificuldade de produção e distribuição especializada e em larga escala destes alimentos. (ROVER; DAROLT, 2021, p. 19-20).

As abordagens agroecológicas buscam reverter esse cenário a partir da constituição de estratégias alternativas como a organização de circuitos curtos de comercialização, as redes de agroecologia e iniciativas de comércio justo. Na literatura internacional algumas dessas iniciativas alternativas ao modelo agroalimentar industrial são chamadas de *alternative food networks (AFNs)*, redes alimentares alternativas em português (DAROLT, 2016, p. 1).

Essas redes privilegiam os circuitos curtos de comercialização (CCC) que são iniciativas que aproximam os produtores aos consumidores, seja através da proximidade espacial – quando os produtos têm origem na mesma região dos consumidores – ou da proximidade relacional ou informacional – quando os consumidores têm acesso a informações sobre os produtos e produtores (ROVER; DAROLT, 2021). Em ambos os casos, um aspecto essencial dos CCC é o número de intermediários. A comercialização pode ser feita diretamente do produtor ao

consumidor, ou pode ser feita indiretamente a partir da intervenção de um intermediário que viabiliza essa comercialização (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013). Além disso, os CCC podem ser entendidos:

[...] como inovações sociais que se organizam visando diversos interesses, como a resistência a formas dominantes de gestão dos sistemas agroalimentares, busca de acesso e segurança alimentar e nutricional, assim como para gerar condições para uma transição agroecológica efetiva. (ROVER; DAROLT, 2021, p. 19-20).

Na perspectiva internacional o conceito de *fair trade*, comércio justo em português, proposto em 2001 pela *International Federation of Alternative Trade (IFAT)* – ou Federação Internacional de Comércio Alternativo em português – indica:

[...] uma parceria comercial, baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional. Ele contribui para o desenvolvimento sustentável, por meio de melhores condições de troca e garantia dos direitos para produtores e trabalhadores marginalizados – principalmente do Sul. (SEBRAE, 2005, p. 13).

No entanto, as iniciativas de comércio justo associadas aos CCC e as redes de agroecologia priorizam a qualidade de vida dos produtores e dos consumidores a partir da promoção da produção e da alimentação saudável e sustentável, com o estabelecimento de preços e dinâmicas de comercialização justas.

Dentro dessa mesma perspectiva, os grupos de consumo responsável são formados por pessoas que buscam valorizar pequenos produtores da agricultura familiar, solidária e agroecológica priorizando o consumo de produtos de origem local.

Apesar de serem pouco numerosos no país, os grupos de consumo responsável se propõem a ser iniciativas inovadoras caracterizadas por um processo social de resistência às práticas convencionais de produção, comercialização, abastecimento e consumo, com motivações que transcendem a esfera individual, carregando múltiplas dimensões racionais e subjetivas, como a busca em conhecer a origem e a forma de produção do que se consome, com acesso à informação e práticas para a valorização do espaço rural e suas trabalhadoras e trabalhadores. (BENSADON; MASCARENHAS; GONÇALVES, 2016, p. 211-212).

Em geral, esses grupos são organizados com o apoio de instituições formais (universidades, associações) ou informais (grupos de produtores) através de projetos voltados à promoção do comércio justo e dos circuitos curtos de comercialização. Também existem redes que conectam esses grupos visando fomentar o consumo responsável.

Uma dessas redes é a Rede Brasileira dos Grupos de Consumo Responsável, formada a partir da realização de três Encontros Nacionais dos Grupos de Consumo Responsável organizados pelo Instituto Kairós em 2011, 2013 e 2015. O Instituto Kairós é uma organização social sem fins lucrativos criada em 2000 com o objetivo de fomentar práticas de Produção, Distribuição, Comercialização e Consumo Responsáveis (PDCCR)²⁹.

Outra iniciativa do instituto em articulação com outras organizações relacionadas com a economia solidária, o comércio justo, a segurança alimentar e a agroecologia é a construção do *Portal do Consumo Responsável*³⁰ e do aplicativo *ResponSA* desenvolvidos pela Cooperativa de Trabalho Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão (EITA)³¹ que desde 2011 desenvolve tecnologia em conjunto com movimentos sociais populares, redes e instituições de pesquisa. No entanto, a última notícia do portal data de 2021, indicando que os dados disponibilizados estão desatualizados.

Outra iniciativa que mapeia diversas experiências em agroecologia no Brasil é a plataforma Agroecologia em Rede (AeR)³². Criada no início dos anos 2000 por organizações como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Cooperativa Eita, dentre outros (Figura 2). Sua base de dados é continuamente alimentada permitindo que as próprias organizações façam o registro de suas iniciativas, assim, até o dia 14 de fevereiro de 2023, contava com 4.432 fichas cadastradas. No município de Ponta Grossa constam cinco registros: a horta comunitária e unidade de processamento de alimentos agroecológicos do pré-assentamento Emiliano Zapata; o Programa Feira Verde, implementado pela Lei municipal nº. 11.645/2014 e pelo decreto nº. 15.478/2019; a *Compra Coletiva* da Rede Anunciação de Agroecologia (RAA) promovida pelo Laboratório de Mecanização Agrícola-Lama (Lama) e um registro duplicado da *Ação Coletiva Comida de Verdade: aprendizagem em tempos de pandemia* também desenvolvida pelo Lama.

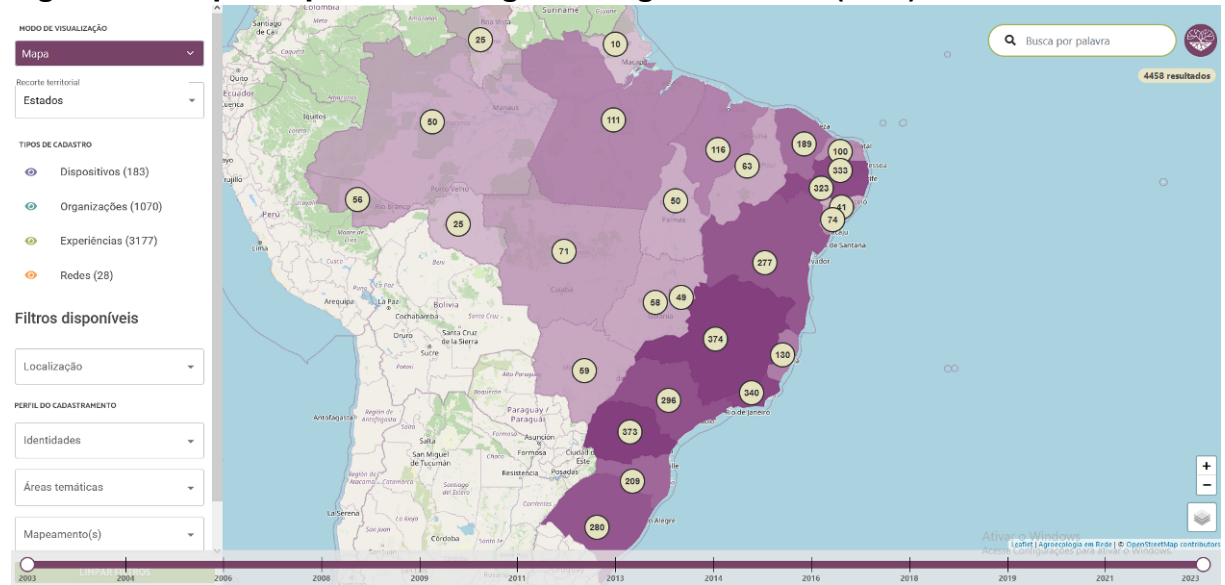
²⁹ Disponível em: <https://institutokairos.net/institucional/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

³⁰ Disponível em: <https://consumoresponsavel.org.br/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

³¹ Disponível em: <https://eita.coop.br/sobre/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

³² Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

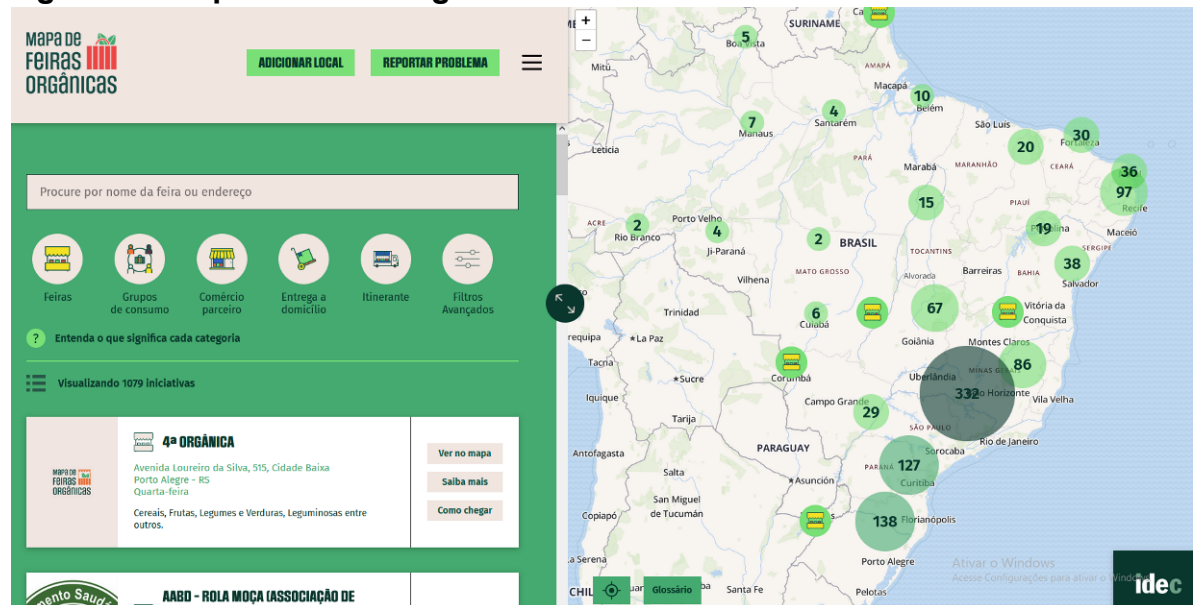
Figura 2 – Mapa da plataforma Agroecologia em Rede (AeR)



Fonte: AGROECOLOGIA em rede. Consultar base de dados. Disponível em: <https://agroecologiaemrede.org.br/busca/?modo=mapa&recorteTerritorial=uf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) também possui um portal que visa estimular a alimentação saudável no Brasil, no qual disponibiliza um mapa com a localização de feiras orgânicas ou agroecológicas, grupos de consumo responsável e comércios parceiros de orgânicos (Figura 3).

Figura 3 – Mapa de feiras orgânicas do IDEC



Fonte: IDEC. Mapa de feiras orgânicas. Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

Nesse portal constam dois registros no município de Ponta Grossa (PR), a Feira de Orgânicos, realizada nas terças-feiras no Paço Municipal e as feiras de economia solidária promovidas pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol).

5.1 A COMPRA COLETIVA DA REDE ANUNCIAÇÃO DE AGROECOLOGIA (RAA)

A Compra Coletiva é uma iniciativa recente, desenvolvida durante a pandemia de COVID-19 a partir da necessidade de criar uma canal alternativo para a manutenção do escoamento da produção de integrantes da Rede Anúnciação de Agroecologia (RAA) é um projeto desenvolvido pelo Laboratório de Mecanização Agrícola (Lama) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e financiado pelo Programa Ecoforte (Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica) da Fundação Banco do Brasil³³, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Governo Federal³⁴.

O Lama/UEPG desenvolve ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para promover sistemas agroecológicos de produção. Implementada pela Lei nº. 12.188/2010 que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) a ATER é um:

[...] serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais; (BRASIL, 2010, s/p.)

Juntamente com essas ações o Lama desenvolve diversos projetos de fomento ao comércio justo e a criação de circuitos curtos de comercialização, tendo em vista que “Criar e fomentar circuitos curtos de comercialização, bem como

³³ “A Fundação Banco do Brasil, em conjunto com outros parceiros, assinou em outubro de 2013 o Acordo de Cooperação Técnica que instituiu o Programa Ecoforte, que integra o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e visa o fortalecimento e a ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica.” Disponível em: <https://www.fbb.org.br/pt-br/ra/conteudo/ecoforte>. Acesso em: 25 jan. 2023.

³⁴ Informação obtida por escrito. Ponta Grossa, 22 fev. 2023.

intercooperação e consumo consciente, são ferramentas presentes na Agroecologia.”³⁵

A agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos agrícolas do Brasil, totalizando cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos. No entanto, essa produção ocupa apenas 23% do território agrícola do país, o que corresponde a 80,9 milhões de hectares. (IBGE, 2017). Além disso, uma das dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar é a comercialização de seus produtos. Assim, além do apoio técnico, as iniciativas promovidas pelo Lama buscam criar canais para a comercialização desses produtos a partir da concepção de comércio justo que:

[...] retira de campo o atravessador, fazendo com que o preço pago pelos produtos seja justo, tanto para o consumidor quanto para o agricultor, além de proporcionar diálogos entre as partes, onde ocorrem trocas de experiências, receitas, consumo de hortaliças e frutas da época, sendo algumas destas desconhecidas pelos consumidores. Por fim todo o processo fortalece o sistema e favorece o giro do capital localmente, pois parte deste capital permanece no município onde está ocorrendo a produção. (FARIAS, BERNARDI, WEIRICH NETO, 2018, p. 6).

Uma dessas iniciativas é o projeto *Comércio Justo: Circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos da agricultura familiar* que “[...] atua no estabelecimento de diálogos entre grupos de produtores e consumidores interessados em comércio regular de produtos orgânicos [...]” (BERNARDI; CHARNOBAY; WEIRICH NETO, 2018, p. 3).

Outra iniciativa do Lama é o apoio ao comércio de cestas orgânicas que teve início em 2015 com a criação do grupo de sacolas da UEPG (COMÉRCIO, 2017, s/p.).

Os primeiros grupos de cestas solidárias foram desenvolvidos pelo Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – CPRA e, na sequência, a metodologia foi adotada pelo Laboratório de Mecanização Agrícola (LAMA) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). (DELAFOULHOUZE; CEZAR, 2021, p. 208).

A Rede Anunciação de Agroecologia (RAA) é um projeto desenvolvido pelo Lama/UEPG e financiado pelo Programa Ecoforte (Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica) da

³⁵ Informação obtida por escrito. Ponta Grossa, 25 jan. 2021.

Fundação Banco do Brasil³⁶, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Governo Federal³⁷.

A criação dessa rede tem por objetivo fomentar iniciativas de produção e industrialização promovidas por grupos de agroecologia da região dos Campos Gerais como o Núcleo Maria Rosa da Anunciação, integrante da Rede Ecovida de certificação orgânica participativa. Também fazem parte do projeto produtores certificados pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e outros produtores da agricultura familiar³⁸.

A Rede Ecovida é um mecanismo de certificação orgânica participativa formada por produtores organizados em grupos informais, associações ou cooperativas que se articulam com instituições de assessoria em agroecologia e consumidores formando um Núcleo Regional, circunscrito à determinada área geográfica. Os núcleos por sua vez formam a Rede Ecovida de Agroecologia que abrange os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Figura 4).

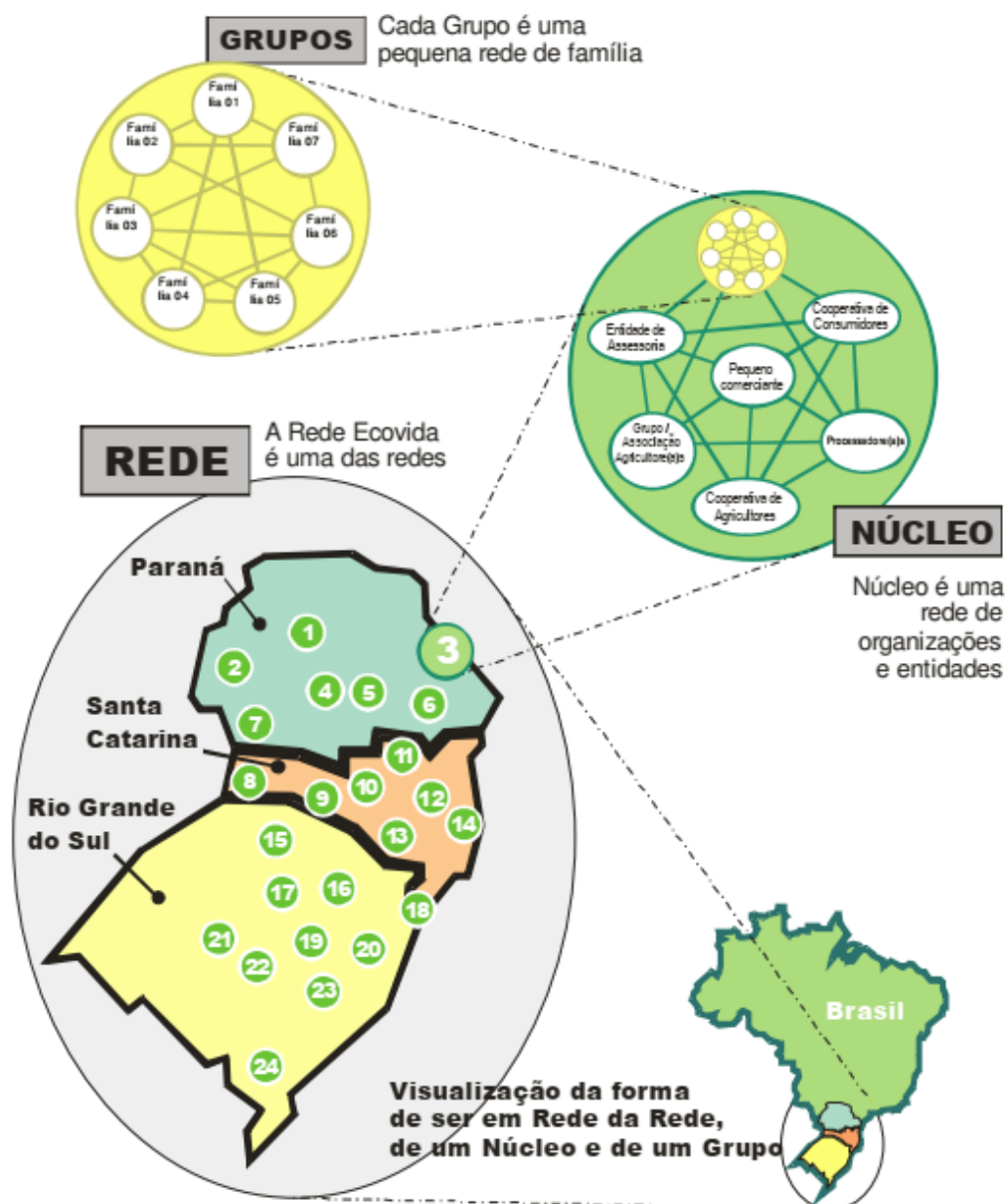
Formalizado com apoio da UEPG, o Núcleo Maria Rosa da Anunciação foi construído a partir de 2013 “[...] envolvendo as famílias agroecológicas dos municípios da Lapa, São Mateus do Sul, Antônio Olinto, São João do Triunfo, Palmeira e Contenda.” (SANTOS, 2015, p. 88). O principal canal de comercialização dos produtores que fazem parte do núcleo era o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no entanto, com o fechamento das escolas devido às medidas de distanciamento físico tomadas para reduzir a disseminação da COVID-19 em 2020 fez com que a equipe do Lama percebesse a necessidade de escoar os produtos processados pelos agricultores integrantes da rede.

³⁶ “A Fundação Banco do Brasil, em conjunto com outros parceiros, assinou em outubro de 2013 o Acordo de Cooperação Técnica que instituiu o Programa Ecoforte, que integra o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e visa o fortalecimento e a ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, extrativismo e produção orgânica.”. Disponível em: <https://www.fbb.org.br/pt-br/ra/conteudo/ecoforte>. Acesso em: 25 jan. 2023.

³⁷ Informação obtida por escrito. Ponta Grossa, 22 fev. 2023.

³⁸ Informação obtida por escrito. Ponta Grossa, 22 fev. 2023.

Figura 4 – Organização da Rede Ecovida



Fonte: PASSOS, Marcelo. Rede de Agroecologia Ecovida. Políticas públicas, subsídios e financiamento para a ampliação da agricultura orgânica. In: Feira Internacional de Produtos Orgânicos e Agroecologia, 12, 2016. **Apresentação** [...]. São Paulo, 2016. Disponível em: https://institutokairos.net/wp-content/uploads/2016/06/Marcelo-Passos_Nete-Ecovida.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

Assim, em julho de 2020 ocorreu à primeira entrega da Compra Coletiva, uma iniciativa que facilita a conexão direta entre consumidores que moram em Ponta Grossa e diversos produtores da agricultura familiar que fazem parte da rede, eliminando a figura do intermediário e criando circuitos curtos de comercialização³⁹.

³⁹ Informação obtida por escrito. Ponta Grossa, 25 jan. 2021.

Os pedidos da Compra Coletiva são feitos aproximadamente uma vez por mês através de uma plataforma⁴⁰ onde os produtos são disponibilizados (Fotografia 5). Os consumidores que fazem parte da rede são comunicados sobre o período em que a plataforma estará aberta para o recebimento dos pedidos e a data de entrega (entre 09h e 19h) ou retirada dos produtos (entre 11h e 13h).

Fotografia 5 – Produtos adquiridos através da Compra Coletiva

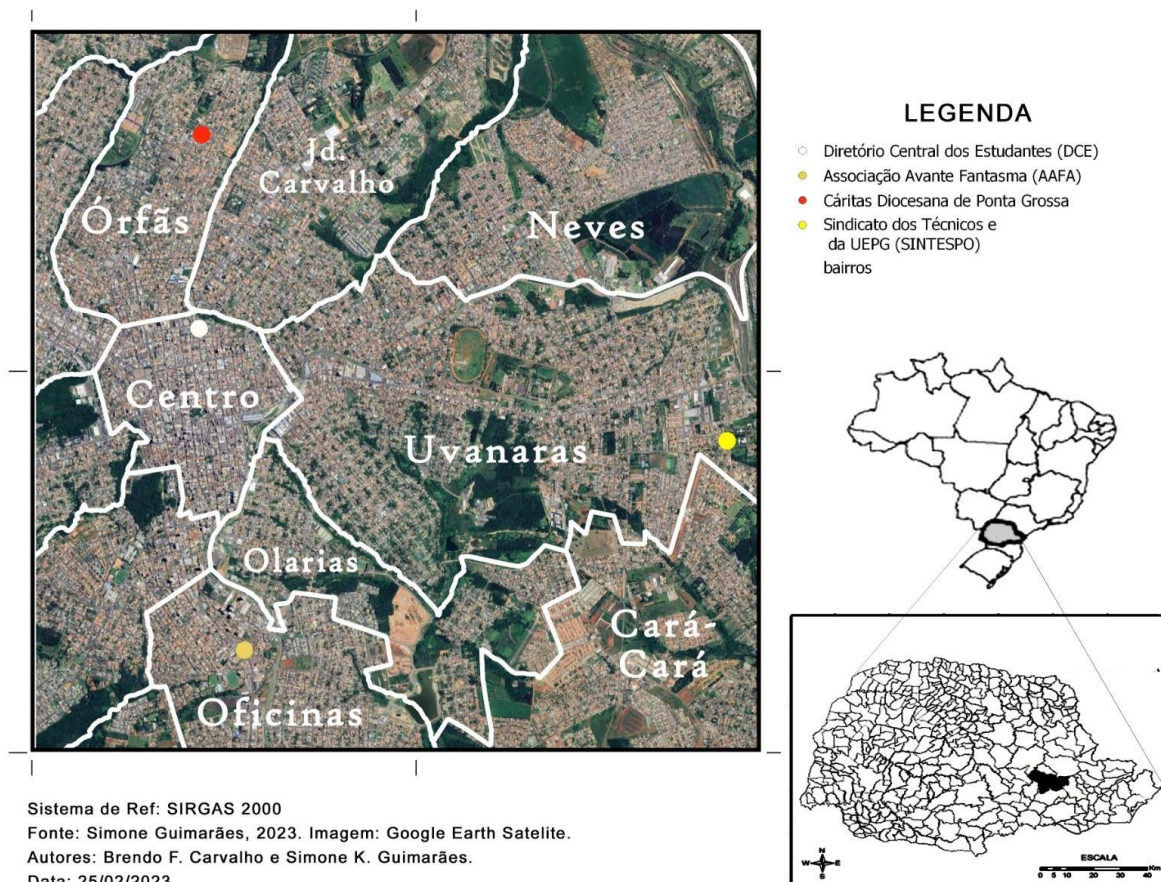


Fonte: A autora (2020).

Os pagamentos podem ser realizados em dinheiro na retirada dos produtos ou via transferência bancária. Os pedidos são entregues a domicílio, mediante uma taxa de R\$ 8,00 ou podem ser retirados em quatro pontos de entrega: no Sindicato dos Técnicos e Professores da UEPG (SINTESPO), na Cáritas Diocesana de Ponta Grossa, no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UEPG e na Associação Avante Fantasma (AAFA) (Figura 5).

⁴⁰ Disponível em: <https://pg.sitecompracoletiva.com.br/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

Figura 5 – Pontos de entrega da Compra Coletiva da Rede Anunciação de Agroecologia (RAA)



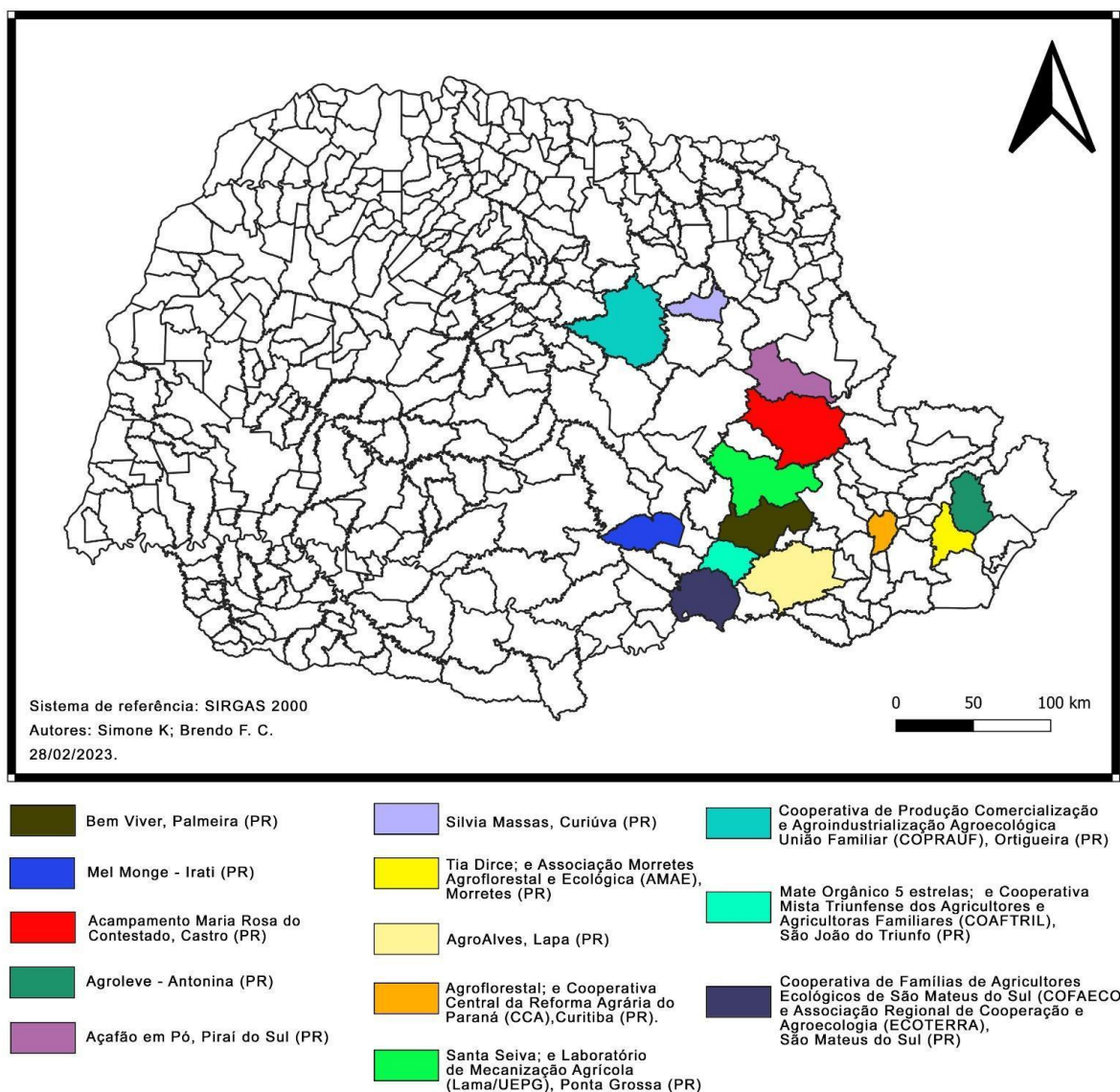
Esses pontos de entrega abrangem diferentes regiões da cidade, facilitando a retirada dos produtos. Mesmo assim, de acordo com os responsáveis pelo projeto, há uma preferência pela entrega domiciliar, principalmente quando se tratam de pedidos com maior número de itens e valor⁴¹.

Participam dessa iniciativa produtores de diversas regiões do Paraná: Bem Viver, Palmeira (PR); Silvia Massas, Curiúva (PR); AgroAlves, Lapa - PR; Tia Dirce - Morretes (PR); Associação Morretes Agroflorestal e Ecológica (AMAE), Morretes (PR); Agroleve, Antonina (PR); Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA), Curitiba (PR); Agroflorestal, Curitiba (PR); Açafraão em pó, Piraí do Sul (PR); Mate Orgânico 5 estrelas, São João do Triunfo - PR; Cooperativa de Famílias de Agricultores Ecológicos de São Mateus do Sul (COFAECO), São Mateus do Sul; Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (ECOTERRA), São Mateus do Sul; Cooperativa Mista Triunfense dos Agricultores e Agricultoras Familiares

⁴¹ Informação obtida por escrito. Ponta Grossa, 22 fev. 2023.

(COAFTRIL), São João do Triunfo (PR); Acampamento Maria Rosa Do contestado, Castro (PR); Santa Seiva, Ponta Grossa (PR); Cooperativa de Produção Comercialização e Agroindustrialização Agroecológica União Familiar (COPRAUF), Ortigueira, PR; Mel Monge, Irati (PR)⁴² (Figura 6).

Figura 6 – Fornecedores da Compra Coletiva da Rede Anunciação de Agroecologia (RAA)



Em termos de logística, normalmente, os técnicos do projeto são os responsáveis por buscar os produtos nas propriedades dos fornecedores e trazer para Ponta Grossa onde são separados os pedidos. A exceção são os produtos de Ortigueira que são trazidos pelo fornecedor e o mel de Irati que é trazido por um

⁴² Informação obtida por escrito. Ponta Grossa, 22 fev. 2023.

colega do fornecedor. Em média a iniciativa tem recebido cerca de 60 pedidos por mês, com o valor total aproximado de R\$10.000,00 por mês, distribuídos entre os diferentes produtores⁴³.

Iniciativas como essa se inscrevem num conjunto plural de movimentos de organização social associados à agricultura familiar e à agroecologia, como redes de consumidores e grupos de compras, que têm desenvolvido soluções criativas em função da ampliação das adversidades causada pela pandemia de COVID-19. (FRANÇA FILHO; MAGNELLI; EYNAUD, 2020, FRANÇA FILHO; LEAL, 2021). Com o término das restrições impostas pela pandemia, a Compra Coletiva permanece como um importante canal de comercialização e de divulgação da agricultura familiar e orgânica da região, que merece ser mais estudado e divulgado.

⁴³ Informação obtida por escrito. Ponta Grossa, 22 fev. 2023.

6 ECONOMIA FEMINISTA

De acordo com Banet-Weiser e Castells (2019) “A economia feminista pode ser a precursora de uma nova cultura econômica e, assim, de uma nova economia.” (2019, p. 32). Os autores apontam que a economia feminista promove a crítica tanto dos vieses de gênero na ciência econômica, como das disparidades econômicas estruturais de gênero. Ou seja, economia feminista busca dar visibilidade para as mulheres e revalorizá-las no âmbito da economia. (BANET-WEISER; CASTELLS, 2019).

Um importante campo de discussão da economia feminista é a economia do cuidado que se refere à divisão sexual do trabalho e ao trabalho invisível das mulheres, ou seja, ao trabalho de atenção e assistência, que é feito quase exclusivamente por mulher e que apesar de subestimado é fundamental para o funcionamento da economia como um todo (EISLER, 2008).

[...] pensar o feminismo a partir de um ponto de vista econômico, ou a economia de um ponto de vista feminista, não indica apenas um exame dos papéis de gênero na economia, como economistas convencionais poderiam estudar a questão. Na verdade, num contexto capitalista neoliberal, pensar sobre o feminismo em termos econômicos tem frequentemente significado uma prática mais popular – como as mulheres podem entrar na força de trabalho capitalista – do que repensar culturas econômicas a partir da perspectiva *feminista*. (BANET-WEISER; CASTELLS, 2019, p. 33, grifo dos autores).

Como apontado por Coelho e Scramim (2018) apesar da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, ainda há muito que se discutir em relação à divisão sexual do trabalho, pois, além das desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho há ainda a questão da tensão entre o trabalho convencional e o trabalho doméstico.

É claro que nas últimas décadas o crescimento do engajamento feminino no mercado de trabalho tem sido exponencial, mas isso não representou uma mudança real na divisão sexual do trabalho, pois não diminuíram as desigualdades entre os sexos no mundo do trabalho e as mulheres continuam responsabilizadas pelo trabalho reprodutivo mesmo quando trabalham fora de casa. (COELHO; SCRAMIM, 2018, p. 251).

A respeito desse aspecto Raiher (2016) destaca que apesar da inserção da mulher no mercado de trabalho não houve uma ruptura na estrutura patriarcal das famílias, de modo que o que a interdependência entre a vida profissional e a familiar

foi intensificada, fortalecendo assim as desigualdades entre homens e mulheres principalmente no mercado de trabalho.

Destarte, a atuação em atividades não remuneradas, informais, e em segmentos menos organizados, atrelado a sua dedicação às atividades do lar, são alguns dos fatores que condicionam a persistência de rendimentos inferiores para as mulheres, intensificando a inserção feminina na condição de pobreza, ativando, efetivamente, a problemática entre gênero e pobreza. (RAIHER, 2016, p. 117).

A pandemia de COVID-19 contribuiu para a intensificação das demandas relacionadas ao trabalho do cuidado. De acordo com dados do relatório *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*⁴⁴ publicado pela Gênero e Número em parceria com a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), em função das restrições de diversos serviços, impostas pela pandemia, 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém durante esse período, sejam filhos ou familiares com algum problema de saúde.

A necessidade de trabalhar em casa ou o desemprego, juntamente com a nova demanda de acompanhar a educação dos filhos que passaram a estudar em casa nesse período foi um dos fatores que contribuiu para a ampliação da sobrecarga de trabalho das mulheres. Sobrecarga esta que, no entanto, não é novidade, pois, a chamada economia do cuidado vem sendo delegada ao longo do tempo quase exclusivamente às mulheres. Um trabalho invisível e não remunerado, que têm sua importância subestimada quando se discute sobre o desenvolvimento econômico: “Invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas – esses são os adjetivos que melhor capturam a natureza das tarefas domésticas.” (DAVIS, 2016, p. 236).

Assim como em outros setores econômicos, também na academia a desigualdade de gênero e raça na produção científica é decorrente do maior número de horas dedicadas pelas mulheres aos cuidados da casa e/ou de filhos e outros familiares. De acordo com um estudo sobre a produtividade acadêmica brasileira durante a pandemia, mães brancas e mulheres negras, independentemente de serem mães, são os grupos mais afetados em relação à sua capacidade de submeter manuscritos e cumprir prazos durante o período de pandemia (STANISCUASKI *et al*, 2021).

⁴⁴ Disponível em: <https://mulheresnapanemia.sof.org.br/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

Nas últimas décadas o crescimento do engajamento feminino no mercado de trabalho tem sido exponencial, mas isso não representou uma mudança real na divisão sexual do trabalho, pois não diminuíram as desigualdades entre os sexos no mundo do trabalho e as mulheres continuam responsabilizadas pelo trabalho reprodutivo mesmo quando trabalham fora de casa.

[...] Com efeito, o que se deu foi até certa medida um aprofundamento da opressão sobre as mulheres porque cada vez mais recai sobre elas a responsabilidade de conciliar duas dimensões tão distintas, que são a do trabalho formal e a do trabalho doméstico não remunerado. (COELHO; SCRAMIM, 2018, p. 251).

De acordo com Davis (2016) com a separação estrutural entre a economia doméstica e a economia pública, resultante da Revolução Industrial, as tarefas domésticas não são consideradas como um componente da produção capitalista e sim como uma precondição desse sistema. Dessa forma emergiram movimentos reivindicando o pagamento de salários para o trabalho doméstico. No entanto, conforme demonstrado pela autora, “[...] o trabalho doméstico, orientado pela ideia de servir e realizado pelas donas de casa, que raramente produzem algo tangível com seu trabalho, diminui o prestígio social das mulheres em geral.” (DAVIS, 2016, p. 239). Assim, uma forma de libertação feminina seria a abolição das tarefas domésticas enquanto responsabilidade privada e individual das mulheres, juntamente com a reivindicação de empregos em nível de igualdade com os homens e da disponibilidade de serviços sociais, como as creches, por exemplo, e de melhorias nos benefícios trabalhistas como a licença-maternidade.

Nesse contexto surgem iniciativas voltadas ao *empoderamento* econômico das mulheres. De acordo com Berth (2019) o empoderamento é um trabalho político que tem sido muito discutido pelo feminismo negro “[...] tendo em vista que nenhum outro grupo necessite tanto desses processos e de sua aplicabilidade quanto as mulheres negras.” (BERTH, 2019, p. 50). O termo empoderamento é, portanto, entendido aqui como “[...] uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade.” (BERTH, 2019, p. 19). Assim, os processos de empoderamento são formas de resistência a alguma forma de opressão.

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios

de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. (BERTH, 2019, p. 18).

Na sociedade contemporânea esse empoderamento econômico é fundamental tendo em vista que a dependência econômica é um dos principais fatores que mantêm as mulheres em relacionamentos abusivos. De acordo com dados da pesquisa *Redes de apoio e saídas institucionais para mulheres em situação de violência doméstica no Brasil*⁴⁵, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Ipec – Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica, com apoio do Instituto Beja, o principal motivo para as mulheres não saírem de uma relação abusiva é a dependência financeira do agressor.

A proporção de menções à dependência econômica é ainda maior entre as mulheres que conhecem uma mulher que sofreu algum tipo de violência doméstica ou que já sofreu pessoalmente. Entre as mulheres que pessoalmente sofreram alguma forma de violência doméstica, o empoderamento econômico e o fortalecimento da autoestima são fatores considerados importantes para que consigam sair da relação violenta. (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; IPEC, 2022, p. 38).

Os movimentos de empoderamento podem receber estímulos externos, no entanto, o empoderamento “[...] é uma movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas do sistema de dominação machista e racista.” (BERTH, 2019, p. 20). Dessa forma, iniciativas voltadas ao empoderamento econômico feminino são essenciais para a criação de oportunidades de transformação de realidades sociais desiguais.

Alguns desses movimentos são mobilizados em forma de coletivos, que são “[...] organizações fluidas e discursivamente distantes das organizações tradicionais [...]” (PEREZ, 2019, p. 2). Esse tipo de mobilização é associada a uma quarta onda do feminismo no Brasil impulsionada pelas novas formas de sociabilidade e mobilização política possibilitadas pelos meios de comunicação digitais (PEREZ,

45

Disponível

em:

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/redes-de-apoio-e-saidas-institucionais-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica-no-brasil-instituto-patricia-galvao-ipec-2022/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

2019). Como será visto a seguir, o *Varal das Mina* é um exemplo de coletivo exclusivamente feminino criado a partir das redes sociais.

6.1 O COLETIVO VARAL DAS MINA

A primeira edição do *Varal das Mina*, realizada no dia 11 de março de 2018 em Ponta Grossa (PR), foi idealizada por uma das integrantes do coletivo *Nós por Nós*⁴⁶ em alusão ao dia da mulher comemorado em 08 de março, e inspirada pela proposta de um grupo privado criado em 2016 no *Facebook* para compra, venda, e troca de roupas, calçados e acessórios usados ou seminovos (BAZAR DAS MINA, 2019, s/p.).

Inicialmente a proposta era organizar um varal coletivo no Parque Ambiental Manoel Ribas no centro da cidade, no qual todas as interessadas poderiam expor e comercializar seus *desapegos*, ou seja, roupas, calçados e objetos em desuso. No entanto, as primeiras integrantes decidiram organizar o varal no estacionamento localizado ao lado do Restaurante Popular Guilherme Cavina na Rua Benjamin Constant, que fica ao lado do Parque Ambiental.

Além de também ser um local central e com alguma circulação de pedestres, o local tem infraestrutura para a realização desse tipo de evento, pois possui banheiros públicos e cobertura para a proteção contra as intempéries. Além disso, neste mesmo local é realizada a Feira do Produtor, já tradicional na cidade, na qual são comercializados produtos como frutas, verduras, leite e derivados, embutidos, mel, ovos, etc. todas as quartas feiras, no período da tarde e aos sábados no período da manhã.

A proposta ganhou adeptas e outras edições do evento foram organizadas no mesmo local (Fotografia 6), sempre mensalmente aos domingos, até o mês de dezembro de 2018, quando foi realizada uma edição dupla especial de natal com dois domingos de evento.

⁴⁶ O coletivo Nós por Nós é um “[...] projeto que une a arte da fotografia e o feminismo.” (NÓS POR NÓS, 2019, s/p.).

Fotografia 6 – Varal das Mina no estacionamento coberto



Fonte: A autora (2018).

O evento cresceu e ainda em 2018 chegou a contar com quarenta expositoras ao mesmo tempo, com uma fila de espera com cerca de setenta mulheres aguardando a vez para expor seus produtos, e teve ao longo do ano 11 edições⁴⁷. Com o crescimento da adesão ao evento, pretendia-se ampliar a periodicidade do Varal, que ao invés de ter apenas uma edição mensal, passaria a ter duas edições por mês. Além disso, um projeto já havia sido protocolado junto a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (PMPG) solicitando a autorização para o uso daquele espaço e a organização do evento aguardava a tramitação desse pedido (Informação verbal)⁴⁸.

Porém, a primeira edição de 2019 do *Varal das Mina* precisou ser adiada, pois, as organizadoras receberam um telefonema de um advogado comunicando que não tinham autorização da para a realização do evento naquele local, que seria de responsabilidade da Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa e portanto só poderia ser utilizado para fins relacionados à assistência social (Informação verbal)⁴⁹.

⁴⁷ 11 de março, 08 de abril, 06 de maio, 10 de junho, 08 de julho, 05 de agosto, 09 de setembro, 07 de outubro, 11 de novembro, 09 e 16 de dezembro de 2018.

⁴⁸ Entrevista concedida por uma das organizadoras do *Varal das Mina*. Ponta Grossa, 09 dez. 2018.

⁴⁹ Entrevista concedida por uma das organizadoras do *Varal das Mina*. Ponta Grossa, 10 mar. 2019.

Com esse adiamento, o evento voltou a ser realizado somente no mês de março de 2019, porém, na Estação Arte⁵⁰, antigo Armazém da Estrada de Ferro do Paraná, localizada na outra extremidade do Parque Ambiental, ao lado do Terminal Central, a principal estação de ônibus intra-urbano do município. O uso desse espaço foi autorizado pela então Fundação Municipal de Cultura (FMC)⁵¹, instituição responsável pelo local, mediante a entrega de um ofício comunicando a Guarda Municipal sobre a realização do evento, como medida de segurança.

O evento ocupou as duas laterais da Estação Arte, que apesar de ser um local menos protegido contra o sol e a chuva, proporcionou maior visibilidade à iniciativa em função da maior circulação de pedestres (Fotografia 7).

Fotografia 7 – Varal das Mina na Estação Arte



Fonte: A autora (2019).

No entanto, o evento precisou ser transferido novamente, pois a Estação Arte foi interditada em função de uma rachadura em uma das paredes da edificação. As edições seguintes foram realizadas no pátio do Centro de Cultura⁵², com a autorização e o apoio da FMC (Fotografia 8).

⁵⁰ 10 de março de 2019.

⁵¹ Em 2022 o órgão retomou sua configuração original como Secretaria Municipal de Cultura. Disponível em: <https://cultura.pontagrossa.pr.gov.br/historico/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

⁵² 14 de abril, 10 de agosto, 14 de setembro, 19 de outubro, 26 de outubro, 09 de novembro, 14 de dezembro de 2019.

Fotografia 8 – Varal das Mina no Centro de Cultura



Fonte: A autora (2019).

Porém, apesar de também estar localizado em uma área central, o Centro de Cultura é mais afastado das áreas de grande circulação de pedestres, em relação aos locais anteriores, diminuindo assim, a visibilidade e movimento do evento. Além disso, o pátio do Centro de Cultura não possui cobertura para proteção dos varais, e, por isso, o evento precisou ser adiado por diversas vezes em função da possibilidade de chover nas datas em que o evento havia sido agendado.

Ainda em março de 2019 integrantes do *Varal das Mina* e outras mulheres interessadas no assunto participaram de uma roda de conversa sobre *Empreendedorismo Cultural Feminino* promovida pela FMC em parceria com a Coordenadoria de Fomento ao Empreendedorismo e Inovação da Sala do Empreendedor da PMPG e com a Gestora de Empreendedorismo e Gestão do Território dos Campos Gerais do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

No evento (Fotografia 9) as mediadoras incentivaram a formalização dos empreendimentos, através da criação de associações e/ou da inscrição das empreendedoras no cadastro de Microempreendedor Individual (MEI). Também

foram discutidos temas como a Economia Criativa, as possibilidades de consultorias e mentorias e a criação de redes de apoio.

Fotografia 9 – Roda de conversa sobre Empreendedorismo Cultural Feminino



Fonte: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA. **Roda de conversa:** Empreendedorismo Cultural Feminino. Disponível em: <https://www.facebook.com/culturapg1/photos/a.2368142143204434/2368142623204386/?type=3&theater>. Acesso em: 10 jul. 2019. **Fotografia:** Luana Caroline Nascimento (2019).

Além da parceria com a FMC, no início de 2020 o *Varal das Mina* iniciou uma parceria com a Casa Colaborativa Casulo⁵³, um espaço comercial compartilhado. Duas edições do evento foram realizadas no quintal da Casulo, uma no mês de fevereiro e outra no mês de março⁵⁴. Também em março foi realizada uma edição na Estação Arte⁵⁵. Porém, a partir de abril de 2020 o evento foi suspenso pelas organizadoras tendo em vista as medidas de prevenção à contaminação com a Covid-19, pois, uma das principais características do evento é a aglomeração de pessoas em um mesmo local.

A partir de 2022 o Varal voltou a ser realizado, inicialmente no Centro de Cultura e posteriormente na Praça do Ponto Azul. O Memorial do Ponto Azul, localizado na Praça Barão do Rio Branco, “[...] faz referência ao antigo terminal de passageiros, que durante décadas era pintado com tinta azul e um ponto referencial dos ponta-grossenses.” (CULTURA, 2023, s/p.). Também foram realizadas duas

⁵³ A Casa Colaborativa Casulo estava localizada na Rua Dr. Paula Xavier, nº 1352, Centro, porém, em novembro de 2021 suas atividades foram encerradas.

⁵⁴ 15 de fevereiro, 14 de março de 2020.

⁵⁵ 07 de março de 2020.

edições em parceria com a Prefeitura, uma durante o Festival Literário dos Campos Gerais (Flicampos) e outra durante a Feira da Barão Especial Dia das Crianças (Informação verbal)⁵⁶.

Em 2023 o Varal continuou sendo realizado na Praça do Ponto Azul (Fotografia 10), porém, assim como no Centro de Cultura, a Praça do Ponto Azul não possui cobertura para proteção das intempéries. Além disso, a área específica em que o Varal está sendo realizado não possui muitas árvores para prover sombra, assim, algumas das participantes utilizam tendas portáteis para se proteger e para proteger os produtos expostos.

Fotografia 10 – Varal das Mina na Praça do Ponto Azul



Fonte: A autora (2022).

De acordo com a organização são poucas as participantes que possuem tenda, porém, para que a divisão do espaço delimitado para cada expositora fique mais justo, exige-se que aquelas que possuem tenda a dividam com outro varal (Informação verbal)⁵⁷.

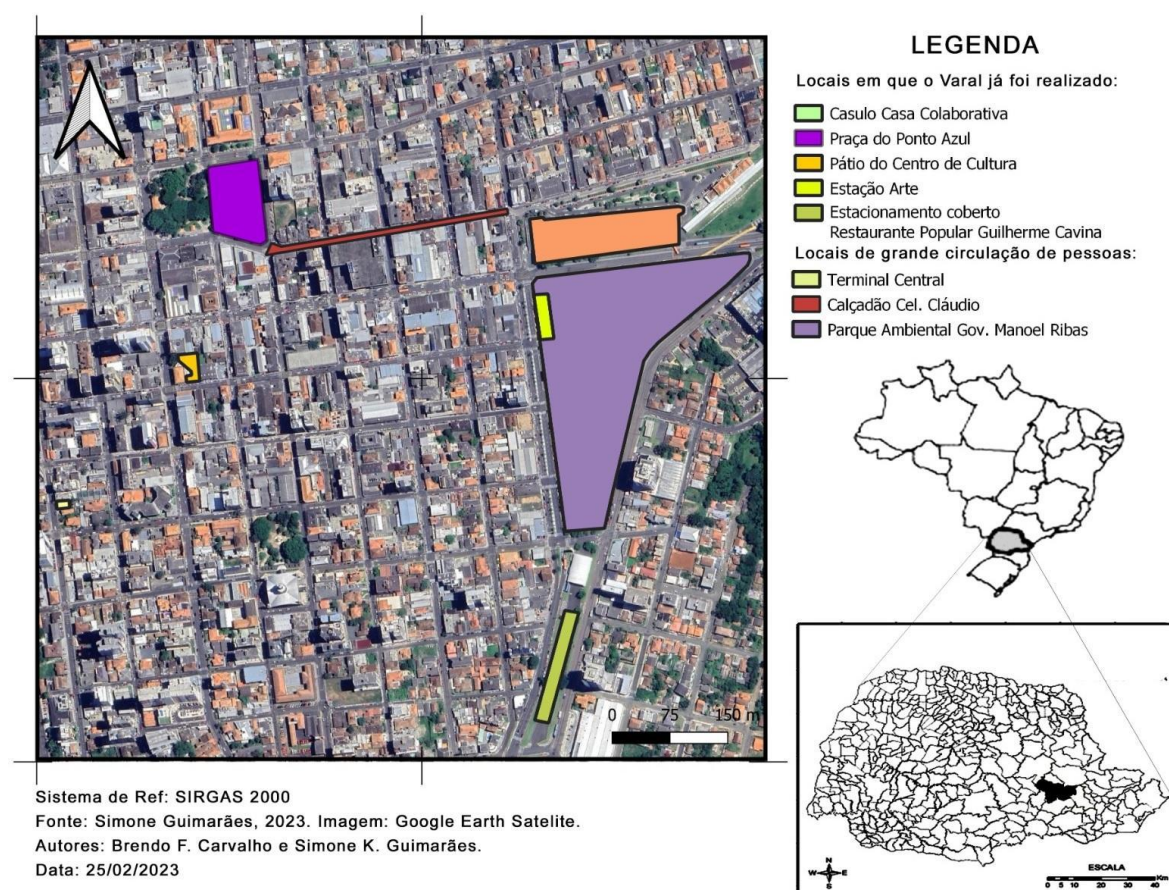
Após a proibição da realização do evento no estacionamento anexo ao restaurante popular o Varal precisou ser adiado diversas vezes, tendo sua periodicidade afetada mesmo após a parceria com a Secretaria Municipal de

⁵⁶ Entrevista concedida por uma das organizadoras do *Varal das Mina*. Ponta Grossa, 28 fev. 2023.

⁵⁷ Entrevista concedida por uma das organizadoras do *Varal das Mina*. Ponta Grossa, 28 fev. 2023.

Cultura, pois, esse era o único local que possuía a infraestrutura necessária, com cobertura para proteger o evento da chuva. Assim, desde sua criação o *Varal das Mina* foi realizado em vários locais diferentes (Figura 7) e sempre que há previsão de chuva o evento é cancelado ou adiado.

Figura 7 – O Varal das Mina no Centro de Ponta Grossa (PR)



A localização, bem como a disponibilidade de infraestrutura são fundamentais para a realização do evento. De acordo com o questionário aplicado com as participantes do Varal, 35% das respondentes consideram que a Praça do Ponto Azul é o melhor local para a realização do evento, enquanto que 31% apontaram a Estação Arte, 28% apontaram que o melhor local é o estacionamento ao lado do Restaurante Popular, e 6% apontaram o Centro de Cultura. As justificativas apontadas para a escolha desses locais foram associadas ao movimento de pessoas (51%), a existência de cobertura (29%) e a boa localização (20%).

Para a organização do Varal, com exceção do fato de não possuir cobertura, a Praça do Ponto Azul é um bom espaço para a realização dos eventos, pois, “[...]”

as meninas gostam muito daquela esquina, [...] porque ali tem o pessoal que sai do calçadão então tem uma grande movimentação de pessoas, por isso que a gente costuma fazer no sábado, porque no sábado tem maior movimentação.” (Informação verbal)⁵⁸.

De acordo com a organização, a procura de mulheres interessadas em fazer parte do coletivo aumentou muito, principalmente após a pandemia. Com isso, há uma lista de espera, pois a organização já está saturada. Dentre as respondentes do questionário desta pesquisa, 75% começaram a participar do coletivo após a pandemia, sendo 66% que participam desde 2022 e 9% que começaram a participar em 2023. Aquelas que já participavam do Varal antes da pandemia totalizam 25%, sendo 11% que participam desde 2018 e 14% que participam desde 2019.

Quanto ao perfil sociodemográfico dessas mulheres, 37,1% têm entre 40 a 59 anos, 34,3% têm entre 25 a 39 anos, 20% têm entre 18 a 24 anos e 8,6% têm 60 anos ou mais. Em relação à orientação sexual 74,3% se descreveram como heterossexual, 17,1% como bissexual, 5,7% como lésbica e 2,9% como pansexual. Em relação à etnia/raça, 74% se identificam como brancas, 11% como negras, 9% como pardas e 6% como amarelas. Quanto ao estado civil, 37% apontaram serem casadas, 37% indicaram serem solteiras, 17% apontaram estar em uma união estável e 9% indicaram que são divorciadas. Mais da metade das participantes indicaram que têm filhos, das quais 8,6% têm quatro ou mais filhos, 8,6% têm três filhos, 25,7% têm dois filhos e 11,4% têm um filho. Em relação à escolaridade, 25,7% têm Ensino Médio completo, 22,9% têm Ensino Superior completo, 20% têm Especialização/MBA e 14,3% têm Ensino Médio incompleto.

Do total de participantes do questionário, apenas 28,6% apontaram que possuem registro como Microempreendedor Individual (MEI) ou outro tipo de CNPJ. Dentre as formas de comercialização desses produtos 65,7% apontaram que também vendem esse produtos de forma online através das redes sociais, 25,7% responderam que vendem apenas no *Varal das Mina*, 17,1% disseram que têm um brechó/loja em casa e 11,4% apontaram que têm um brechó/loja em imóvel alugado.

Em relação aos impactos da pandemia de COVID-19, 63% das participantes indicaram que sofreram impactos financeiros, 17% apontaram que intensificaram suas vendas online, 17% disseram que ainda não participavam do varal e 3%

⁵⁸ Entrevista concedida por uma das organizadoras do *Varal das Mina*. Ponta Grossa, 28 fev. 2023.

indicaram que sofreram impactos. A questão financeira também foi o principal aspecto apontado por 56% das participantes como motivação para participar do coletivo, enquanto que 22% apontaram que a moda consciente como motivação e 22% apontaram o fortalecimento do trabalho feminino como principal motivação.

A renda individual de 48,6% das participantes é de até um salário mínimo, a renda de 34% é de 2 a 3 salários mínimos, 8,6 recebem de 3 a 5 salários mínimos e 8,6 recebem de 5 a 10 salários mínimos mensais. Sendo que 25,7% são as responsáveis pelo sustento de suas casas e 37,1% são parcialmente responsáveis pelo sustento de suas casas.

Mesmo com as dificuldades encontradas o *Varal as Mina* completa cinco anos de existência em 2023 e comemora com a realização de uma edição especial de aniversário nos dias 4 e 18 de março na Praça do Ponto Azul. De acordo com a organização do evento, um dos planos para o futuro do coletivo é a sua formalização em formato de associação, pois, “[...] infelizmente o varal ainda não tem um estatuto, mas ele existe, é uma coisa formada há vários anos e reconhecida.” (Informação verbal)⁵⁹. Para isso, a organização pretende deixar as regras mais estabelecidas para constituir um estatuto.

Desde seu início, o coletivo é baseado no consumo consciente e no fortalecimento econômico de suas integrantes, seu principal objetivo é proporcionar espaço para que mulheres possam expor e comercializar produtos de segunda mão oriundos de seus desapegos pessoais ou de seus brechós e suas produções artísticas e/ou artesanais.

O Varal é um coletivo que tem como princípio o fortalecimento das mulheres empreendedoras, em sua grande maioria que trabalham com brechó, mas também artesãs, artistas, temos fotógrafa, temos o pessoal que pinta, e também a parte das plantas é também bem forte, tem o pessoal que trabalha com suculentas, com plantas em geral. Também tem costureiras. É um coletivo de mulheres se ajudando para exporem seus trabalhos e terem renda. (Informação verbal)⁶⁰.

O coletivo busca organizar esses eventos em locais públicos, acessíveis e com grande circulação de pessoas para permitir a visibilidade dos varais. No entanto, como visto, a maior dificuldade do coletivo é encontrar locais que cumpram esses requisitos e que também possuam cobertura para proteger da chuva as integrantes, as clientes e principalmente os produtos em exposição.

⁵⁹ Entrevista concedida por uma das organizadoras do *Varal das Mina*. Ponta Grossa, 28 fev. 2023.

⁶⁰ Entrevista concedida por uma das organizadoras do *Varal das Mina*. Ponta Grossa, 28 fev. 2023.

O *Varal das Mina* também realiza campanhas temáticas para a arrecadação de doações de acordo com época do ano, como agasalhos, caixas de leite, ou leite em pó, fraldas RN e geriátricas, lenços e chapéus, caixas de bombons, brinquedos, entre outros para serem destinados a instituições de caridade da cidade. No início essas campanhas eram abertas aos consumidores que eram convocados a doar. Uma das instituições apoiada que chegou a participar de algumas edições do Varal arrecadando donativos e expondo produtos personalizados e de bazar durante o evento é a *SOS Bichos de Rua*, uma associação não governamental, sem fins lucrativos que atua na cidade realizando campanhas de resgate, castração e doação de cães de rua⁶¹. Entre 2018 e 2019 o evento também contou com apresentações musicais e teatrais e com a parceria com o projeto Bando da Leitura⁶², que proporcionava um espaço lúdico para as crianças que fossem ao evento.

Atualmente as campanhas de doação são feitas internamente, as participantes do varal são convocadas pela organização a fazer as doações conforme a temática ou instituição escolhida. Geralmente a organização arrecada alimentos, pois, é algo que várias instituições necessitam, porém, também são arrecadados outros itens de acordo com as necessidades da instituição escolhida. Dentre as instituições que receberam doações decorrentes das arrecadações das últimas edições do Varal estão a Associação de Promoção à Menina (APAM), a Organização Espírita Cristã Irmã Scheilla, a Cáritas Diocesana de Ponta Grossa, a ocupação Ericson Duarte, a Central Única das Favelas (CUFA) e o Instituto Reviver (Informação verbal)⁶³.

Atualmente fazem parte do coletivo cerca de 120 mulheres, ou como considerado pela organização do coletivo, 120 varais que podem ser formados por uma ou duas mulheres. Para abranger a participação do maior número possível de varais, o coletivo organiza dois eventos por mês, geralmente nos dois primeiros sábados do mês, com aproximadamente 50 vagas por evento. Nesses eventos, organizados em locais públicos e abertos, as participantes expõem e comercializam produtos usados e artesanais. Em média, cerca de 80 mulheres participam do varal todo mês, com exceção dos dias em que há alguma possibilidade de chuva, pois,

⁶¹ SOS Bichos. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.sosbichosderua.org.br/>. Acesso em: 22 já. 2021.

⁶² O Bando da Leitura é uma ação voluntária de estímulo à leitura, criada em 2007. Disponível em: <https://www2.uepg.br/culturaplural/bando-da-leitura-uma-historia-a-ser-contada/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

⁶³ Entrevista concedida por uma das organizadoras do *Varal das Mina*. Ponta Grossa, 28 fev. 2023.

mesmo que o evento não seja cancelado, muitas participantes desistem pela possibilidade de molhar e até danificar seus produtos.

A organização do coletivo é composta por seis integrantes responsáveis por viabilizar a liberação dos locais para a realização do evento, a divulgação e a inscrição das participantes. Para participar, as integrantes do coletivo precisam se inscrever, via formulário do *Google Forms*, em uma das datas propostas pela organização. Quando sobram vagas a organização abre um novo formulário para aquelas que quiserem participar dos dois dias de evento. Também é cobrada uma taxa de R\$10,00 por evento, que é utilizada pela organização para manter as atividades do coletivo, com a compra de materiais de consumo (água, papel higiênico) e o pagamento à uma das integrantes que faz o trabalho de social mídia com a divulgação do evento no *Instagram* (Informação verbal)⁶⁴.

As decisões em geral são tomadas coletivamente, por meio da abertura de enquetes no grupo de *Whatsapp* do coletivo, porém, algumas decisões mais pontuais do dia-a-dia, como as datas de realização dos eventos e as formas de divulgação do evento no *Instagram*, por exemplo, são tomadas pela organização. Decisões mais complexas como aquelas relacionadas ao uso das taxas arrecadadas, são tomadas de forma coletiva através de enquetes ou da realização de reuniões presenciais ou híbridas, possibilitando que aquelas que não podem ir até o local da reunião também possam participar através de uma chamada aberta no *Google Meet* (Informação verbal)⁶⁵.

Como visto, apesar de não aplicar a autogestão plena, entendida por Faria (2017) como a negação completa da heterogestão, o *Varal das Mina* possui características autogestionárias. Além disso, dentre as iniciativas analisadas é a única que não depende diretamente de nenhuma instituição, sendo totalmente organizada pelas integrantes, apenas recebendo mais recentemente o apoio da Secretaria Municipal de Cultura. No entanto, essa iniciativa, assim como as demais, demanda maior apoio e incentivo do poder público em escala local.

⁶⁴ Entrevista concedida por uma das organizadoras do *Varal das Mina*. Ponta Grossa, 28 fev. 2023.

⁶⁵ Entrevista concedida por uma das organizadoras do *Varal das Mina*. Ponta Grossa, 28 fev. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesta tese enfatizar a existência e viabilidade de iniciativas socioeconômicas de cunho coletivo e alternativo à lógica dominante do capitalismo, pois, considera-se que a dinâmica espacial da economia capitalista de mercado contribui para a constante ampliação das desigualdades espaciais e sociais e para a degradação ambiental.

As incertezas geradas por esse sistema promovem a incessante busca por formas de sobreviver e viver bem em meio ao desemprego e/ou a precarização do trabalho. Assim, na atualidade, mais do nunca, o mundo encontra-se dividido em dois circuitos de produção, comercialização e consumo. O circuito superior, composto por aqueles que decidem os rumos da economia e concentram cada vez mais riquezas, e o circuito inferior, daqueles que buscam sobreviver cotidianamente, produzindo riquezas e criando alternativas a partir de suas realidades socioespaciais. Apesar da maior ênfase dos estudos econômicos, dos noticiários e dos governos nas atividades do circuito superior que dita as direções da economia de mercado, é no circuito inferior que encontramos a criatividade e a diversidade socioeconômica. É neste circuito também que as soluções para os problemas sociais e ambientais podem ser encontradas, assim, seu estudo é imprescindível para a criação de projetos e modelos de desenvolvimento alternativos e eficazes.

Como visto, é nos momentos de crise, como as crises que vivenciamos nos últimos anos, que as iniciativas socioeconômicas alternativas surgem ou se reinventam, seja a partir do apoio e do incentivo de instituições formais como universidades e instituições do terceiro setor, ou a partir de iniciativas de pequenos grupos de pessoas. Quando encontram as condições necessárias, essas iniciativas têm potencial de se expandir e englobar cada vez mais pessoas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida.

Outro aspecto evidenciado na pesquisa se refere ao papel das mulheres na constituição e manutenção de iniciativas socioeconômicas alternativas. Além das desigualdades salariais, entre homens e mulheres, a grande maioria das mulheres precisam conciliar o trabalho fora de casa com o trabalho doméstico e com o trabalho do cuidado, assim, a necessidade de encontrar soluções alternativas para a geração de renda, bem como para a conciliação dessa jornada dupla, ou tripla, faz

com que sejam elas as principais, ou únicas idealizadoras e/ou mantenedoras de iniciativas socioeconômicas alternativas, como no caso do *Varal das Mina* e da Associação de Feirantes de Economia Solidária (AFESol).

Assim, a partir da identificação, seleção e análise dessas experiências considera-se fundamental o desenvolvimento de uma visão mais ampla de economia e a valorização das diversas economias desenvolvidas mundo afora. Considera-se ainda que o estudo aprofundado deste tipo de iniciativa pode contribuir para a criação de projetos de desenvolvimento alternativos. Pois, além de serem uma resposta às desigualdades econômicas e sociais do modo de produção capitalista, essas iniciativas socioeconômicas também buscam combater a degradação acelerada do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ADDOR, Felipe; MAIA, Layssa; OLIVEIRA, Thaís. Outra inovação é possível: a relevância do PRONINC e a consolidação das ITES como espaço de desenvolvimento tecnológico. In: SILVA, Sandro Pereira. **Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37244&Itemid=448. Acesso em: 25 jan. 2023.

ALMEIDA, Andressa Cristiane Colvara; TEIXEIRA, João Batista Flores; SILVA, Susana Maria Veleda da. Trabalho e moradia: o caso das áreas de expansão portuária do porto do Rio Grande-RS. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 26, dez. 2012. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30163>. Acesso em: 06 jan. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v26i0.30163>.

ALVES, Cristiano Nunes. O circuito rap indê em Paris: dinâmicas socioterritoriais e mensagem ultramar. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 34-51, mês. 2016. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/97502>. Acesso em: 06 jan. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2016.97502>.

ALVES, Cristiano Nunes. **Os circuitos e as cenas da música na cidade do Recife: o lugar e a errância sonora**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em:

<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286643>. Acesso em: 07 jan. 2021.

ALVES, Cristiano Nunes; SANTOS, Milena Boaes dos. Dinâmicas socioterritoriais e circuitos culturais em São Luís-MA: as batalhas do rap Ludovicense. **Revista Equador**, Teresina, v. 8, n. 3, p. 315-331, 2019. Disponível em:

<https://revistas.ufpi.br/index.php/equador/article/view/9473>. Acesso em: 06 jan. 2021.

ALVES, Cristiano Nunes; SILVA, Adriana Maria Bernardes da. A metrópole e os circuitos da economia urbana: o mercado fonográfico na região do Recife. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 76-108, dez. 2020. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/9770>. Acesso em: 07 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.9770>.

ANTIPON, Livia Cangiano. **O circuito inferior da economia urbana no centro do município de Campinas: a dimensão do comércio popular de alimentação**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em:

<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/325030>. Acesso em: 12 jan. 2021.

ARAÚJO, Lúcia Alves de. **Uma leitura atual do bairro da Ribeira em Natal/RN a partir dos dois circuitos da economia urbana**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19942>. Acesso em: 28 dez. 2020.

ARAÚJO, Lúcia Alves de. Uma leitura atual dos circuitos da economia urbana. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, n. 1, p. 178-193 jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/download/6324/5391/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

ARROYO, Mônica. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 4 out. 2008. Novos paradigmas I. Ed. 15. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-economia-invisivel-dos-pequenos/>. Acesso em: 26 set. 2019.

BANET-WEISER, Sarah. CASTELLS, Manuel. Economia é cultura. In: CASTELLS, Manuel. (Org.). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 13-46.

BARBOSA, Mariana Todorovski et al. A pandemia de COVID-19 e o impacto da atuação da IESOL em Ponta Grossa/PR. **Revista Contemporânea**, n. 2, v. 6, p. 1161-1174, 2022. Disponível em: <https://revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/317>. Acesso em: 27 fev. 2023. DOI: 10.56083/RCV2N6-006.

BAUDRILLAD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida de consumo**. Trad. Mirta Rosenberg y Jamime Arrambide. México: FCE, 2007.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 184 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilá Ribeiro).

BICUDO JUNIOR, Edison Claudino. **O circuito superior marginal: produção de medicamentos e o território brasileiro**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-17072007-104024/pt-br.php>. Acesso em: 06 jan. 2021.

BRASIL, Manuela Salau *et al.* Economia Solidária em tempos de crise: a superação diária da Associação de Feirantes da Economia Solidária (AFESol). In: Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: colhendo ideias para adiar o fim do mundo. 3, 2021, Feira de Santana. **Anais [...] Feira de Santana: UEFS, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/363196961_ECONOMIA_SOLIDARIA_EM_TEMPOS_DE_CRISE_A_SUPERACAO_Anais_III_CIEPS**. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. **Lei complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte [...]. Brasília,

14 dez. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 24 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Sobre o PNAE**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 25 jan. 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010**. Brasília: MTE, 2012.

CARNEIRO, Rosalvo Nobre (Org.). **Circuito inferior e fluxos socioespaciais: a feira livre de Pau dos Ferros-RN**. Mossoró: EDUERN, 2018. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/ppge-livros/arquivos/43972018_circuito_inferior_e_fluxos_sa%C2%B3cioespaciais_a_feira_livre_de_pau_dos_ferros_rn_e_book.pdf. Acesso em: 28 dez. 2020.

CARNEIRO, Rosalvo Nobre. Dos circuitos da economia urbana aos circuitos de fluxos sócioespaciais: a indústria têxtil de São Bento, Paraíba, Brasil. **Políticas Públicas & Cidades**, v. 5, n. 1, p. 64-83, julho 2017. Disponível em: <https://rppc.emnuvens.com.br/RPPC/article/view/194>. Acesso em: 28 dez. 2020.

CASTELLS, Manuel. (Org.). **Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise**. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 1 - A sociedade em rede. São Paulo: Paz e terra, 2013a.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 2 - O poder da identidade. São Paulo: Paz e terra, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 3 - Fim de milênio. São Paulo: Paz e terra, 2020.

CATAIA, Márcio; SILVA, Silvana Cristina da. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 55-75, 2013. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/111>. Acesso em: 28 dez. 2020.

CHIARIELLO, Caio Luis. A trajetória da SENAES em prosa e números: consolidação e réquiem de uma agenda pública para a economia solidária. **ORG & DEMO**, Marília, v. 21, n. 2, p. 97-116, jul./dez., 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/10354>. Acesso em: 25 jan. 2023.

CLARINDO, William. IESOL disponibiliza catálogo virtual de Feira de Natal. **Universidade Estadual de Ponta Grossa**, Ponta Grossa, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://www.uepg.br/feiranatal-iesol/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

CLARINDO, William. IESol realiza feira no Centro de Convivência. **Universidade Estadual de Ponta Grossa**, Ponta Grossa, 31 mar. 2022. Disponível em: <https://www.uepg.br/feira-campus/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

COELHO, Giovanna Cristina Calabresi; SCRAMIM, Gustavo Rodrigo Meyer. Reforma trabalhista: precarização do trabalho feminino. **CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 23, 25 jan. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17503>. Acesso em: 01 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2017.17503>.

COELHO, Otávio de Melo; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. O circuito inferior da economia na área central de Uberlândia (MG): avaliação e caracterização. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 20, n. 1, p.163-188, jan./abr., 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6620>. Acesso em: 06 jan. 2021.

CREUZ, Villy. A cadência de divisões do trabalho na música: o coexistir de atores sociais do circuito superior e do circuito superior marginal. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 370-385, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/84539>. Acesso em: 06 jan. 2021.

CREUZ, Villy. **Compassos territoriais**: os circuitos da economia urbana na música em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Goiânia. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25042013-112032/pt-br.php>. Acesso em: 06 jan. 2021.

CULTURA. Secretaria Municipal de Cultura de Ponta Grossa. **Ponto Azul**. Disponível em: <https://cultura.pontagrossa.pr.gov.br/ponto-azul/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

CUNHA, Livia Maria Da Silva. *et al.* A associação de feirantes de economia solidária - AFESol e sua trajetória de incubação como empreendimento econômico solidário - EES: riscos e potencialidades. In: CONEX, 12, 2014, Ponta Grossa. **Anais [...]**. Ponta Grossa: UEPG, 2014. Disponível em: <https://iesol.webnode.page/trabalhos-ecosol/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

CUNHA, Livia Maria Da Silva; SIQUEIRA, Mariana Fernandes; TORRES, Lillian Cristina Cruvinel. IESOL e a Associação de Feirantes de Economia Solidária/AFESol: a experiência de avaliar. In: Congresso da Rede de ITCPs, 4, 2015, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2015. Disponível em: <https://iesol.webnode.page/trabalhos-ecosol/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Por um projeto sócio espacial de desenvolvimento. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 91-114, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/110>. Acesso em: 06 jan. 2021.

DANTAS, Aldo; TAVARES, Matheus Augusto Avelino. Os dois circuitos da economia urbana em João Câmara, Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 57-73, 2012.

Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/871>. Acesso em: 02 jan. 2021.

DAVID, Virna Carvalho. Território usado e circuitos da economia urbana ligados aos equipamentos médico-hospitalares em Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. **GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 241-260, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74947>. Acesso em: 7 jan. 2021. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2013.74947.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELAFOULHOUZE, Manuel; CEZAR, Raul Matias. Grupos de consumo responsável: as cestas solidárias no Paraná. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (org.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021. p. 208-220. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229738>. Acesso em: 18 fev. 2023.

EISLER, Riane. **A verdadeira riqueza das nações: criando uma economia solidária**. Tradução de Cláudia Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2008.

FARIA, José Henrique de. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 15, n. 3, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/4XBjkcZTNxTqRh7ZW8BxMgz/?lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395157778>.

FLETCHER, Kate. Slow Fashion. **The Ecologist**, 01 jun. 2007. Disponível em: <https://theecologist.org/2007/jun/01/slow-fashion>. Acesso em: 08 dez. 2020.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 45, p. 219-232, jun. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302008000200017. Acesso em 02 fev. 2021.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25703>. Acesso em 02 fev. 2021.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LEAL, Leonardo Prates. Solidariedade democrática em movimento: respostas à grande crise da pandemia de Covid-19. **Revista NAU Social**, Salvador, v. 11, n. 21, p. 281-291, nov. 2020/abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/38630>. Acesso em 02 fev. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/ns.v11i21.38630>.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; MAGNELLI, André; EYNAUD, Philippe. Para superar o divórcio entre economia e sociedade: diagnóstico crítico e notas

propositivas em um contexto de pandemia. **Revista NAU Social**, Salvador, v. 11, n. 20, p. 167-184, mai./out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/36609>. Acesso em 02 fev. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/ns.v11i20.36609>.

GASTON, Matheus. Trabalhadoras perdem renda com fechamento temporário de feira. **Periódico**, Ponta Grossa, 18 ago. 2021. Disponível em: <https://periodico.sites.uepg.br/index.php/todas-as-noticias/153-uepg/2340-trabalhadoras-perdem-renda-com-fechamento-temporario-de-feira>. Acesso em: 25 jan. 2023.

GIBSON-GRAHAM, Julie Katherine. **The end of capitalism (as we knew it): a feminist critique of political economy**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

HONORÉ, Carl. **Devagar**: como um movimento mundial está desafiando o culto da velocidade. Tradução de Clóvis Marques. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019. Disponível em: <https://pt.scribd.com/read/485309449/Devagar-Como-um-movimento-mundial-esta-desafiando-o-culto-da-velocidade>. Acesso em: 08 dez. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 26 fev. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 26 fev. 2023.

IESOL - Incubadora de Empreendimentos Solidários. **Projetos em Andamento**. Disponível em: <https://www2.uepg.br/iesol/projetos-em-andamento/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

IESOL - Incubadora de Empreendimentos Solidários. **Catálogo de economia solidária dos Campos Gerais**. Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná: Ponta Grossa, 2016.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. O espaço dividido nas cidades do século XXI. **Geosul**, Florianópolis, v. 26, n.51, p 75-88, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2011v26n51p75>. Acesso em: 07 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2011v26n51p75>.

MACHADO, Gabriele Petroski; BRASIL, Manuela Salau; FRAGOSO, Tiffany Soares. Espaços de transformação: as feiras solidárias na IESol/UEPG. In: Seminário Internacional PROCOAS: La universidad pública y la transición hacia otra economía. Debates y desafíos en el centenario de la Reforma Universitaria, 14, 2018, Córdoba. **Anais [...]** Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2019. Disponível em:

http://grupomontevideo.org/ndca/caprocessoscooperativos/?page_id=44. Acesso em: 25 jan. 2023.

MARQUEZINI, Ana Carolina Torelli. Circuitos espaciais de fronteira: cidades gêmeas de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. **Entre-Lugar**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 33-55, dez. 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/756>. Acesso em: 07 jan. 2021.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MEDEIROS, Thiago Belo de; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. O uso do território e os circuitos da economia urbana: analisando a zona norte de Natal-RN. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 31, n. 2, p. 37-55, mai./ago. 2013. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/17098>. Acesso em: 07 jan. 2021. DOI: 10.4025/bolgeogr.v31i2.17098.

MIYATA, Hideko. **Trabalho, redes e territórios nos circuitos da economia urbana**: uma análise da venda direta em Jundiá e região metropolitana de São Paulo. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-31052011-152113/pt-br.php>. Acesso em: 07 jan. 2021.

MONTENEGRO, Marina Regitz. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista Geográfica Venezolana**, Mérida, v. 53, n. 1, p. 147-164, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://revistas.saber.ula.ve/index.php/regeoven/article/view/11694>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Dinamismos atuais do circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo: expansão e renovação. **GEOUSP – Espaço e Tempo (On-line)**, São Paulo, n. 34, Número Especial, p. 33-45. 2013a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74933>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano**. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12062012-133347/pt-br.php>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Novos nexos entre os circuitos da economia urbana nas metrópoles brasileiras. **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 11, p. 29-41, jan./jun. 2013b. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/download/6489/3470>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MONTENEGRO, Marina Regitz. O circuito inferior central na cidade de São Paulo em sua relação com a densidade de fluxos e com o meio construído. **Mercator**, Fortaleza, v. 8, n. 15, p. 37- 48, jun. 2009. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/175>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25062007-140750/pt-br.php>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MONTENEGRO, Marina Regitz; CONTEL, Fabio. Financeirização do território e novos nexos entre pobreza e consumo na metrópole de São Paulo. **Eure**, Santiago de Chile, v. 43, n. 130, p. 115-139, set. 2017. Disponível em: <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/2160/1035>. Acesso em: 20 dez. 2020.

NATAL, Jéssica. IESol promove feira solidária no Parque Ambiental. **Universidade Estadual de Ponta Grossa**, Ponta Grossa, 03 dez. 2021. Disponível em: <https://www.uepg.br/feira-solidaria-ambiental/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

NOBRE, Carlos Eduardo; BELO, Carlos; SILVA, Eriano Francisco da. A feira-livre como herança algodoeira em União dos Palmares-Alagoas e sua constituição na atualidade como circuito inferior. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 49, p. 27-40, mar. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/22088>. Acesso em: 07 jan. 2021.

NOGUEIRA, Ana Carolina Gonçalves. **O circuito inferior representado pelos ambulantes em Vitória**: Um espaço opaco na Jerônimo Monteiro. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_dd288dc74f2ac9ac8d2aa3aefee6906a. Acesso em: 07 jan. 2021.

OLIVEIRA, Edilson Luis de. Algumas considerações sobre o conceito de setor informal e a teoria dos circuitos da economia urbana. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 54-70, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13241>. Acesso em: 28 dez. 2020.

OLIVEIRA, Edilson Luis de. Circuitos de la economía urbana y aceleración contemporánea. **Mundo urbano**, v. 12, n. 38, p. 1-16, 2012. Disponível em: <http://www.mundourbano.unq.edu.ar/index.php/ano-2012/67-numero-38/230-circuitos-de-la-economia-urbana-y-aceleracion-contemporanea>. Acesso em: 28 dez. 2020.

OLIVEIRA, Edilson Luis de. **Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina - PR**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22032010-123528/pt-br.php>. Acesso em: 28 dez. 2020.

OLIVEIRA, Edilson Luis de.; FRESCA, Tânia Maria. Modernização e complexidade do circuito superior nas economias urbanas de Londrina e Maringá-PR. **GEOUSP - Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 496-511, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/90065>. Acesso em: 6 jan. 2021. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.90065.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Brasil. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 21 Jul. 2020.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. In: Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), 10, 2019, Monterrey, Nuevo León, México, 2019. **Anais [...]**. Associação Latino-americana de Ciência Política, Associação Mexicana de Ciência Política, Tecnológico de Monterrey, 2019. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.

PONTA GROSSA. **Decreto nº. 12.714, de 14/03/2017**. Institui o Programa Minha Empresa é Legal, e dá outras providências. Procuradoria Geral do Município, Ponta Grossa, 14 mar. 2017. Disponível em: <http://leismunicipa.is/chvmq>. Acesso em: 24 jan. 2021.

PONTA GROSSA. **Lei nº. 12.182, de 25/05/2015**. Dispõe sobre o Microempreendedor Individual no âmbito do município, conforme especifica. Procuradoria Geral do Município, Ponta Grossa, 25 mai. 2015. Disponível em: <http://leismunicipa.is/udlpi>. Acesso em: 24 jan. 2021.

PRADO, Júlio César. IESol desenvolve catálogo virtual para ajudar produtores. **Universidade Estadual de Ponta Grossa**, Ponta Grossa, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://www.uepg.br/ajuda-produtores-iesol/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

QUEIROZ, Greiziane Araújo. **O circuito inferior da economia urbana: a pesca no município de Ilhéus - BA**. 2011. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286926>. Acesso em: 07 jan. 2021.

QUEIROZ, Greiziane Araújo. Os dois circuitos da economia urbana na cidade de Ilhéus: o circuito inferior da pesca. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 13, n. 41, p. 223-230, mar. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16622>. Acesso em: 07 jan. 2021.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. O circuito inferior da economia urbana e a expansão do circuito superior em Natal-RN/Brasil. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 25-34, nov. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/25724>. Acesso em: 07 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-0003.25724>.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de. Circuitos da economia urbana: arranjos espaciais e dinâmica das feiras livres em Natal-RN. **Sociedade e Território**, Natal, v. 24, n. 1, p. 115-133, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3467/2780>. Acesso em: 07 jan. 2021.

RAIHER, Augusta Pelinski. **Boletim 01/2019**. Dinâmica do PIB nos Campos Gerais: evolução, com ênfase para o ano de 2016. Núcleo de Economia Regional e Políticas Públicas - Universidade Estadual de Ponta Grossa (NEREP-UEPG), 2019a. Disponível em: <https://www2.uepg.br/nerepp/boletim/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

RAIHER, Augusta Pelinski. **Boletim 06/2020**. Mercado de trabalho dos Campos Gerais nos meses de janeiro a abril de 2020: impactos iniciais da COVID-19. Núcleo de Economia Regional e Políticas Públicas - Universidade Estadual de Ponta Grossa (NEREP-UEPG), 2020. Disponível em: <https://www2.uepg.br/nerepp/boletim/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

RAIHER, Augusta Pelinski. **Boletim 09/2019**. Industrialização dos Campos Gerais no período 2010-2017. Núcleo de Economia Regional e Políticas Públicas - Universidade Estadual de Ponta Grossa (NEREP-UEPG), 2019b. Disponível em: <https://www2.uepg.br/nerepp/boletim/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

RAIHER, Augusta Pelinski. **Boletim 28/2019**. PIB dos Campos Gerais e sua dinâmica. Núcleo de Economia Regional e Políticas Públicas - Universidade Estadual de Ponta Grossa (NEREP-UEPG), 2019c. Disponível em: <https://www2.uepg.br/nerepp/boletim/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

RAIHER, Augusta Pelinski. Condição de pobreza e a vulnerabilidade da mulher brasileira. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 20, n. 1, p. 116-128, jun. 2016. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/13531>. Acesso em: 02 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.48075/igepec.v20i1.13531>.

RAMOS, Renan Augusto. A atualidade da teoria dos circuitos na compreensão das práticas econômicas populares: o caso da Economia Criativa em Araraquara/SP. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 40, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/167550>. Acesso em: 2 fev. 2021. DOI: 10.11606/rdg.v40i0.167550.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Economia popular urbana, economia solidária, circuitos econômicos alternativos: bases para o desenvolvimento sócio-espacial? **Geografia e Pesquisa**, v. 8, n. 1, 2014a. Disponível em: <http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/article/view/160/0>. Acesso em: 03 fev. 2021.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Informalidade e hiperprecarização, economia popular urbana e economia solidária. *Revista Território Autônomo*, n. 1, 2012. Disponível em: <https://rekro.webnode.com.br/revista-territorio-autonomo/numero-1/numero-1/>. Acesso em: 03 fev. 2021.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Pandemia é pandemia em qualquer lugar – vivendo a crise da Covid-19 de fora dos grandes centros. **Espaço e Economia**, v. 19, n. 18, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/11406>. Acesso em: 02 fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.11406>.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Uma Geografia da pobreza urbana: informalidade e precarização do trabalho. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 4, n. 1, 2014b. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/124>. Acesso em: 03 fev. 2021.

REOLON, Cleverson Alexander; SOUZA, Valmir de. A teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos: subsídios para uma discussão. **Revista Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 2, n. 15, p. 51-72, 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1144>. Acesso em: 07 jan. 2021.

RIBEIRO, Gabriel Boraschi. **Circuitos da economia urbana em cidades médias: os camelódromos de Presidente Prudente (SP) e Londrina (PR)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/183119>. Acesso em: 07 jan. 2021.

ROMA, Cláudia Marques. Circuito inferior da economia urbana e cidades locais-híbridas. **Mercator**, Fortaleza, v. 15, n. 2, p. 23-36, jun. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-22012016000200023&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4215/RM2016.1502.0002>.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (org.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021. p. x-x. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229738>. Acesso em: 18 fev. 2023.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. A existência dos circuitos da economia urbana no eixo rodoviário Natal-Caicó, Rio Grande do Norte. **Revista GeoSertões**, Cajazeiras, v. 3, n. 5, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/article/view/529>. Acesso em: 02 jan. 2021.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. Características atuais do circuito inferior da economia urbana do eixo rodoviário Natal-Caicó, Rio Grande do Norte. **Tamoios**, São Gonçalo, ano 13, n. 2, p. 153-176, jul./dez. 2017a. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/30099>. Acesso em: 02 jan. 2021.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. Destaque do enfoque do setor informal nas análises sobre a economia dos pobres e importância da teoria dos circuitos da economia urbana para o avanço dessas análises. **Revista da ANPEGE**, v. 13, n. 22, p. 136-163, set. 2017b. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6943>. Acesso em: 03 jan. 2021. doi: <https://doi.org/10.5418/RA2017.1322.0006>.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. Espaço geográfico e circuito inferior da economia urbana. **Mercator**, Fortaleza, v. 11, n. 25, p. 47-58, mai./ago. 2012. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/673>. Acesso em: 02 jan. 2021.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. **O centro esta nas margens: os circuitos da economia urbana no eixo rodoviário Natal-Caicó (RN)**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/320994>. Acesso em: 02 jan. 2021.

SANTANA, Valéria Barreiro Postali. **Rigidez normativa e circuito inferior em Maringá (PR): territórios, atividades e atores**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2911>. Acesso em: 06 jan. 2021.

SANTOS, Adriano Lima dos. **Agroecologia e campesinato: relativa autonomia frente ao desenvolvimento do capitalismo, um estudo de caso no assentamento contestado, Lapa-PR**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160667>. Acesso em: 19 fev. 2023.

SANTOS, Giminiano José dos; RIBEIRO, Luiz Carlos de Santana. A globalização vista a partir do movimento cíclico do capitalismo e seu sentido contraditório. **Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 17, p. 97-114, dez. 2010.

SANTOS, Julyana Gomes dos. **Interações entre os dois circuitos da economia urbana no comércio de gêneros alimentícios da feira de Casa Amarela - Recife-PE**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10576>. Acesso em: 07 jan. 2021.

SANTOS, Mariana. Uma vida feita de sonhos. **Cultura Plural**, Ponta Grossa, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://culturaplural.sites.uepg.br/?p=4953>. Acesso em: 18 fev. 2020.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Coleção Milton Santos; 3).

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018 [1979]. (Coleção Milton Santos; 4).

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Rogério Gomes dos. **Segregação socioespacial, economia urbana e fome**: uma análise a partir da Vila Ouro Verde em Ponta Grossa - PR. 2015. Dissertação (Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/572>. Acesso em: 02 jan. 2021.

SANTOS, Rogério Gomes dos; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. O consumo de alimentos no circuito inferior da economia urbana e a segurança alimentar na Vila Ouro Verde em Ponta Grossa, PR. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 230-250, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/7985>. Acesso em: 02 jan. 2021.

SEPÚLVEDA, Laura. Pijao (Quindío) es el primer poblado 'sin prisa' de Latinoamérica. **El Tiempo**, Pijao (Quindío), 22 out. 2014. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-14726596>. Acesso em: 07 dez. 2020.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Atlas dos Pequenos Negócios**. 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/07/Atlas-pequenos-negocios-sebrae.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Termo de referência Sebrae para o comércio justo**. Brasília: Sebrae, 2005. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Com%C3%A9rcio%20Justo%20%20-%20portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Confira as diferenças entre micro empresa, pequena empresa e MEI**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SHAY, Mukenge. Formação do mercado informal em Kinshasa (República Democrática do Congo). **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 4, n. 1, jul. 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/650>. Acesso em: 08 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2008.650>.

SILVA NETO, Antônio Lopes da. **O circuito inferior da economia urbana em São Miguel dos Campos/AL no período técnico-científico-informacional**. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2970>. Acesso em: 09 jan. 2021.

SILVA, Cristiane da. Ao Circuito Espacial Produtivo e Circuitos da Economia Urbana: elo entre o comércio varejista de vestuário de União dos Palmares-AL e o Polo de Confeções de Pernambuco. **Diversitas Journal**, Santana do Ipanema, v. 4, n. 2, p. 433-457, jun. 2019. Disponível em: https://periodicos.ifal.edu.br/diversitas_journal/article/view/708. Acesso em: 08 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v4i2.708>.

SILVA, Cristiane da. **Circuito espacial produtivo de confeções e o circuito inferior da economia urbana do ramo varejista de vestuário em União dos Palmares/AL**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5098>. Acesso em: 08 jan. 2021.

SILVA, Daciane Oliveira; CASTRO, Janio Roque Barros de; LOPES, Keilla P. Santos; SILVA, Andrea de Oliveira. Caracterização e análise da feira livre de Cruz das Almas-BA sob a ótica do planejamento e gestão municipal. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 49, p. 01-13, mar. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/24078>. Acesso em: 08 jan. 2021.

SILVA, Fernando Antonio. Pobreza estrutural globalizada, território brasileiro e política de transferência de renda: o Programa Bolsa Família como evento. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 48-72, abr. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/111813>. Acesso em: 08 jan. 2021. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2017.111813.

SILVA, Harley; DINIZ, Sibelle; FERREIRA, Vanessa. Circuitos da economia urbana e economia dos setores populares na fronteira amazônica: o cenário atual no sudeste do Pará. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, nov. 2013. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4734>. Acesso em: 08 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2013v15n2p61>.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando; JUNCKES, Ivan Jairo. **Construindo a ciência**: elaboração crítica de projetos de pesquisa. Curitiba: Pós-Escrito, 2009.

SILVA, Mauro Cristiano de Paula. O trabalho dos catadores de materiais recicláveis de Uberaba-MG e a relação com os dois circuitos econômicos da reciclagem. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 18, n. 3, p. 202-233, set./dez. 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5257>. Acesso em: 08 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v18i3.5257>.

SILVA, Paulo Celso. A teoria dos dois circuitos da economia urbana e a mídia na contemporaneidade. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 9, n. 2, dez. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21092>. Acesso em: 08 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2015.v9.21092>.

SILVA, Reynaldo Daivyd Lopes da; SILVA, Amistson Lopes da. As atividades do circuito inferior da economia urbana e os fatores de atração e dispersão do centro e no bairro Newton Pereira Gonçalves da cidade de União dos Palmares/AL. **Diversitas Journal**, Santana do Ipanema, v. 2, n. 1, p. 69-77, abr. 2017. Disponível em: https://periodicos.ifal.edu.br/diversitas_journal/article/view/452. Acesso em: 08 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v2i4.452>.

SILVA, Silvana Cristina da. A reorganização do circuito espacial da produção do vestuário no Brasil. **Espaço e Economia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/475>. Acesso em: 12 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.475>.

SILVA, Silvana Cristina da. Circuito espacial de produção de confecções: nexos entre o circuito superior e inferior. **Revista Geográfica de América Central**, Heredia, v. 2, p. 1-12, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2268>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SILVA, Silvana Cristina da. **Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na metrópole de São Paulo**. Os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP). 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286985>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SILVA, Silvana Cristina da. O circuito espacial de produção do vestuário e a economia de São Paulo. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 38, p. 157-177, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37325>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SILVA, Silvana Cristina da. O circuito inferior de produção na metrópole de São Paulo: elementos para o debate do território usado. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 13, n. 41, p. 282-292, mar. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16483>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SILVA, Silvana Cristina da. O papel do circuito inferior de confecções da cidade de São Paulo na dinamização das interações espaciais da América do Sul. **Geonordeste**, São Cristóvão, v. 20, n. 1, p. 61-83, fev. 2010. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/5851>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SILVA, Silvana Cristina da. Os agentes invisíveis do território usado: o circuito espacial de produção do vestuário em São Paulo. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 418-435, 2012. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/81>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SILVEIRA, Maria Laura. Banalidade das finanças e cidadania incompleta: lugar e cotidiano na globalização. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 370-383, ago. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/135155>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SILVEIRA, Maria Laura. Circuitos de la economía urbana y nuevas manifestaciones del comercio metropolitano. **Cidades**, Rio Claro, v. 11, n. 18, p. 78-91, 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/4246>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SILVEIRA, Maria Laura. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 17, n. 1, p. 64-71, jan./dez. 2013. Disponível em: http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVII_1/agb_xvii1_versao_internet/agb_05_jandez2013.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.

SILVEIRA, Maria Laura. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792009000100004>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. **Cuadernos del CENDES**, Caracas, v. 21, n. 57, p. 1-14, set. 2004. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082004000300002. Acesso em: 22 dez. 2020.

SILVEIRA, Maria Laura. Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana. **Eure**, Santiago de Chile, v. XXXIII, n. 100, p. 149-164, dez. 2007. Disponível em: <https://eure.cl/index.php/eure/article/view/1377>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SILVEIRA, Maria Laura. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 246-262, ago. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102778>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SLOW FOOD BRASIL. **Nossa Estrutura**. Disponível em: <https://slowfoodbrasil.org/movimento/#estrutura>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SOUZA JUNIOR, Luís de. Os usos do território e os circuitos da economia urbana: a comercialização do pescado no município de Niterói (RJ). **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 11, n. 1, p. 35-57, ago. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/18133>. Acesso em: 09 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2015.18133>.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**, v. 1, n. 1, p. 5-22, jul./dez. 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Prefácio. In: CARNEIRO, Rosalvo Nobre (Org.). **Circuito inferior e fluxos socioespaciais: a feira livre de Pau dos Ferros-RN**. Mossoró: EDUERN, 2018. p. 17-23. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/ppge-livros/arquivos/43972018_circuito_inferior_e_fluxos_sa%C2%B3cioespaciais_a_feira_livre_de_pau_dos_ferros_rn_e_book.pdf. Acesso em: 28 dez. 2020.

SOUZA, Silmara Lopes de. **O comércio de confecções em União dos Palmares-AL á luz da teoria dos circuitos da economia urbana**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/27422>. Acesso em: 09 jan. 2021.

SPÓSITO, Eliseu Savério. A teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos: seu esquecimento ou sua superação? **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 21, p. 43-51, 1999. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7263>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SPÓSITO, Eliseu Savério. As geografias que me fizeram. **Entre Lugar**, Dourados, v. 10, n. 20, 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/11183/5581>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SPÓSITO, Eliseu Savério. O espaço dividido: elementos para discussão. **Revista de Geografia**, São Paulo: UNESP, v. 2, p. 151-154, 1983.

STANISCUASKI, Fernanda *et al.* Gender, Race and Parenthood Impact Academic Productivity During the COVID-19 Pandemic: From Survey to Action. **Frontiers in Psychology**, Lausanne, v. 12, 663252, may. 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2021.663252/full>. Acesso em: 22 fev. 2023. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.663252>.

TAVARES, Matheus Augusto Avelino. Elementos teóricos para compreensão dos dois circuitos da economia urbana no Rio Grande do Norte - Nordeste. **GeoTextos**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 83-104, jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/9273>. Acesso em: 02 jan. 2021.

UEPG - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPE nº 60/2011, de 06 de setembro de 2011**. Aprova projeto de extensão em caráter permanente. Ponta Grossa: Conselho de

Ensino, Pesquisa e Extensão, 2011. Disponível em: https://sistemas.uepg.br/producao/reitoria/consulta_legislacao_normas/telas/tela_consulta_atos.php. Acesso em: 25 jan. 2023.

UEPG - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPE nº 105/2005, de 27 de setembro de 2005**. Aprova criação de programa de extensão - IESOL. Ponta Grossa: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2005. Disponível em: https://sistemas.uepg.br/producao/reitoria/consulta_legislacao_normas/telas/tela_consulta_atos.php. Acesso em: 25 jan. 2023.

VAKINHA. **Apoie os grupos de economia solidária**. ID da vaquinha: 1010359. Org. Caroline Wynnek. Disponível em: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/apoie-os-grupos-de-economia-solidaria>. Acesso em: 10 jun. 2020.

VARNIER, Macleidi. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana em Chapecó-SC. **Revista Cadernos de Economia**, Chapecó, v. 25, n. 41, 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/view/5614>. Acesso em: 09 jan. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.46699/rce.v25i41.5614>.

XAVIER, Marcos; CASTILLO, Ricardo. A reprodução do atacado distribuidor como um elo entre os dois circuitos da economia urbana no Brasil. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 29, p. 3-17, 2011. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewFile/216/98>. Acesso em: 06 já. 2021.

APENDICE A – ENTREVISTAS

As perguntas (Apêndice A1) tiveram por objetivo obter informações gerais sobre as iniciativas analisadas, variando de acordo com a fase do desenvolvimento do projeto em que foram aplicadas. As entrevistas realizadas entre os anos de 2018 e 2019 foram aplicadas com auxílio de um gravador digital para posterior transcrição e mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A2). A partir de 2021 as entrevistas foram feitas diretamente por escrito via e-mail ou Whatsapp.

APENDICE A1 – Tópicos guia

Entrevista nº 1: *Varal das Mina*

Respondente: Organizadora M.

Data: 09 de dezembro de 2018

Local: Estacionamento anexo ao restaurante popular

Tópico Guia:

- Você é uma das criadoras do Varal?
- Qual era a ideia inicial, como surgiu o Varal?
- Teve início em março?
- Quais são os principais produtos comercializados, existe uma seleção do que pode ser vendido?
- Você sabe se o pessoal que vende carro tem essa autorização?
- Sempre foi aqui? A ideia era ser em um espaço público? Cada varal tem a sua estrutura, vocês têm algum apoio?
- Existem parcerias com outros grupos?
- Como os integrantes se inscrevem?
- Quais são os requisitos?
- Vocês têm problemas com segurança?
- Quais são os planos para o futuro?
- Além de regularizar vocês esperam mais algum apoio da prefeitura?

Entrevista nº 2: Varal das Mina

Respondente: Organizadora R.

Data: 10 de março de 2019, 14h.

Local: Estação Arte

Tópico Guia:

Em relação à regularização:

- Quando e por que você entrou na organização do Varal?
- Você se propôs a ajudar nisso? Ou foi convidada? De quem foi a iniciativa?
- Como foi o processo?
- Por que o local foi mudado?
- Essa mudança foi boa?
- Que tipo de apoio está recebendo agora?

Em relação ao antigo local de realização:

- Onde foi realizada a primeira edição? Teve algum evento parecido antes disso?
- Por que esse local foi escolhido? O que esse espaço representa?
- Foi necessário algum tipo de autorização para usar esse local?

Em relação à iniciativa:

- O que é o Varal das Mina? Como você definiria?
- Sabe como surgiu a ideia? Quando teve início?
- Conhece outras iniciativas similares na cidade ou fora?
- Qual era o objetivo? Esse objetivo se mantém o mesmo desde o início?
- Ocorre com qual periodicidade?
- Quais são os produtos comercializados? Por que esses produtos?
- Quem são os responsáveis pela organização, são os mesmos desde o início?

Existe rotatividade?

- Como essas pessoas se uniram nesse projeto? Há um perfil dos organizadores?
- Quem toma as decisões? São decisões coletivas? Há alguma hierarquia?
- Como as decisões são tomadas? São feitas reuniões?
- São feitos registros (atas de reuniões, registros fotográficos dos eventos/reuniões)? É possível ter acesso a esses documentos? E aos dados dos participantes?

Entrevista nº 3: Compra Coletiva da Rede Anunciação de Agroecologia (RAA)

Respondente: Engenheiro Agrônomo do Laboratório de Mecanização Agrícola (Lama) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Data: 25 de janeiro de 2021.

Local: Whatsapp

Tópico Guia:

- Quando a Compra Coletiva foi criada?
- Como surgiu a ideia?
- Quais são os empreendimentos participantes?
- Vocês têm algum levantamento dos clientes?

Entrevista nº 4: Compra Coletiva da Rede Anunciação de Agroecologia (RAA)

Respondente: compracoletivalama@gmail.com

Data: 22 de fevereiro de 2023.

Local: E-mail

Tópico Guia:

- Atualmente quais são os empreendimentos participantes? Vocês podem me passar uma lista dos empreendimentos com seus respectivos municípios?
- Todos esses produtores fazem parte do núcleo Maria Rosa da Anunciação da da Rede Ecovida? Ou existem outros núcleos ou redes envolvidas?
- Qual é a média de consumidores que têm comprado pela plataforma?
- E a média de rendimento dos empreendimentos por edição da compra coletiva é possível mensurar?
- Existe uma preferência pela retirada em algum dos pontos de entrega ou pela entrega em casa?
- Como funciona a logística? Os técnicos do projeto buscam os produtos ou são os produtores que trazem para Ponta Grossa?
- Qual é a agência/edital de fomento que financia esse projeto?

Entrevista nº 5: Varal das Mina**Respondente:** Organizadora B.**Data:** 28 de fevereiro de 2023**Local:** Whatsapp**Tópico Guia:**

- O Varal é um coletivo, que organiza o que vocês chamam de eventos que são as edições do Varal, é isso? O coletivo tem outras ações?
- Você disse que o Varal passou por mudanças desde sua criação. Quais são essas mudanças? Quando e porque aconteceram?
- As decisões são tomadas coletivamente? Como funciona?
- Como funciona a questão do local, foi a prefeitura quem indicou o Ponto Azul? Por que é realizado na parte menos arborizada da Praça e não do outro lado como outras feiras?
- Vocês têm planos, ou gostariam que fosse realizado em outro local?
- Como funciona a participação, é por ordem de inscrição?
- São quantas expositoras por edição? Esse número mudou com as mudanças de local?
- A procura é a mesma desde o começo? Aumentou, diminuiu?

APENDICE A2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) se refere ao estudo sobre iniciativas econômicas coletivas no município de Ponta Grossa (PR), realizado pela doutoranda Simone Koniski Guimarães, sob orientação do Professor Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). A referida pesquisa tem como parte de seus procedimentos metodológicos a realização de entrevistas mediante a assinatura deste TCLE que será arquivado pela pesquisadora responsável, de modo que a participação na pesquisa não ofereça riscos aos participantes que terão sua identidade preservada.

Sendo assim, eu, abaixo assinado (a) e identificado (a), declaro que fui informado (a) dos objetivos da pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Concordo que as informações, opiniões, conceitos, documentos e fotografias por mim concedidos poderão ser utilizados para compor **obras e atividades de natureza acadêmico-científica** que venham a ser planejadas, criadas e/ou produzidas, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. Declaro ainda que fui informado (a) de que posso solicitar novas informações e me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, de modo que declaro que recebi uma via deste TCLE e concordo em participar dessa pesquisa.

Ponta Grossa, ____ de _____ de 20__.

Assinatura

Nome completo: _____

RG: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Pesquisadora responsável

Pesquisadora responsável: Simone Koniski Guimarães

Contato: (42) 9 9963-6369 / simonekoniski@gmail.com

Orientador: Professor Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha – Programa de Pós-Graduação em Geografia (UEPG)

APENDICE B – QUESTIONÁRIOS

O questionário foi aplicado com auxílio da ferramenta *Google Formulários*, vinculada ao *Gmail* da pesquisadora. Essa ferramenta permite compilar e analisar as respostas de forma gratuita.

APENDICE B1 – QUESTIONÁRIO VARAL DAS MINA

Questionário destinado às participantes do ***Varal das Mina*** (Ponta Grossa - PR).

O questionário tem por objetivo levantar dados sobre a diversidade da economia local e faz parte da pesquisa de doutorado em Geografia da acadêmica Simone Koniski Guimarães, orientada pelo professor Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Para participar desta pesquisa não é obrigatório se identificar, porém, caso queira é possível identificar seu empreendimento.

As informações pessoais prestadas são sigilosas e serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e científicos sem a identificação direta dos participantes.

Destacamos a importância das pesquisas universitárias no sentido de melhor conhecer as iniciativas econômicas, divulgando suas características e necessidades, inclusive aos gestores públicos que poderão criar ou melhorar as políticas públicas voltadas para apoiar o segmento. Portanto, solicitamos apoio à pesquisa que estamos realizando, com o preenchimento deste questionário.

Caso tenha dúvidas ou sugestões, sinta-se a vontade para entrar em contato com a pesquisadora através do e-mail simonekoniski@gmail.com

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*

Pelo presente Termo de Consentimento, declaro que fui informado (a) da finalidade do presente questionário, e autorizo a utilização das informações por mim prestadas para compor obras acadêmicas que venham a ser planejadas, criadas e/ou

produzidas pela pesquisadora responsável junto à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com sede na Avenida Carlos Cavalcanti, nº. 4748, Ponta Grossa (PR); sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral e/ou para formação de acervo acadêmico.*

Ao marcar esta opção declaro que aceito participar da pesquisa.

1 - Desde quando você participa do Varal das Mina? *

Desde as primeiras edições em 2018 no estacionamento ao lado do Restaurante Popular

Desde 2019 na Estação Arte ou Centro de Cultura

Desde 2020 no quintal da Casulo Casa Colaborativa

Desde 2022 no Centro de Cultura

Desde 2022 na Praça do Ponto Azul

Comecei a participar em 2023

2 - Que tipos de produtos você comercializa no Varal das Mina? *

Nesta questão é possível marcar mais de uma opção.

Roupas

Calçados

Acessórios

Brinquedos

Plantas

Artesanatos

Livros

Quadros

Fotografias

Outro:

3 - Qual é a origem desses produtos? *

Nesta questão é possível marcar mais de uma opção.

São desapegos (produtos que não uso mais)

- São adquiridos em lojas
- Produção própria
- São adquiridos em brechós
- São adquiridos em bazares
- Outro:

4 - Você comercializa esses produtos através de outros meios? *

Nesta questão é possível marcar mais de uma opção.

- Não, somente no Varal das Mina
- Tenho um brechó/loja em casa
- Tenho um brechó/loja em imóvel alugado
- Tenho um brechó/loja em imóvel próprio (diferente da minha casa)
- Vendo online através das redes sociais
- Vendo online através de sites
- Outro:

5 - Você é Microempreendedor Individual (MEI) ou possui algum outro tipo de CNPJ? *

- Sim
- Não

6 - Como a pandemia de COVID-19 impactou a comercialização desses produtos? *

7 - Você aceita divulgar o nome e o endereço da sua loja física ou virtual? *

Se sim, pode colocar o nome e o endereço aqui!

8 - O que te motivou a participar do Varal das Mina? *

9 - Qual é o seu rendimento médio em dias de Varal das Mina? *

10 - Na sua opinião qual é o melhor local para a realização do Varal das Mina? *

() Estação Arte

() Centro de Cultura

() Estacionamento ao lado do Restaurante Popular

() Praça do Ponto Azul

() Outro:

11 - Por que esse local é melhor? *

Sobre você

As perguntas abaixo servem para traçar o perfil sociodemográfico das(os) participantes da pesquisa.

1 - Qual é a sua faixa etária? *

() 18 a 24 anos

() 25 a 39 anos

() 40 a 59 anos

() 60 anos ou mais

2 - Qual das opções abaixo melhor descreve sua orientação sexual? *

- Heterossexual
- Gay
- Lésbica
- Bissexual
- Pansexual
- Intersexual
- Assexual
- Polissexual
- Outro:

3 - Como você se identifica quanto à etnia/raça? *

- Branca
- Preta/Negra
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Outro:

4 - Você possui alguma deficiência? *

- Não possuo nenhuma deficiência
- Deficiência física
- Deficiência auditiva
- Deficiência visual
- Deficiência mental

5 - Você possui alguma doença grave? *

- Sim
- Não

6 - Qual é o seu estado civil? *

- Solteira
- Casada
- União estável
- Separada
- Divorciada
- Viúva
- Outro:

7 - Você tem filhos? *

- Nenhum
- Um
- Dois
- Três
- Quatro ou mais

8 - Com quem você mora? *

- Sozinha
- Cônjuge ou companheiro(a)
- Pai e/ou mãe
- Sogro e/ou sogra
- Filhos(as)
- Enteados(as)
- Netos(as)
- Outros parentes
- Amigos(as)
- Outro:

9 - Você é o principal responsável pelos cuidados de outras pessoas (crianças, idosos, pessoas com deficiências ou doenças graves)? *

- Sim, cuido do(s) meu(s) filho(s)

- Sim, cuidado da minha mãe ou do meu pai
- Sim, cuidado da minha esposa ou do meu marido
- Sim, cuidado de outro familiar
- Não, não sou responsável pelos cuidados de outra pessoa

10 - Qual é a sua escolaridade? *

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Especialização/MBA
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

11 - Qual é a sua fonte de renda (por nível de importância)?

Marque apenas as opções que se enquadram na sua situação.

	Fonte principal	Fonte complementar
Salário - Emprego com carteira assinada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Salário - Emprego com contrato por tempo determinado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rendimentos obtidos com meu próprio empreendimento com CNPJ	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rendimentos obtidos com meu próprio empreendimento sem CNPJ	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pagamentos por serviços prestados/produtos vendidos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aposentadoria/Pensão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bolsa de pesquisa/extensão/ensino/tutoria	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bolsa Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Benefício de Prestação Continuada (BPC)		
Rendimentos referentes a alugueis/locações em geral		

12 - Qual a sua renda INDIVIDUAL mensal aproximada? *

- Até 1 salário mínimo
- De 2 a 3 salários mínimos
- De 3 a 5 salários mínimos
- De 5 a 10 salários mínimos
- Acima de 10 salários mínimos

13 - Você é responsável pelo sustento da casa? *

- Sim
- Não
- Parcialmente

14 - Você mora em? *

- Apartamento
- Casa
- República ou alojamento
- Chácara
- Outro:

15 - Você paga aluguel? *

- Sim
- Não

16 - Em qual bairro/distrito você mora? *

- Cará-Cará
- Chapada
- Centro
- Colônia Dona Luíza

- () Contorno
- () Boa Vista
- () Estrela
- () Jardim Carvalho
- () Neves
- () Nova Rússia
- () Oficinas
- () Olarias
- () Órfãs
- () Ronda
- () Uvaranas
- () Distrito de Itaiacoca
- () Distrito de Guaragi
- () Distrito de Piriquitos
- () Distrito de Uvaia
- () Moro em outra cidade

* Questões obrigatórias.